

“Não concordo
com uma só palavra
do que dizes mas
defenderei até a morte
o teu direito de dizê-lo”

VOLTAIRE



JORNAL DE DEBATES

FUNDADO EM 1946 POR MATTOS PIMENTA, PLÍNIO CATANHEDE E MÁRIO DE BRITO

Diretor: Mattos Pimenta

Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro a 22 de Fevereiro de 1976

Ano XXX, Nº 4

Cr\$ 5,00

Todas as cartas dos leitores

O admirável mundo novo de

Lauro de Oliveira Lima

Limeira Tejo

discute as indecisões em Portugal

Irineu Guimarães

explica o congresso do PC francês

L. C. Bresser Pereira

Raul Ryff

e as dificuldades de um secretário de imprensa

Ary Quintela

afirma que a literatura está viva

CARTAS

Criador da sociedade patriarcal, o homem estabeleceu a hegemonia do macho. No entanto, a mulher não pode se perder neste contexto.

☆ Senhor Redator:

Desnecessário seria nos referirmos à importância do tema feminismo, hoje matéria presente e indispensável em nossos jornais e revistas.

Contudo, não basta a simples menção do termo – ainda fruto proibido e motivo de pânico para os menos informados – ou a mera rubrica anunciadora do assunto.

Preconceito, incompreensão e levandade ainda são a tônica de bom número de publicações. A exemplo disso, o artigo de Heloneida Studart “O nosso adversário não é o homem”, in *JD* nº 1. Lamentavelmente, e mais uma vez, a articulista vem enriquecendo o rol de equívocos consequentes dos tabus e da má fé que obscurecem a importante polémica sobre a libertação da mulher. É deplorável que a jornalista, ao combater a controversa

luta de sexos, persista, ela mesma, em terçar armas com as proposições essencialmente feministas.

Feminismo dispensa desculpas. Não é louvando as qualidades do homem que se deflagra qualquer denúncia à sociedade opressora da mulher. E se as palavras de Simone de Beauvoir “vamos descolonizar a mulher” não passam de força de expressão no entender de Heloneida, cumpre-nos recomendar-lhe um mergulho mais atento ao significado que encerram.

A própria Heloneida reconhece a discriminação da mulher na sociedade vigente, à qual atribui todas as mazelas e desgraças do ser humano. Ora, mas quem senão o homem, esse “parceiro da mulher em todos os instantes”, conforme a articulista, organizou tal sociedade? A queda da estrutura patriarcal, sem dúvida, beneficiará também ao homem. Porém, enquanto não se encarar com lucidez que ela é indústria de milenares mãos masculinas, de nada vale falar em libertação do ser humano em geral.

Feministas autênticas prescindem de excusas, dispensam vênias. Não necessitam do ranço beneplácito masculino para demolir o emaranhado patriarcalista. Cremos mais que cabe aos homens conscientizar a evidência dos fatos: a sociedade condenada tem suas raízes muito bem plantadas na hegemonia do macho. As mulheres cabe enfrentar – não mais como objeto e sim como recuperando sua posição de sujeito – toda sorte de hostilidade, desprezando chavões e epítetos contaminados que nada mais visam senão enterrar qualquer tomada de consciência ou atitude.

Feminismo, mulher, estão em pauta e obrigatória é a sua pesquisa. Mas não nos esqueçamos que levantar a história da mulher em nenhum momento significa perder-se na apologia do homem.

Isabel Diniz
Rio de Janeiro, RJ

A libertação da mulher só será possível numa sociedade sem divisões. Cabe a ela denunciar a cultura dominante.

☆ Senhor Diretor:

Todo debate é importante. Principalmente quando se trata

de assunto controverso, como têm sido encarados os movimentos feministas. Por isso gostaria de acrescentar algumas idéias a respeito, respondendo ao artigo de Heloneida Studart.

Vivemos numa sociedade patriarcal. Isto quer dizer que metade da humanidade (o sexo masculino) governa a outra metade (o sexo feminino). Esta é a condição concreta que encontra toda mulher ao nascer, seja em que classe ou cultura for.

Por ser uma constante através da história, por romper barreiras de classe, cultura e raça, a desvalorização da mulher tomou formas profundas, de tal maneira enraizadas em nosso comportamento, que parecem fruto da própria ordem das coisas, da própria natureza. Acima dos atos obviamente discriminatórios (como impedir o acesso a certos cargos e profissões, a direitos políticos e jurídicos) existe a desvalorização sutilmente revelada nas atitudes, na linguagem, na propaganda, nos livros, nas canções, enfim, em todos os aspectos de nossa cultura. A inferiorização da mulher apresenta mil facetas, e penetra de tal forma a nossa cultura que, disfarçada sob a capa de uma “divisão natural”, é aceita pelas próprias mulheres, incapazes de discernir nesta divisão a fonte da desigualdade. Aquilo que é criado artificialmente pela cultura, passa a ser considerado “natureza”.

É óbvio que a emancipação da mulher, como de todos os grupos oprimidos, só será possível numa sociedade sem divisões. O que não é óbvio, e daí vem toda a discussão, é que a inferiorização do sexo feminino penetra muito mais longe, no nível ideológico, e tem portanto de ser trabalhada neste nível. Por que o papel subalterno da mulher resistiu à passagem do tempo e às mudanças? Por que nunca mudaram as relações de poder entre os sexos, embora mudassem as relações de poder entre as classes?

Parece que existe uma vergonha em se declarar que nosso inimigo é o sexo masculino. Em todas as lutas dos oprimidos, o inimigo é evidentemente o opressor. Ao declararmos o homem nosso inimigo, estamos apenas identificando aquele que nos domina, e que tem secularmente impedido nosso desenvolvimento pleno de ser humano. A sociedade pode oprimir a ambos: mas foi o homem quem a criou, e nela, acima das divisões de classe, é ele quem oprime a mulher. Isto é inegável. E enquanto a mulher não se organizar para exigir sua igualdade, ela continuará opri-

mida, como o tem sido historicamente, seja em que sociedade for.

Não quero com isto dizer que eliminaremos o homem da face da terra!... Isto é evidentemente uma idiotice. O que teremos de eliminar é a sociedade patriarcal, dirigida pelo homem. Temos de criar um novo homem, e uma nova mulher. Mas para isto não podemos esconder que nosso objetivo de luta é realmente destituir do poder o homem: o machista, o patriarca que sempre nos tem dominado. Criar uma nova cultura em que, desaparecendo outros tipos de relações de poder, desapareça também as relações de poder entre os sexos. Isto ainda não foi feito em nenhuma sociedade.

Por isso as feministas usam o termo “colonização”. Não é por mera força de expressão. A mulher, como o negro e os colonizados em geral, foi alijada da possibilidade de criar uma visão de si mesma autêntica, gerada a partir de sua própria identidade. Ela se vê como “complemento”, como a “outra metade”, do homem. Sempre em referência a ele. Seu status lhe é concedido através dele. Molda-se a padrões ditados por ele. Criada para ser dependente, tem de adaptar-se àquele de quem depende. Quando “vence na vida”, é segundo os moldes masculinos, num mundo masculino. A mulher não participa da sociedade, nos termos mais amplos da palavra. Ela se adapta, porque não tem poder de manobrar um mundo criado pelo homem e para o homem.

O termo “colonização” foi adotado pelo movimento negro americano, por descrever exatamente o que ocorre com a identidade dos oprimidos, sufocada pela cultura dominante. E isto é o que ocorre com a mulher. Para nos descolonizar, temos de denunciar a cultura dominante, como fizeram os negros. Só a partir da valorização de si mesmo, pode o oprimido pensar em superar sua opressão.

Branca Moreira Alves
Rio de Janeiro, RJ

Quanto menor é o salário, maior o desconto do imposto de renda. Por que essa proteção?

☆ Senhor Diretor:

O fantasma dos impostos começa a rondar os lares brasileiros. Desses fantasmas, o do Im-

posto de Renda é dos mais atrozes. Os assalariados o descontam em folha, e esse desconto avilta ainda mais os seus salários. Mas, em muitos casos, ainda têm de pagar além do que lhes foi descontado. Sou isento para escrever contra a má distribuição dos impostos no Brasil. Sou casado e minha mulher trabalha. Temos uma renda anual de 200 mil cruzeiros. Comparativamente pagamos menos que um assalariado. Mas o meu caso ainda não diz tudo. Em conversa comigo, o contador da empresa em que trabalho informou-me que o principal acionista da firma não quer ser seu diretor porque não quer ter salários. Prefere viver de dividendos, da empresa em que dirige e de várias outras. Com o dinheiro dos dividendos, faz aplicações em letras de câmbio, letras imobiliárias etc. etc., e não paga nem 2% da renda que desfruta, que é de 20 milhões de cruzeiros anuais. Enquanto eu pago 30% sobre 200 mil cruzeiros, ele, com uma renda 100 vezes superior à minha paga apenas 2%, protegido por incentivos fiscais e toda uma especiosa legislação que patrocina o enriquecimento crescente dos crescentemente ricos. Não é tudo, porém. Um sobrinho de minha mulher recebeu no ano passado a herança que lhe deixou o pai vivo. Ela é constituída de imóveis, num mundo masculino. A mulher não participa da sociedade, nos termos mais amplos da palavra. Ela se adapta, porque não tem poder de manobrar um mundo criado pelo homem e para o homem.

O termo “colonização” foi adotado pelo movimento negro americano, por descrever exatamente o que ocorre com a identidade dos oprimidos, sufocada pela cultura dominante. E isto é o que ocorre com a mulher. Para nos descolonizar, temos de denunciar a cultura dominante, como fizeram os negros. Só a partir da valorização de si mesmo, pode o oprimido pensar em superar sua opressão.

Branca Moreira Alves
Rio de Janeiro, RJ

Firmínio Soares de Sousa
São Paulo, SP

JORNAL DE DEBATES

Fundadores

Mattos Pimenta
Plínio Catanhede
Mário de Brito
Fundado em 1946

Diretores

Mattos Pimenta (1946/1952)
Plínio Catanhede (1946/1952)
Mário de Brito (1946/1948)
Rafael Correa de Oliveira (1948/1950)
Osório Borba (1948/1949)
Gentil Fernando de Castro (1947/1953)
Marcus Pereira (1955)
Rubens Paiva (1955)
Limeira Tejo (1973/1974)

Diretor

Mattos Pimenta

Redator-Chefe

Cícero Sandroni

Secretário de Redação

José Eduardo Lampreia

Colaboradores

Maria Verônica da Silva
Guedes
Penha Murat do Pillar

Produção Gráfica

Sheila Santos

Diagramação

Ângela Monteiro

Revisão

Edson Rodrigues
Domingos Xisto
Jô Marques

Redação e Administração: Av. Rio Branco 156, sala 1222. Telefone 242-7395

Impressão — Arca Editora e Gráfica S.A. — Rua Equador 702.

Rio de Janeiro, RJ. Tel: 223-1715

Distribuição: Superbancas Distribuidora de Jornais, Livros e Revistas Ltda. — Rua do Resende, 18. Rio de Janeiro, RJ. Publicação da Editora Crítica Ltda.

Diretor Responsável
Cícero Sandroni

ASSINATURAS

Nacional

- anual Cr\$ 250,00
 semestral Cr\$ 125,00

Exterior

- anual US\$ 60
 semestral US\$ 30

Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Cheques ou vale postal a favor de **Jornal de Debates**

Estudantes da FAAP protestam contra o fechamento da Faculdade de Comunicação. O Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo apóia estudantes. Scantimburgo dá sua versão.

☆ Senhor redator-chefe do *Jornal de Debates*:

Segue informações sobre o andamento do fechamento da Faculdade de Comunicações da Fundação Armando Álvares Penteado. Gostaríamos que o jornal se manifestasse dependendo do interesse do assunto.

Diretoria do D.A. 13 de Abril São Paulo, SP

Comunicado Oficial

O Diretório Acadêmico 13 de Abril, órgão representativo dos alunos da Faculdade de Comunicações da Fundação Armando Álvares Penteado, diante do comunicado de 29/1/76 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e das afirmações do professor João de Scantimburgo em relação aos cursos polivalente e de jornalismo, vem através deste comunicado exigir publicamente as verdadeiras razões que levaram a diretoria da escola suspender o curso de jornalismo e extinguir o curso polivalente, uma vez que as justificativas apresentadas não foram convincentes.

O diretório, no dever de defender os interesses e direitos dos alunos, manifesta sua indignação pela arbitrariedade com que as decisões foram tomadas. Causa estranheza o fato de que essas decisões tenham sido comunicadas através de cartazes, afixados nos corredores da escola, no período de recesso escolar e após a realização dos exames vestibulares.

Para os alunos já matriculados em jornalismo, as últimas medidas tomadas pela escola - demissão de três competentes professores e profissionais, Rodolfo Konder, George Duque Estrada e Marco Antônio Rocha e a suspensão do curso - acarretam maiores preocupações em relação ao nível de ensino e às novas contratações de professores. Cabe lembrar que o curso de jornalismo vem sofrendo, além de empecilhos burocráticos, medidas repressivas impostas pela diretoria da escola.

Quanto ao curso polivalente, devemos salientar que a sua extinção vem se processando desde há muito, de maneira irreversível; fato este que se constata ao verificarmos o ocorrido no ano de 1975, quando a escola suspendeu o curso alegando insuficiência de alunos. Contudo, para o ano de 1976, um número significativo de alunos matriculou-se para o curso polivalente e, mesmo assim, não houve por parte da escola a devida e necessária disponibilidade para que a continuidade do curso estivesse apoiada em sólidas bases curriculares. Portanto os temores dos atuais alunos do polivalente residem no fato de não existirem objetivos educacionais e profissionalizantes por parte da diretoria em relação ao referido curso.

Manifestamos assim o nosso repúdio às atitudes e declarações

da diretoria e reiteramos a nossa exigência no sentido de um verdadeiro esclarecimento a respeito dos fatos que envolveram a suspensão do curso de jornalismo e a extinção do curso polivalente.

A Diretoria do D.A. 13 de Abril

Sindicato diz que universidade ainda tem muitas falhas.

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo sente-se na obrigação de vir a público para rejeitar energicamente afirmações feitas pelo prof. João de Scantimburgo, diretor da Faculdade de Comunicações da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), a propósito da suspensão do curso de jornalismo nesse estabelecimento de ensino superior. Com este intuito presta, à população em geral e aos estudantes universitários em particular, os seguintes esclarecimentos:

1. é clara a posição do sindicato dos jornalistas em relação às escolas de jornalismo: considera que a formação universitária do jornalista contribui para seu aprimoramento profissional; esta posição tem sido expressa em mais de uma oportunidade, sem deixar margem alguma de dúvida;

2. reconhece, porém, conforme opinião generalizada, que inúmeras falhas, apresentadas por todas as escolas de comunicação do país, sem exceção, têm contribuído para que aquele desejado e necessário aprimoramento profissional não seja atingido a níveis satisfatórios;

3. Reconhece também, a existência de excesso de cursos de jornalismo, fato que tem sido discutido não só pelo sindicato, mas pelas próprias autoridades educacionais; estas, em recentes declarações a uma comissão da Federação Nacional dos Jornalistas, manifestaram a intenção de não autorizar abertura de novos cursos;

4. embora reconhecendo a existência de falhas e o excesso de cursos, porém, o sindicato, coerente com sua posição apontada inicialmente, em nenhum momento encetou, nem cogitou jamais encetar uma campanha pelo fechamento de qualquer escola ou curso de jornalismo, e menos ainda especificamente do curso da FAAP. Reserva-se apenas, como julga ser de seu direito e dever, continuar analisando criticamente e a título de colaboração, como tem feito em seu órgão oficial, *Unidade* - a existência e a atuação dos cursos em São Paulo e no país;

5. é, portanto, totalmente improcedente a argumentação do prof. João de Scantimburgo, em defesa de uma atitude - o fechamento do curso de jornalismo da

FAAP - pela qual, como diretor do estabelecimento, deve responsabilizar-se e prestar contas à população em geral e aos universitários em particular, e aos órgãos colegiados da própria fundação e também às autoridades educacionais do país. Nessa prestação de contas, pode, evidentemente, o prof. João de Scantimburgo usar o argumento que lhe pareça mais conveniente; em hipótese alguma, porém, pode alegar que sua decisão seja consequência de uma pretensa campanha do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo contra as escolas de comunicação. Não nos cabe, certamente, explicar as razões internas que teriam levado o diretor da FAAP a tomar tal decisão, pois este é um assunto que diz respeito exclusivamente à fundação; mas, insistimos, cabenos, como fazemos através deste comunicado, rejeitar um argumento improcedente, que parece mais ter sido apresentado para omitir as verdadeiras razões de tal atitude.

A diretoria

Scantimburgo: não há emprego para tanto jornalista.

O boato surgiu no fim da semana passada assustando muitos dos candidatos aprovados no vestibular do Cescea, na área de comunicações: o curso de jornalismo da Fundação Álvares Penteado havia sido extinto. No começo desta semana, o boato foi confirmado: o curso de jornalismo foi suspenso por tempo indeterminado pelo conselho diretor da Fundação Armando Álvares Penteado. No prédio da escola, desde segunda-feira, vários cartazes anunciavam a suspensão.

Sentado em uma sala abarrotada de papéis e processos, na Associação Comercial de São Paulo - onde trabalha - João de Scantimburgo, diretor da Faculdade de Comunicações da FAAP deu, ontem à tarde, a sua versão para a suspensão do curso:

- "Os motivos que nos levaram à suspensão do curso de jornalismo são muito simples: há uma campanha grande do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo para diminuir o número de formandos em jornalismo que sai das escolas - que é grande - e não encontra mercado de trabalho. Então, nós resolvemos colaborar com essa campanha, suspendendo temporariamente o nosso curso. Afinal, formávamos cerca de 70 alunos por ano, que naturalmente, iam disputar as já escassas vagas do mercado que existe atualmente."

As considerações de Scantimburgo sobre a saturação de mercados de trabalho parece se restringir à carreira de jornalista. No entanto, ele mesmo chega a se contradizer, ao citar uma estatística que lhe foi apresentada:

- "Quanto a outras profissões, não sei se o mercado de trabalho está ou não saturado. Só sei que existe a campanha do sindicato dos jornalistas e que nós estamos tentando colaborar, reduzindo a disputa por empregos de jornalistas na capital."

Sobre a aceitação dos alunos da FAAP no mercado, Scantimburgo, fala com um certo orgulho:

- "Algumas estatísticas que me foram apresentadas - veja bem; não fui eu quem às fez, nem as encomendei - mostra que a maioria dos ex-alunos da nossa faculdade está colocado em empresas jornalísticas, ou trabalhando em jornais de empresa. Nós estamos formando turmas desde 70; já formamos cinco. Temos alguns jornalistas de algum destaque trabalhando na imprensa nacional que foram alunos nossos. Hamilton de Souza e Servulo Mota Melo, são alguns deles."

As declarações de Scantimburgo são bastante criticadas. O Sindicato dos Jornalistas nega que exista qualquer campanha contra a formação de novos profissionais; e Hamilton Octávio de Souza, diretor-social do sindicato, repórter de *O Estado de S. Paulo*, um dos exemplos de "jornalistas formados em nossa escola", citados por Scantimburgo, faz duras críticas às palavras do diretor:

- "Não concordo com as declarações do professor João de Scantimburgo, de que o sindicato está interessado na redução dos cursos de jornalismo. Não tenho conhecimento de nada nesse sentido que tenha partido da diretoria. Acho que o sindicato deverá manifestar-se sobre o assunto logo após à próxima reunião de diretoria."

- Pessoalmente - continua ele - posso afirmar que o sindicato reconhece que o mercado de trabalho do jornalista está saturado e que temos lutado para melhorar as condições de trabalho. Mas a saturação não é apenas problema de formação, muitas vezes fornecida por péssimas escolas, mas também por motivos outros, como a existência de empresas que compram material do exterior e não têm corpo próprio de reportagem e redação: a criação de agências, com apenas um corpo profissional vendendo material para até 100 órgãos de imprensa; enfim, uma série de problemas e não apenas a existência de muitas escolas.

- Como ex-alunos da FAAP e ex-presidente do Centro Acadêmico, vou mais longe: conheço muito bem a escola e sei que a entidade mantenedora sempre se interessou por cursos lucrativos e a escola sempre foi encarada como uma atividade comercial, sem as preocupações culturais. Se há intenção de encerrar o curso, certamente é porque deixou de oferecer lucros. Tenho conhecimento também de que a diretoria está encontrando dificuldades em conseguir professores. Já as crises seguidas no Departamento de Jornalismo têm afastado os profissionais de maior valor. Vale lembrar que já foram professores da FAAP: José Hamilton Ribeiro, Perseu Abramo, Luís Weis, Vladimir Herzog e mais uma dezena de profissionais competentes, quase todos afastados da escola por motivos mesquinhos, sem maiores explicações."

Outro diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Fernando Jordão, do departamento cultural, também nega as afirmações de João de Scantimburgo.

- "A posição do sindicato quanto ao problema de mercado de trabalho difícil é muito clara e foi exposta numa reportagem publicada no último número do *Unidade*, o jornal do sindicato: 'Nós sabemos que o mercado é

restrito, e as causas são diversas, e não apenas a formação de novos profissionais. Acontece que o sr. Scantimburgo está usando o sindicato como pretexto para contornar problemas particulares que existem dentro da sua faculdade, e que devem ser os principais responsáveis pelo fechamento da escola, como demissão de vários professores, repressão aos jornais dos alunos da escola etc. O Audálio (Audálio Dantas, presidente do sindicato) está viajando, mas quando voltar, provavelmente vai distribuir uma nota oficial sobre essas declarações que o sr. Scantimburgo vem fazendo'."

Anteontem, três professores do curso de jornalismo da FAAP foram demitidos. São os jornalistas Marco Antônio Rocha, Rodolfo Oswaldo Konder e Jorge Benigno Jataí Duque Estrada, Segundo Marco Antônio Rocha, oficialmente, a FAAP simplesmente se declarou "não mais interessada em renovar os contratos" desses professores. Porém, parece haver algo mais motivando a demissão dos professores e a própria extinção do curso. O próprio Scantimburgo, inquirido, responde que as demissões dos jornalistas se devem "também" ao fato de recentemente Duque Estrada e Konder terem sido presos pelo DOI e Marco Antônio Rocha ter comparecido ao II Exército para prestar declarações, acusados de uma possível ligação com o Partido Comunista Brasileiro. E o último boletim informativo do Diretório Acadêmico 13 de Abril, das Comunicações da FAAP, noticia as duras repressões da diretoria da escola contra as publicações estudantis no último ano. *Cão Raivoso*, do 1º ano foi interrompida, e os elementos que compunham o corpo de redação foram ameaçados de punição; *Expedição* jornal oficial do Diretório Acadêmico 13 de Abril, teve a maioria das suas matérias censuradas, após ter sido submetido à censura federal a mando do diretor, e o jornal *Laboratório* do 4º ano de jornalismo teve cinco edições proibidas.

- "A nossa demissão do corpo docente desarticulou completamente o Departamento de Jornalismo, que já estava desordenado há tempos - diz Marco Antônio Rocha. Provavelmente, a escola foi fechada porque, agora, a reorganização desse departamento é muito difícil."

O curso de jornalismo da FAAP continuará funcionando apenas para o terceiro e quarto anos. Segundo Scantimburgo, os professores do primeiro ano serão postos em licença, durante o período em que o curso de jornalismo ficar suspenso. Ele diz que isso não criará um problema social para eles, "pois todos são jornalistas e têm como se manter"

A FAAP mantinha os cursos de jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas, na sua área de comunicações. Os dois primeiros anos eram básicos, e as opções, feitas do terceiro em diante. Para os alunos que no ano passado estavam fazendo o curso básico, e cuja opção para 76 - ou depois - seria jornalismo, foram dadas duas alternativas: fazer um curso de relações públicas ou publicidade e propaganda, ou então, trancar as suas matrículas até que a escola de jornalismo volte a funcionar.



CARTAS

Nos últimos 8 anos nossa dívida externa foi multiplicada 10 vezes. Enquanto isso, importamos US\$ 15 bilhões. Que fazer?

☆ Senhor diretor:

A expressão "dívida externa", encontrada nos jornais, em livros e referida até em conversas, estava me levando à beira da neurose. Procurava entendê-la, penetrar-lhe o significado, mas a cada procura e de cada pedido de explicação, ela resultava mais cabalística, mais esotérica. Como sou tinoso, resolvi não descansar enquanto não a traduzisse do economês para língua de gente. Consegui saber o que significa e me espanto como coisa tão singela consegue tornar-se confusa à percepção do homem comum, como eu. Penso que essa confusão é intencional, para não deixar que se veja claro o que há por traz dela. O Brasil produz, com suas exportações, US\$ 8.600 bilhões. E gasta com importação US\$ 15 bilhões. A diferença, eis o que forma a dívida externa. Agora, segundo sólidos informantes, ela anda na casa dos 23 bilhões devendo chegar, no final deste ano, a US\$ 30 bilhões. Na história do país, até o início de 1968, nunca ultrapassou o nível dos 3 bilhões. Ao que tudo indica, vai multiplicar esse número 10 vezes. Por quê? Nada acontece na vida de uma nação que não seja a repetição, em escala maior do que acontece na vida de um indivíduo. E lembro do meu avô. Homem razoavelmente rico, tornou-se ainda mais rico quando recebeu a herança paterna - era filho único. Deu, então, para gastar desmedidamente. Começou instalando a família numa mansão nababesca. Multiplicou o número de empregados. Passou a trocar de carro, sempre dos modelos mais caros, como quem troca de camisa. E viagens, umas atrás das outras, num verdadeiro delírio deambulante. Europa, Estados Unidos, Oriente, Ásia. Guardaroupa que parecia vitrine de magazine de luxo. A herança começou a minguar. Acabou sumindo. Como era homem que dispunha de bom nome, bom cadastro bancário, deu de viver de crédito. E quando morreu, meu pai teve de se endividar para dar-lhe sepultamento condigno. Meu avô, tocado, que Deus me perdoe, por súbita megalomania, acabou por transmitir-nos o legado de uma vida dura, que atingiu a meu pai e a mim. O Brasil está-se parecendo com meu avô, eis a comparação mais adequada que me sugere a nossa dívida externa. Uma parte dela foi constituída para serem realizados investimentos reprodutivos. Mas a sua maior parte corre por conta do consumismo que se instalou entre nós como uma epidemia coletiva. Só em viagens, oh, o meu avô!, até 1968 gastávamos US\$ 40 milhões, contra 30 milhões aqui deixados pelos turistas estrangeiros. O déficit, só era de 10 milhões. Atualmente esse déficit é de 400 milhões. Disse-me um amigo que hoje, na Europa, só se encontra japonês e brasileiro - japonês porque ainda pensa que é rico, e brasileiro,

porque pensa que é rico. Só em viagens nos últimos seis anos queimamos 2 bilhões. Viagens que nada adiantam para o país - representam apenas esbanjamento de recursos em época de vacas magras. Uma loucura que dá Pinel em qualquer lugar do mundo. Mas esbanjamento não só em viagens. Em qualquer remoto lugar do Brasil, cerveja agora só em lata. A matéria-prima com que são confeccionadas é importada. Mas há uma vertigem em matéria de embalagens - tudo em plástico, também importado. O leite deu agora pra ser embalado - nas grandes cidades - em caixas de papelão especial, que além de importado é poluente. Não há sujeito que se confira ares de empresário e que não tenha seu jatinho importado: são a volúpia ostentatória dos executivos que, neles montados, pensam estarem ganhando status. Queimamos gasolina como talvez não a consumem os iranianos, reis do petróleo. O seu jornal recentemente revelava que só em seis horas, nas curvas da São Paulo-Santos, gastamos num fim de semana mais de US\$ 600 mil, como se o famoso "ouro negro" nos caísse do céu. Somente em 1975 importamos quase US\$ 26 milhões em relógios. No ano passado compramos frutas no estrangeiro num total de quase US\$ 119 milhões, inclusive maçãs e peras que dão no sul do Brasil. De queijos - ah, Minas Gerais! - foram mais de US\$ 2 milhões. Caviar, perfumes, patê de fígado de ganso, cavalos de corrida, uísque, vinhos, champagne - tudo que importa em consumo ostentatório devorou nossas divisas, em proveito de uma elite privilegiada. Tudo isso começou com o triunfalismo do sr. Delfim Netto, cujo "milagre" o país começa a pagar preço de calvário. Tal e qual o meu avô. Quem impede os governos de bem governarem são os genros e parentes anexos. O presidente Geisel não os tem, e é um ho-

mem sabidamente honesto. Os tecnocratas ilaqueiam sua boafé, e o impedem de impor ao país as restrições que se fazem essenciais à nossa saúde financeira. Entendi o que é "dívida externa", como penso que depois desta carta, modéstia à parte, a entenderão todos os brasileiros. Quem gasta mais do que ganha vai à garra. Quem gasta mais do que tem estrombica-se. E o pior que não é todo o povo que gasta, mas uma minoria beneficiária da concentração de renda da trinca Campos, Delfim e Simonsen. Estamos no caminho do meu avô - e quem impedirá que gerações futuras paguem o amargo preço pela nossa insanidade, se ela não for freiada de verdade?

Justiniano Nogueira
São Paulo, SP

Ex-membro da Federação das Indústrias de SP, J. M. Rodrigues, põe em questão os contratos de risco.

☆ Senhor Redator:

Quem quer que examine, com objetividade - se é que isso é possível - os argumentos pró e contra os contratos chamados de risco, que o Brasil agora aceita, com empresas privadas, na prospecção e lavra do petróleo, chegará à conclusão de que uma corrente tem esperança e a outra tem medo. Os favoráveis à entrada do capital particular, nacional ou estrangeiro, no inflamável território do ouro negro, esperam que esse capital ajude o país a ser auto-suficiente no que toca a combustível para motores de explosão. Os que são contrários à participação de capital privado, ainda que nacional, têm

medo que essa participação, resulte daí ou não petróleo em bastante quantidade, implique coisas terríveis, como perda de autodeterminação, soberania, espoliação econômica, dependência financeira etc. Para eles, o risco ou riscos não são das empresas que coloquem o seu dinheiro na busca de petróleo, mas do Brasil.

Curioso é que integram essa corrente os mesmos nacionalistas que, não raro, se excedem na exaltação das qualidades da nossa gente, chegando, às vezes, a revelar-se chauvinistas. Não admitem, no que fazem muito bem, que ela seja inferior, intrinsecamente, a outros povos. Repelem o complexo de inferioridade que outrora rola o íntimo de muitos dos que, de volta do estrangeiro, não fugiam a comparações entre a civilização de além-mar e a que, penosa mas corajosamente, aqui vamos construindo. Entretanto, em face do poderio do capital estrangeiro, como que demonstram estar possuídos de certo complexo, que não é propriamente de superioridade...

É impertinente cuidar um escriba, como o que assina estas linhas, de se referir a atitudes suas, no debate deste ou daquele problema nacional, no passado. Mas a relevância do petróleo parece-me que justifica algumas recordações pessoais. Resumem-se nisto: partidário de que se oferecesse ao Estado a oportunidade de explorá-lo sozinho, sem precisar partilhar com particulares os frutos da sua iniciativa, bati-me, como assessor de uma entidade de classe, pelo projeto do deputado Eusébio Rocha, que instituiria - contra a orientação do sr. Getúlio Vargas - o monopólio estatal nessa exploração. Tinha presente a história trágica do petróleo, em países desorganizados e sem resistência cívica suficiente para se oporem às exigências do capital estrangeiro. Tinha esperança de que não precisaríamos os brasileiros dividir com capitalistas dos países ricos uma riqueza que, infelizmente, como todos sabem, é exaurível, não se renova.

Já lá se vão 20 anos. Seja em virtude de erros humanos, de escassez de recursos financeiros ou de técnica, seja por qualquer outro motivo, o fato é que hoje não extraímos do subsolo senão 1/5 do líquido que se tornou indispensável à economia nacional. Talvez pudéssemos ter escolhido outro modelo de desenvolvimento, como o soviético, que reprimiu o consumo popular e deu ênfase à produção de bens de capital, desprezando o automóvel de passageiros para fabricar de preferência caminhões, tratores, locomotivas, vagões e trilhos. Agora, porém, não adianta confessar a nossa possível culpa. Adianta, sim, creio eu, firmemente, não termos medo. Porque acredito que a nação tem a estrutura necessária para enfrentar, sem receio, na mesa das discussões, qualquer traste, qualquer cartel, por mais poderoso que seja.

Restaria decidir se, do ponto de vista legal, os contratos de risco implicam na quebra do monopólio da Petrobrás. Para responder basta ver que esse monopólio é a negação à iniciativa privada, nacional e estrangeira, de considerar como reserva sua tudo quanto se refira à economia

do petróleo. Portanto, só se a iniciativa privada recuperasse a liberdade que possui até a data da instituição da lei sobre o monopólio estatal - e não há o menor indício disso nas informações até agora divulgadas - é que se poderia falar em infração legal.

Mas, mesmo que houvesse quebra do monopólio, ainda assim seria de invocar a lei da necessidade, traduzida na locução de que os fins justificam os meios. Sobretudo porque os contratos de risco satisfazem à condição, de ordem ética, de que os meios pela sua natureza não se distanciem dos fins. No caso, a natureza dos meios, isto é, a inexistência de concessões, de outorga de direito de propriedade do subsolo etc., não só é incompatível com a dos fins, como ainda está, evidentemente, próxima dela.

Dito tudo isso, seja-me permitido lembrar a companheiros da campanha a favor da Petrobrás, que não corramos o risco de investir no que se poderia chamar de nacionalismo infantil. Pois nacionalismo infantil é enunciar, no tocante a problema tão sério, a negação de Oswald de Andrade quando lhe perguntaram se havia lido determinado livro: "Não li e não gostei". Leiamos primeiramente os contratos, só emitindo opinião a respeito, depois de um sério e profundo exame deles. Tanto mais que, como escreveu Paulo Francis há pouco, o próprio Vietnã demonstra interesse em entrar em acordo com o estrangeiro, para explorar o seu petróleo. Mas ainda não se esqueça o exemplo da Nigéria, hoje grande produtor de petróleo, arrancado do seu subsolo por empresas transnacionais. E não nos deixemos levar por excessivo temor por tais empresas. Afinal, mesmo Portugal e sob a ditadura de Salazar, não se curvou diante do poderio de várias delas - é o que se deduz do fato de ser aquele país o único do Ocidente, e talvez do mundo, onde a fabricação de refrigerantes artificiais é proibida. (Por sinal que a União Soviética fez com a Coca-Cola um "acordo de cooperação científica e técnica"(!), conforme se lê na revista *Boissons de France*, junho de 1974.)

Não quero terminar estas linhas, subscritas por quem, pelo menos em virtude da idade, não deve submeter-se ao nacionalismo infantil, sem dedicar aos que se têm preocupado com o problema da miséria de grande parte da nossa população - cujo nível de vida é sabidamente várias vezes inferior ao de países, como o Canadá, onde as transnacionais exploram petróleo e outras coisas - a oração que abaixo segue. Oração traçada numa hora de insônia, quando o seu autor pensava não somente nas próprias dores como também nas dores do seu país:

Ouro negro, que estais no subsolo, santificada seja a vossa potência, venha a nós a vossa riqueza, assim na terra como no mar, o combustível de cada dia nos dai hoje, perdoai as nossas dívidas, assim como perdoamos aos nossos detratores, não nos deixeis cair em déficit e livrai-nos da pobreza, amém.

Jorge Martins Rodrigues
São Paulo, SP

Programa do Jornal de Debates

A liberdade de pensamento e o livre debate das idéias, são fundamentais para o progresso e aperfeiçoamento dos povos.

Mas tal liberdade só se realiza pelos meios normais de divulgação, imprensa, rádio etc.

Acontece, porém, que esses meios se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, isto é, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos.

O pensamento político, econômico e social torna-se, assim, menos um instrumento de indagação da verdade em prol do conhecimento científico e do bem público, do que um defensor dos interesses particularistas dos que dispõem de poder econômico.

Esse jornal apresenta-se como uma tribuna absolutamente livre que agasalha toda e qualquer idéia, manifestada com proficiência sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, não importando a cor política, a escolha filosófica e o credo religioso dos autores.

Não abriga, porém, ataques pessoais, diretos ou indiretos, nem injúrias, claras ou veladas, porque idéias só se destroem com idéias. Pelo debate polêmico e controverso em alto nível, pelo acolhimento imperial de todas as correntes de opinião, este jornal pensa em concorrer para o desenvolvimento da democracia do Brasil.

Aqui, com efeito, todas terão iguais oportunidades de manifestar livremente seu pensamento sem nada pagar: para o Jornal de Debates idéias são bem comuns, patrimônio social.

CARTAS

Onde estão os políticos do passado? O leitor constata evidentes sinais de que Pernambuco atingiu o clímax da estagnação política. "O comportamento de suas lideranças no Senado federal, tanto da Arena quanto do MDB, atestam esta dolorosa realidade"

☆ Senhor Diretor:

Há evidentes sintomas de que Pernambuco atingiu ao clímax de sua estagnação política. O comportamento de suas lideranças - MDB e Arena - no Senado federal, é um atestado eloquente desta dolorosa realidade.

É bem verdade que essa decomposição política e conseqüente desintegração do poder civil não se restringe, não é um privilégio do outrora "Leão do Norte", mas, uma epidemia de âmbito nacional. Havemos de convir entretanto, que é na terra de Nabuco que ela se apresenta de maneira mais insólita, terrivelmente danosa ao incipiente regime democrático em que vivemos. Os seus atuais representantes no Senado, além de bisonhos, inexpressivos e amorais, fizeram tábula rasa de uma tradição, de um patrimônio histórico-político, construídos com sangue, suor e lágrimas e que constituíam, até pouco tempo, o grande orgulho da comunidade pernambucana, quicá do Brasil. Esse patrimônio, essa tradição, não são um mito e muito menos uma dessas farsas que a nossa história está sempre a apresentar em suas páginas. Apesar do *capitis diminutio* sofrido durante o sesquicentenário, quando as ossadas do imperador macularam, mais de século e meio de tradição histórico-política, continuam plenos de seivas histórica e revolucionária, através das atuações, no passado, de um Nunes Machado, de um Frei Caneca, dos Nabucos (pai e filho), de João Alfredo, de Araújo Lima e no presente, de um Agamenon Magalhães que, se a morte não o levasse prematuramente, muito teria feito para dinamizá-los, pois não lhe faltavam inteligência, criatividade, energia e o que é mais difícil nos dias atuais: um nacionalismo vigilante, um zelo incomum pelas riquezas do Brasil.

Agamenon seria o último dos estadistas. Com a sua morte iria, também, para o túmulo o futuro político de Pernambuco. Nenhum outro político teria o seu gabarito, o seu prestígio que dessem condições para uma possível liderança de âmbito nacional. Cid Sampaio, egresso das fileiras da extinta UDN, despontou como uma radiante promessa, mas seria sacrificado pelas intrigas mesquinhas de seus concorrentes políticos e pela incompreensão dos promotores do Movimento de 1964, que o julgando conivente com as esquerdas e conseqüente ascensão política do sr. Miguel Arraes, o jogariam, à semelhança de Aristides, O Justo, no mais humilhante ostracismo político. Esta imolação política de Cid Sampaio, que vinha de uma grande administração, trazendo entre outros méritos o de ter criado um parque industrial, de ter lançado os fundamentos da Sudene e elevado bem alto o conceito dos direitos hu-

manos - artigo que o pernambucano havia deixado de consumir pelo sr. Wilson Campos. Não se trata agora de fatos desagradáveis de autoria de um aventureiro político, cujo acesso ao Senado se deveu a um desses equívocos que, de quando em vez, surgem na história política de um povo. Agora se trata de dois homens públicos que ingressaram na política por vocação, que além de representarem substanciais correntes do pensamento político, dispõem dos mais expressivos redutos eleitorais de Pernambuco. As atividades profissionais que exercem na sociedade burguesa - de quem são os lídimos representantes - as mais edificantes possíveis: o sr. Paulo Guerra, apesar de fazendeiro, é bacharel em direito e tabelião público; o sr. Marcos Freire é professor universitário e diz entender de Constituição. Investidos de tantas responsabilidades perante a sociedade e a opinião pública, notadamente nas esferas políticas e intelectuais de seu estado, era de se esperar um melhor comportamento desses parlamentares, no tocante a coisa pública.

Tremenda ilusão a acalentada pelos pernambucanos. Tanto o representante da Arena como o do MDB na Câmara Federal, acabam de dar eloquentes demonstrações de que são políticos ultrapassados, que continuam praticando a mesma política do tempo da República Velha (de triste memória), a que o sociólogo Oliveira Viana em *Instituições Políticas Brasileiras*, intitularia de: "capoeirismo político". Ao afirmar, em ruidosas declarações que: "O governo do presidente Geisel não sabe fazer política"; o Nascimento e Silva cometeu, agora mesmo, um "erro imperdoável": vai abrir concurso público para 10 mil médicos, quando nós todos poderíamos nomear esses médicos", o velho soba político estava curtindo as suas saudades do coronelismo, dos tempos do "voto de cabresto", época em que os chefes políticos (os famosos coronéis do interior) casavam e batizavam, isto é, empurravam os eleitores à boca das urnas sob a mira de poderosos bacarmates e formavam os seus currules eleitorais à base de nomeações - que iam do simples servente ao médico - sem o devido concurso. Sabemos que por muito menos falta de ética política e parlamentar, o sr. Wilson Campos teria o seu mandato de senador cassado. Com tais afirmações, a velha e matreira raposa, além de estender um convite ao presidente Geisel e conseqüentemente à revolução, para retornar ao amoralismo político que notabilizou a República Velha, dá também, um atestado público de incapacidade ao partido do governo (Arena) de ganhar um pleito eleitoral honestamente.

Penso que, nem Danton, com seus "massacres de setembro", teria tanta capacidade de ousar. Convidar um presidente, juntamente com todo um Ministério, que lideraram um movimento de libertação com o objetivo de moralizar os costumes, notadamente a administração pública (não foi para isto que criam o Plano de Reclassificação de Cargos?), para cometer uma indignidade, uma amoralidade, num momento em que a corrupção, a

incapacidade, a negligência, a omissão ameaçam destruir a nossa incipiente medicina e a assistência médico-hospitalar, é com certeza, um ato de insânia e de um certo modo, atentatório à segurança nacional, inclusive uma enxovalhação aos brios políticos de Pernambuco. Que o sr. Paulo Guerra, entretanto, cometa desmandos, tolices desta natureza, ainda é explicável e justificável. Afinal, a velha raposa é um político em fim de carreira, conseqüentemente, não tem tempo mais a perder com idealismos políticos, excentricidades, somente admissíveis a política jovens e sem experiências. Como um velho cacique político, manhoso, tarimbado, ultraconservador, somente poderá conceber a política como uma "fruição plena do poder", isto é, carta branca para nomear, remover, demitir, matar, perseguir, esfolar, enfim, "casar e batizar" como nos velhos tempos, nos seus "feudos eleitorais". O DASP que vá pros infernos!... Hão de convir os pernambucanos e o Movimento de 1964, que o sr. Paulo Guerra, apesar de senador da República e tabelião público, é e sempre foi um homem do campo, da zona rural, que fez de sua fazenda "o seu pequeno mundo" e assim acontecendo, criou uma mentalidade política, em que os pleitos e os problemas políticos do estado e da nação, são simples prolongamentos da casa grande e de seus currais.

Os pecados do sr. Marcos Freire, contudo, foram mais mortais para a democracia, notadamente, para a restauração do estado de direito, do que os cometidos pelo sr. Paulo Guerra. Afirmando, com voz de um Júpiter, após uma longa peregrinação pela ONU, pela Meca da democracia (os *States*) que: "O governo brasileiro devia legalizar uma aberração, uma exceção jurídica que é o AI-5, anexando-o à Constituição, a pretexto de que o Brasil, constitucionalmente, estava no mesmo pé de igualdade das republiquetas da América Central e por que tinha uma tradição constitucional a zelar"! Com o devido respeito que tenho pelo constitucionalista e político Marcos Freire, nunca se ouviu falar de tantas heresias e besteiras juntas. Qualquer bom estudante de direito constitucional (mesmo sendo ele de Caruaru), sabe que em matéria de Constituição, estamos na estaca zero. Nunca tivemos por onde ter orgulho das nossas "Cartas Magnas": o nosso primeiro projeto constitucional, elaborado pelos constituintes de 1823, foi rasgado e jogado ao lixo pelo primeiro imperante; a Constituição que viria em seguida (a Carta Outorgada), saiu da casa do insolente Bragança; outras seriam arquivadas, outorgadas, no decurso deste século e meio de República, sem falar nos remendos por que todas passaram, que de tantos, dá-nos a impressão de que estamos diante de uma tenda de sapateiro. Então, como, onde e por que esta tradição constitucional de que nos fala o ilustre constitucionalista e senador Marcos Freire? Sei que o mestre Pinto Ferreira é um político apático, bisonho, mas é um insigne constitucionalista. Certamente, nunca falou de tradição constitucional brasileira,

nem em Caruaru e muito menos na velha faculdade da Praça Adolpho Cirne, que ele tanto dignifica com sua inteligência, com seu idealismo.

Talleyrand, gênio político da revolução e do bonapartismo, costumava afirmar: "As palavras foram usadas para esconder o pensamento". Essa afirmação seria erigida em princípio da "ciência política", em vista de sua constante utilização por parte dos políticos. Seria muita ingenuidade portanto, de nossa parte, acreditarmos nos pudores constitucionais do sr. Marcos Freire, que são tão extremados que dão para desconfiar. O que, na realidade, o sr. Marcos Freire esconde no pensamento, são suas ambições políticas que são tão insólitas, a ponto de perder o senso da razão e proferir semelhantes heresias. Sabendo-se candidato em potencial e imbatível no próximo pleito eleitoral de 1978 ao governo do estado (que tudo indica ser direto), o sr. Marcos Freire, como bom "aprendiz de feiticeiro", procura ser agradável ao governo, acalentando a esperança de não ser obstado em sua posse ao Palácio das Princesas (como aconteceu à prefeitura de Olinda). Para que então perder tempo e se indispor com a revolução por causa do AI-5, considerando por ela como uma instituição intocável, irreversível e a sua razão de ser? Se Paris valia uma missa, nas concepções maquiavélicas de Henrique IV, o Palácio das Princesas vale muito bem um AI-5, dirá certamente, o ambicioso senador...

Não foi assim pensando nas delícias do poder que esse assíduo leitor de *O Príncipe* fez corpo mole e se mandou para a ONU no exato momento em que os princípios dos direitos humanos eram conspurcados da maneira mais insólita com a morte do jornalista Herzog e quando o mais nobre patrimônio econômico da nação - a Petrobrás - seria alienado através dos famosos "contratos de risco"? A estas alturas dos acontecimentos, quem pretender se iludir com o sr. Marcos Freire que se iluda. Tudo, porém, está a evidenciar que estamos diante de um novo Tartufo, uma vez que o seu pensamento político é este: "O poder a qualquer preço", não importando ao deslumbrado senador que esse Moloch institucional tenha digerido em suas entranhas a carreira política de ilustres homens públicos do seu estado, como foi o caso do ex-ministro Oswaldo Lima Filho, Pelópidas Silveira, Manoel Correia de Andrade, Amaro Quintas, entre outros. O importante em tudo isso é que o AI-5 não o incomode em seus acrobáticos saltos no trampolim político!

Em sua obra: *Um Estadista do Segundo Império*, revela Nabuco que os parlamentares pernambucanos seriam cognominados de "os leões do norte" por suas atuações incomuns na defesa dos interesses de sua terra e de seu povo, que eram feitas sem transigência, sem acomodações, sem segundos interesses. A respeito desta nossa representação no senado bem que assentaria o cognome de "pigmeus do norte".

Harrison Oliveira
Rio de Janeiro, RJ

O admirável mundo novo de Lauro de Oliveira Lima

O educador Lauro de Oliveira Lima concedeu entrevista ao *Jornal do Brasil* na qual afirma que "educação é a produção de uma nova estrutura". Para ele, a juventude é naturalmente mutante e a educação tradicional é reprodutiva, alienante. "O cara que faz um curso na faculdade para a eliminação da malária na Amazônia está louco, pois só poderá arranjar emprego de 800 cruzeiros".

Mais do que pedagógico, o problema é estrutural, defende o educador Lauro de Oliveira Lima. "O que está errado na sociedade é o problema da polícia, da religião, da política, das leis, da assistência social. São patologias. Se a polícia for honesta, a religião converter os pecadores, o INPS funcionar, todos os organismos forem eficientes, os burocratas deixarem de ser malandros; aí, estaremos no admirável mundo novo."

- Educação é a produção de uma nova estrutura. Ortega y Gasset dizia que pedagogia é a arte de transformar a sociedade. A juventude é naturalmente mutante, e a educação tradicional é reprodutiva, alienante. O cara que faz um curso na faculdade para a eliminação da malária na Amazônia está louco, pois só poderá arranjar um emprego de uns Cr\$ 800,00 no departamento sei lá de que saúde.

- O grande problema é saber se educar é reproduzir a sociedade, os valores sociais. Quer dizer: vender no supermercado a mercadoria que produz dinheiro e não cultura. Na reforma do ensino, várias vezes foi utilizada a expressão: O sistema educacional como um supermercado, onde o estudante chega e sai procurando o que deseja em termos de formação.

- No esquema de reprodução, continua Lauro, a idéia fundamental é programa, currículo, vestibular - para não deixar passar quem não adquiriu os valores. Todo este cerimonial é chamado de escola, onde quem entra recebe a pergunta: "Onde você quer chegar?" Então, percorre este corredor aqui que você sai lá e ganha bem, muito dinheiro. Isto se o candidato não fraudar o sistema, como geralmente acontece. Mas, como é um cerimonial, a cerimônia tendo sido realizada, ninguém pergunta muito.

- Por exemplo, toda a vida eu lutei contra a reprovação. O que é reprovar um garoto? Vem todo o mundo numa onda de 6, 7 milhões de crianças de sete anos, e, de repente, metade delas não pode prosseguir. Então a idéia era a da escola continuada, a recuperação. Um belo dia a minha filha chega e diz: Vou fazer a prova de recuperação. Eu estava meio desligado da sistemática e perguntei: como é que é? Ela disse: "é uma prova lá, de uma matéria que eu não passei". Quer dizer: prova de segunda época virou recuperação. Ou seja, muda só o nome, pois tudo é uma dramatização.

- Assim, não há reforma do ensino. Nada é atingido na essência. Muda-se a nomenclatura, junta-se isso com aquilo.

Para desenvolver a inteligência

Negócio engraçado, agora não temos mais primário, ginásial, temos o curso de primeiro grau fundamental. Mas todo o mundo continua a pensar e argumentar, no país inteiro, nos moldes anteriores. Por exemplo: as autoridades não falam mais no primário, mas dizem que só vão dar as primeiras quatro séries, pois a verba só chega para elas. O que quer dizer isto? Primário. Ou, tudo são farsas.

- O que se quer mesmo é que a educação não produza, não crie novos valores, não discuta o *status-quo*. O que você pode perguntar é: como vai a educação no Brasil, do ponto de vista da reprodução? Também vai mal. Agora, este mal ninguém pode dizer se é um bem, pois quando uma coisa indesejável vai mal, se pode dizer que isso é um bem.

- E depois, prossegue Lauro de Oliveira Lima, a pedagogia não resolve problemas socio-econômicos. Por exemplo, se eu quero fazer uma experiência pedagógica aqui na escolinha (trata-se da Chave do Tamanho, escola-laboratório da pedagogia de Piaget, da qual é proprietário), é fácil. Será uma experiência particular, não financiada, vai pagar quem tem dinheiro.

- Mas o meu objetivo histórico não são esses meninos. Eu quero provar uma tese de que posso desenvolver a inteligência das crianças. Se eu pego um menino para recuperar, eu estarei fazendo terapia pedagógica. Mas é preciso saber por que ele está atrasado - simplesmente porque a mãe dele não comeu durante a gestação.

- O mínimo que se poderia desejar seria que a alimentação da humanidade fosse equivalente a das galinhas, para saírem todos iguais, como os ovos. Pois daí para a frente é que começa o problema pedagógico. Dê-me um ovo são, que eu decidirei pedagogicamente se ele produzirá um bom galo ou não. Agora, se já me dão um ovo estragado, eu nada posso fazer.

Como assimilar o know-how

- Mas se poderia perguntar se mesmo os meninos nestas condições não deveriam receber este *know-how* escrito, sem perspectivas históricas, só para sobreviver. Mas acontece que mesmo a assimilação desse *know-how* depende de certas condições. Por exemplo: o vocabulário de um menino do morro é aproximadamente 10% de um outro da mesma idade, da classe média.

- Quer dizer: o problema da educação tornou-se biológico. Por incrível que pareça, hoje é necessário salvar a identidade da humanidade, pois na medida em que se descobre que um menino já pode nascer totalmente estragado biologicamente, para efeito das ciclagens que ele vai sofrer nos próximos 25 anos, que é a infância do homem moderno, pois ninguém pode se considerar adulto sem cumprir todos os ritos da educação, do fundamental à pós-graduação, é trágico.

Entre o pensamento fechado e o criativo

Sincrônico ou diacrônico?

A escola piagetiana classifica, a grosso modo, as tendências do pensamento como *sincrônico, fechado, reprodutivo, e diacrônico, aberto, criativo, e se propõe a desenvolver este último.*

Fechado, o pensamento exige a conclusão, a resposta exata, a dicotomia mal-bem, branco-negro, o raciocínio binário, em que a investigação se resume ao certo/errado. Aberto, admite a dúvida, a incerteza, a especulação entre as muitas respostas implícitas em cada questão, o subjetivismo.

O pensamento sincrônico progride em linha reta, é objetivo, pragmático, realizador; o diacrônico avança aos saltos, visualiza, projeta, frequentemente pode chegar ao círculo de indecisão, e dele sair com a solução imprevista. Entre o sim e o não, pode responder com o "se é que..." A conclusão prefere a reflexão.

Sincrônico é o engenheiro, o militar, o construtor, o estatístico; diacrônico o poeta, o músico, o escritor, o físico. Entre estes, a diacronia frequentemente explode na contestação de um Sakharov, na

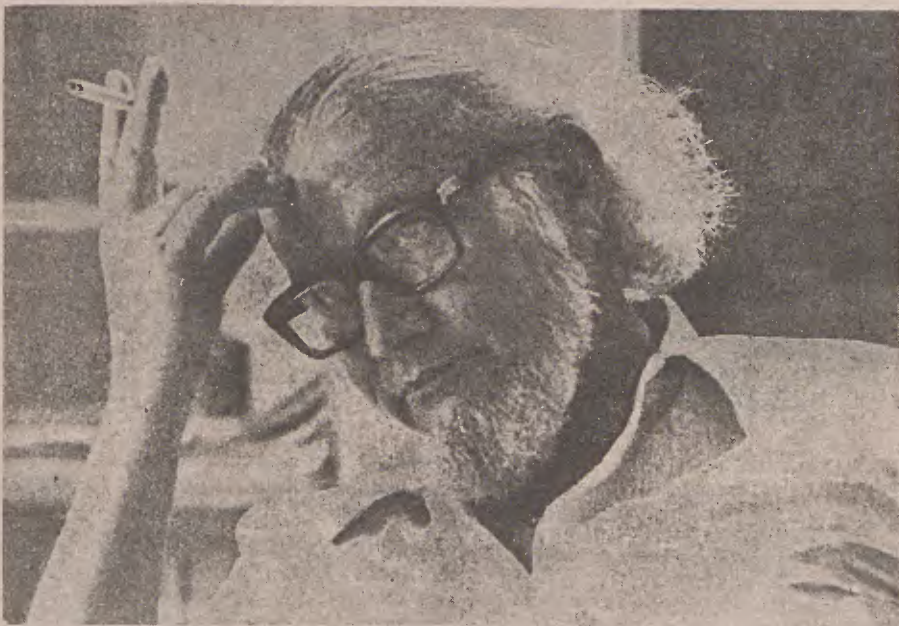
ficção de Issac Asimov, ou, como Arthur Koestler, pode levar à investigação das Leis da Coincidência.

Sincrônico é Kant, no seu positivismo, ao contrário de Goethe, poético no pessimismo. Na psicanálise, pode-se manifestar no sistema fechado, dogmático de Adler, ou na abertura de Jung. Sincrônico é o maniqueísmo, na sua divisão estrita entre o bem e o mal, diacrônica Santa Teresa D' Avila, no seu misticismo.

A pragmática busca da resposta, à suposição de que cada indagação comporta sempre a divisão entre o acerto e o erro, se opõe a visão na qual é possível questionar a própria pergunta, e, tal como Sócrates, buscar o conhecimento através de questões que se autojustificam.

Na escala dos seres normais, é absolutamente raro alguém ser um sincrônico ou diacrônico puro. No seu grau mais alto, o diacronismo conduz à anarquia, à contestação; o sincronismo à ditadura, à censura. O sincrônico é objetivo, pragmático, tecnológico; o diacrônico subjetivo, questionador, científico.

O progresso global, em seus aspectos materiais e humanos, tecnicistas e científicos, segundo os teóricos, é resultado da síntese do pensamento diacrônico e sincrônico. Um visualiza, projeta, idealiza. O outro desenvolve, realiza, constrói.



- Hoje, a educação tem um aspecto biológico fundamental. Acho notável darmos merenda escolar a 25 milhões de crianças - deve ser mentira - mas só admitirmos isso, dar comida a 1/4 da população, nos torna o país mais socialista do mundo, pois nenhum deles dá comida às crianças do primário. Então, desse ponto de vista, somos ultrafuturistas, em estatização. Chegamos à estatização da biologia.

- Quem está aqui - continua Lauro de Oliveira Lima, referindo-se aos que cumpriram todos os ritos da educação - é quem teve condições de chegar. Não basta ter uma matrícula gratuita num colégio público. O aluno tem que ter os tamancos, tem que comprar livro, tem que comprar a roupinha, o transporte, a alimentação. Nenhum ensino é gratuito. Para ser, precisaria internar os alunos e mantê-los totalmente. Então o que acontece? Tudo isso que fica de fora eu chamo de povo brasileiro.

- Então, de que educação eu estou falando? Da massa que fica de fora, ou dos privilegiados? Por exemplo: pegando o ano de 1969, 6 milhões de alunos entraram na primeira série do primário; no ano seguinte, 1 milhão passou e cinco ficaram. O que quer dizer? Quer dizer que eles não foram alfabetizados. Sobre tudo, com o nível do professorado primário, pois a gente pensa nas professoras do Rio, mas e as do interior de Alagoas? E, nas estatísticas, aparecem aqueles 5 milhões como alfabetizados.

- Quantos alunos estão, atualmente, no curso primário? De 15 a 20 milhões. Mas, e os que saem todos os anos? Eles não poderiam ser contabilizados. E o

Educar é criar um mundo novo.

que o nosso curso primário dá aos que ficam? Se você comparar o curso primário do Brasil com o francês, o nosso, inteiro, não corresponderia a um ano de escolaridade na França. Das professoras, 60% são mal informadas e a maioria não tem o ginásio completo. E, em muitos Estados, ganham a metade do salário mínimo. E até acham razoável, pois sabem que não estão fazendo nada, não têm aspiração, ou critério profissional; é uma mãe de família, ou uma moçoína esperando casamento, então nada melhor do que sair de casa e fingir que é professora. Depois, casa e comunica a todo o mundo que deixou de ser professora.

- O que é educação? Criar um mundo novo, quem vai inventar novas coisas, ou o que vai reproduzir as estruturas sociais? Até os sapos evoluem, até a educação do ponto de vista de um sapo não é a reprodução de um modelo.

- Deste ponto de vista, é trágica a situação nacional. Está todo o mundo

Oliveira Lima diz que a estrutura atual de reflexão do país é para a manutenção do sistema.

preocupado com currículo. Qual é a grande preocupação do Conselho Federal de Educação? Currículo. Quer dizer, se vai ser iniciado um curso de Engenharia, eles imediatamente botam um currículo mínimo. Ai eu me pergunto: será que alguém daria um curso de Engenharia sem um currículo mínimo? O CFE fez currículo mínimo para 130 profissões. Você acha que alguém no CFE conhece tantas profissões.

- É puro formalismo; não há gestação de idéias dentro do sistema porque é tudo disciplinado. Se houvesse uma geração espontânea de cultura no país, não precisava tanta fiscalização. Como nos Estados Unidos. Lá foi criado um sistema escolar que foi crescendo por gestação da cultura do povo. Nós não. Nós pegamos um país de escravos, produtor de matérias-primas básicas, agricultura, e trouxemos um sistema escolar europeu e o metemos aqui dentro. Só tem um jeito: é brutalmente obrigar o sistema implantado a parecer com o originário. É sincronia, manter os mancais oleados; diacronia é o futuro, como o sistema vai progredir.

- São incompatíveis as noções. Toda a estrutura atual de reflexão do país é de reprodução, de manutenção do sistema lubrificado. É natural que quem está na estrutura e a julga a melhor estrutura, não teorize sobre ela. Do contrário terá de identificar e corrigir as patologias. Ao passo que quem propõe a mudança tem de justificar o modelo proposto. Só reflete quem é diacrônico. O sincrônico não.

- E, por outro lado, são dois brasis. Para mim, quem criou esta expressão queria dizer o Norte e o Sul. Eu já acho que os dois brasis existem em cada rua do país. Entre nós a escola pública é considerada como sem liberdade, e a particular como a antítese. Ora, na França, a destruição da escola particular foi feita em nome da liberdade, pois o francês aceitou que o governo o representasse. Então como se livrar das estruturas opressoras não estatais? Estatizando. Tudo que for público e comum é mais livre, pois o povo está representado naquilo, e não grupos.

- No Brasil é justamente o contrário, e de onde vem isto? Do fato de nos termos acostumado a que o governo é a metrópole. Então o povo se identifica com o governo. Há uma esquizofrenia nacional entre o povo e o governo. Nós passamos 300 anos dizendo "a metrópole obrigou a colônia". Então, quando os portugueses

se transferiram para o Brasil e daí resultou a Independência, foi mais um truque histórico, de relações internacionais. O país não mudou; o grupo que era a metrópole na Europa veio para cá, e o mecanismo continuou o mesmo. Sendo que foi muito melhor para os comerciantes brasileiros, que ao invés de continuarem a fazer uma operação triangular, passando por Portugal antes de chegar à Inglaterra, eles passaram a trabalhar diretamente com os ingleses.

- E você veja a linguagem dos homens públicos brasileiros. Você sente o ranço de uma metrópole falando para a colônia, que é o povo. Inclusive, quando há a preocupação de falar uma linguagem inteligível, você a sente como uma preocupação de *descer ao*, ou usar *idéias para* - quer dizer: vamos ser condescendentes, pois afinal é a *nossa colônia*.

- Segundo os americanos, todo o mundo nasce igual, não levando em consideração que a mãe pobre gerou o filho em condições inferiores. Eu estou até admirado de que eles aceitem a tese das diferenças embriológicas, da alimentação durante a gestação como fator fundamental.

- E existem as triagens, pois não tem lugar lá em cima para os 15 milhões do primário. O vestibular é uma espécie de missa solene, tendo antes de passar pelas procissões e as novenas. A minha filha, quando foi para o grupo escolar - naquele tempo eu era ainda de botar filho em grupo escolar, até descobrir que ia estragar as suas oportunidades, por conta dos meus preconceitos ideológicos - chegou do exame e disse: passei, só tinha meninos do morro... Com oito anos ela já tinha entendido que o páreo era dela, que tinha ganho antes de entrar no páreo.

- Ai começa a *examinose*. Do ponto de vista da estrutura o resultado é muito bom. É realmente um milagre que só cheguem ao vestibular o dobro (na realidade a proporção é maior) do número de candidatos em relação às vagas, tendo começado com 15 milhões.

A tragédia da *examinose* qual é? É que ela determina os padrões do ensino. Discutir se tem redação, se têm cruzinhas, é irrelevante, pois do ponto de vista do vestibular está certo. Qualquer mecanismo que degole é bom. É lógico que esse tipo de prova seleciona um certo tipo de gente. Aliás, esse é um problema de epistemologia grave que ninguém nunca analisa.

- Porque é um tipo de prova que premia a quem se adaptar. Ela tipifica o tipo de pessoa que entra. Um menino muito imaginoso, crítico, não passa no exame de múltipla escolha, porque ele enfrenta as situações criativamente. Então ele pode perfeitamente julgar que a

Pode surgir uma solução imprevista.

resposta não está nas opções dadas. E a hipótese do exame é a de que a resposta certa só pode estar entre as seis.

- O dado fundamental é que um problema pode ter uma solução imprevista, na qual ninguém ainda pensou. Este é o tipo de homem: o homem criativo, prospectivo; o outro, o das cruzinhas, pensa sempre nas soluções convencionais; é o reprodutivo. É a chamada mente matricial. O resultado é que nós podemos estar jogando dentro da universidade só gente de mente quadrada. Os criativos, os mutantes, não entram. É uma tragédia com repercussão a longo prazo. Os efeitos serão sentidos quando esses caras começarem a tomar decisões para o país, lá pelo ano 2 mil.

Lauro de Oliveira Lima cita um pedagogo inglês, John Raymond: "Diga como é o exame e eu te direi como é o sistema escolar". Todo o sistema que se aglutina num exame, tudo para trás funcionará em função dele. Isto é óbvio: estes meninos que se preparam para o vestibular e entram nos cursinhos, encon-

tram tudo imitando o vestibular. E é só pegar um livro do primário, que lá já está a múltipla escolha.

- Ninguém levantou ainda este problema com a agudeza que ele merece. Quando se estabelece que só entram pessoas com 1,20m de altura, dentro de algum tempo se pode esperar uma população com esta estatura. O trágico, do ponto de vista do vestibular, portanto, é a seleção que ele faz de um certo tipo de mentalidade.

- O silêncio da universidade só pode ser efeito do vestibular e do computador. É óbvio que, para modificar, é necessário uma nova concepção da nação. E dá medo melhorar o vestibular, colocar redação. O que é um caso para se analisar. A televisão limita o vocabulário e, se os pais trabalham fora, a empregada é analfabeta, a criança fica à mercê da TV e está formado o quadro antilinguístico. E a linguagem é um problema de nível mental. A juventude que não discute, não debate, não lê, não vai redigir nunca.

Linguagem escrita é assunto sério.

- A linguagem escrita é um negócio seriíssimo, uma espécie de especialização do saber ler, que divide a civilização arcaica, da civilização histórica. É preciso alfabetizar a partir dos textos. Ler é entender um texto. E o Mobra, por exemplo, não alfabetiza, pois ainda não houve um aumento da circulação dos jornais. Se alguém adquire um *know-how* deste porte, que é o de saber ler, terá a preocupação de comprar, pelo menos uma vez por semana, um jornal. Se não houve o aumento da circulação dos jornais, os analfabetos continuam analfabetos, pois seria o mesmo disparate dizer que se tornou um hábito fazer cadeiras no país e não há cadeiras.

- O problema da redação é muito sério, e exige uma transformação do sistema escolar. Ninguém redige sem ser um bom leitor. Uma coisa é a linguagem falada, sem predicado, sem sujeito; outra é botar a frase para ser lida e meditada. E ninguém pode meditar se não for através de um texto.

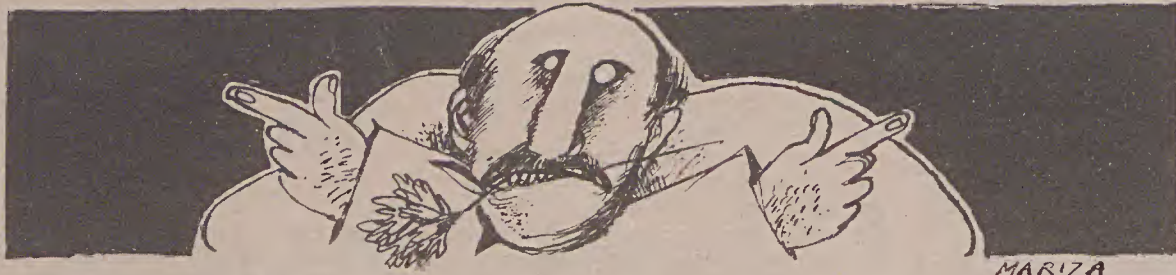
- O vestibular, portanto, foi criado para medir a quantidade que entra e não para medir o nível de ninguém. Discute quantos podem entrar, revelando desta forma mais a concepção ideológica do país do que o seu sistema educacional.

- A universidade deveria ser um lugar onde se discutisse todas as correntes, para ver qual a melhor. Não um lugar só para aprender, mas para refutar e criticar. Isso se chama evolução. Se a idéia da evolução fosse *evoluída* pelas elites, tudo se transformaria.

- Há dois tipos de produção de criatividade: a inteligência de uma criança dos sete/oito anos aos 11/12 é concreta. Daí em diante, abstrata. Na faixa da concreta, o menino está interessado em coisas concretas, daí passa para abstrações, como moral, política etc. Assim, a sociedade estimula ao máximo a criação tecnológica. No seu livro *A Reforma da Natureza*, Monteiro Lobato reproduziu a fase do pensamento concreto. Uma das reformas mais interessantes propostas é a da vaca, com a colocação de relógios nos chifres, divisão das tetas - duas para os bezerros, e duas para a exploração. Mas no final os bezerros ficam sem o leite. Isto é o pensamento permitido. Não se discute se na vaca sociológica o rabo está bem colocado, porque seria necessário mudar o *status quo*.

- É importante ver os valores que dominam a sociedade. O princípio da autoridade, em que uns mandam e outros obedecem. A *reforma da vaca* seria no sentido de juntar as pessoas para deliberarem, e essa deliberação conjunta eliminaria o princípio da autoridade imposta.

Portugal: o poder indefinido.



Sem falar nos "murais" do Rossio, circulam 15 jornais na capital lusitana, entre diários e semanários. São todos órgãos de facção e a sua leitura nos leva a concluir que a opinião pública portuguesa sofreu um processo de esfrelamento. E, como as águas ainda estão turvadas, os grupos se valem das suas folhas para xingarem as mães uns dos outros. A linguagem é violenta, mas ultrapassada. Os esquerdistas abusam de clichês que nenhum agitador - dos tempos da "semeadura do ódio" - utilizaria, agora, sem corar. Da parte dos direitistas, os argumentos ainda são da época em que os comunistas eram acusados de devorar as crianças.

A subliteratura ideológica é pânica, pois as duas grandes áreas de atrito estão divididas e subdivididas entre várias lideranças, sendo comum ver-se companheiros - em superficial divergência - atirarem pedras nos companheiros. Adaptando Lenine, podemos afirmar que o vedetismo é a doença infantil da revolução portuguesa. Só do ângulo da liberdade para se dizer o que se queria - apesar do ostensivo anti-esquerdismo oficial dos últimos tempos - é que a *melée* pode ser apreciada como um fenómeno saudável. É difícil acreditar que o situationismo aprofunde a sua tendência direitista até o ponto de pôr cobro às catilinárias. Falta-lhe força para estabelecer uma censura férrea e, muito possivelmente, jamais a adquirirá: Além disso, é por meio da imprensa livre que a reação mantém as correntes políticas populares em contínuo processo de fracionamento.

Aparentemente, pelo menos, uns dois ou três jornais não estão metidos na briga de todos contra todos. Mas não se arriscam a argumentar com independência. Ou, então - como explica alguém - carecem de redações de bom nível profissional. Assim, o salazarismo seria o grande culpado, de vez que - durante meio século - manteve a intelectualidade portuguesa sujeita aos padrões da cultura e da criatividade de antes da primeira conflagração europeia.

Essa desculpa é meio esfarrapada, pois a maioria dos que estão comandando o espetáculo revolucionário é constituída de pessoas que viveram - no mínimo - 10 anos no estrangeiro. Tiveram oportunidade, portanto, de ficar em dia com o mundo. De quase todos os novos líderes se diz que estudaram muito no exílio e que mantiveram estreitas relações - inclusive de amizade - com os expoentes políticos em ambos os lados da cerca que divide a humanidade dos nossos dias.

Ninguém discute o fato de que o salazarismo comprimiu o processo do desenvolvimento cultural da nação e que, em consequência, entupiu a fonte da criação de novos valores intelectuais. Não é de se crer, porém, que tivesse tido um poder mágico capaz de fazer com que rezassem pela sua cartilha os que se encontravam fora do alcance do seu policiamento obscurantista.

A outra hipótese é a de que a revolução portuguesa representou, no fundo, a tão longamente esperada volta de Alcacequibir. Assim, apesar de passar anos no estrangeiro - em contato com as grandes idéias universais - cada exilado pensa que está regressando da perdida batalha contra os mouros. Como se explica, no entanto, que a nova ordem lusitana tenha virado as costas à África, que é o contexto histórico-geográfico do sebastianismo?

A impressão que se tem é a de que a "europeização" dos exilados do salazarismo foi uma experiência provinciana. Então, para Mário Soares, deve resultar politicamente mais compensador ser visto a dar palmadinhas na barriga de Willy Brandt do que apresentar-se suando entre Angola e Moçambique. Da sua parte, Álvaro Cunhal pre-

feriu aparecer como uma peça no tabuleiro de xadrez da *détente* - mesmo como um simples peão - a ter de agir como um *realpolitiker* num país onde quase toda a população camponesa é composta de *mujiques*: dezenas de milhares de famílias proprietárias de um único hectare de terra.

Uma das formas de a nova liderança exhibir o seu "europeísmo" é procurar convencer a opinião pública de que o lugar de Portugal é entre os seus pares, meramente geográficos, do continente. Bonn ou Moscou - até Estocolmo - estariam, então, mais ligadas a Lisboa do que Lourenço Marques, Luanda e mesmo Brasília. O resultado dessa pseudomorfose ocidental foi Angola ter sido jogada às feras, transformada num ponto de alta tensão internacional, num campo para a batalha preliminar da nova guerra fria.

As perspectivas são apocalípticas. As tribos angolanas vão ser jogadas umas contra as outras com uma impiedade maior do que a do colonialismo português, quando deveriam ser integradas - principalmente pela educação - numa única sociedade. As florestas do país vão ser desfolhadas, as suas populações e os seus bichos serão queimados pelo *napalm* e serão estupradas as fontes da sua riqueza. No entanto, quase como Nero tangendo a lira diante do incêndio de Roma, o chefe do governo lusitano usou a sua mensagem de Ano Novo para lembrar enfaticamente que o país está na Europa. Ao mesmo tempo, o líder do Partido Socialista dava meia volta ao mundo para dizer *platinudes* à imprensa da Venezuela. Da sua parte, indiferentes aos verdadeiros desafios do progresso coletivo, os jornais de Lisboa continuavam a apedrejar - como as tribos pré-históricas - o sol que já tinha se posto.

Hoje, o mais grave problema de Lisboa não é o produzido por uma agitação política de quase dois anos. Isso era de se esperar, pois nenhuma sociedade sai repentinamente de uma compressão de meio século simplesmente enfiando cravos vermelhos na boca dos fuzis que, até então, vomitavam fogo na África ou intimidavam na metrópole. A casa portuguesa, com certeza, está dividida. Mas é fatal que, um dia, a poeira assente. Não é esta, portanto, a questão decisiva.

Desde as primeiras horas da derrubada do salazarismo, o importante para Lisboa era tornar-se capaz de dar resposta ao desafio feito no sentido de ser estabelecido - com urgência - um novo relacionamento com as antigas colônias. Isso era mais imperativo, há dois anos, do que quando - já lá se vão dois séculos - Dona Maria I afirmava que "Portugal sem o Brasil é uma insignificante potência".

Sem a retaguarda dos seus velhos domínios africanos, a economia lusitana acabará reduzida, na base, a um mero esforço de subsistência - com grandes excedentes "exportáveis" de mão-de-obra primária - enquanto, nas faixas da riqueza concentrada, só haverá possibilidade de indústrias marginais: a do turismo, com o máximo de permissividade - tanto de costumes com política e mesmo financeira - e a da exploração das necessidades supérfluas dos ociosos endinheirados do mundo inteiro. Então, o "jardim da Europa à beira-mar plantado" não será apenas uma imagem poética.

O grande erro do salazarismo residiu em teimar na manutenção de um império colonial a ferro e fogo, quando ainda tinha tempo para criar uma comunidade de nações de língua portuguesa, fazendo das "provincias ultramarinas" verdadeiras entidades político-administrativas e não simples rótulos para despistar a opinião mundial. E o Brasil, tendo podido pressionar Lisboa no sentido de

Em Portugal, a liberdade de imprensa é aproveitada pela reação que "mantém as correntes políticas populares em contínuo processo de fracionamento". É o que diz nosso ex-diretor Limeira Tejo.

estabelecer um convívio federativo luso-africano, lançou mais lenha na fogueira de uma profunda crise histórica, ao apoiar sentimentalmente - nos conselhos internacionais - a continuação de um férreo, mesmo desumano, sistema de dominação.

Para que os laços com as antigas colônias não sejam totalmente rompidos, o regime português terá de ser aparentado - pelo menos nas suas linhas mestras - com os que forem instituídos nas áreas africanas até ontem dominadas por Lisboa. As forças políticas metropolitanas terão de cultivar os seus antagonismos em função do que se fizer no continente negro. Ou então, a "construção socialista" lusitana - de que, aliás, se fala agora muito pouco - não passará de uma tentativa para construir um castelo nas nuvens, com o emprego de pedreiros da Torre de Babel.

O que se passa em Angola é uma consequência do tipo de guerra travada para sacudir o jugo de Lisboa. Depois da independência, os grupos insurrectos - já então lutando entre si - agruparam a dança em outro salão, ao som das mesmas músicas "externas" com as quais começou o baile. Como a nova nação é rica e estratégica, Washington e Moscou não saíram da jogada, cada uma com medo de que uma solução "interna" da contenda fosse adotada contra os seus interesses. Preferiram criar uma situação que lhes permita, mais tarde, dividirem o bolo.

O Portugal salazarista nunca se deu conta, ao que parece, do fato de os Estados Unidos serem - apesar de "aliado" - um dos instigadores da descolonização dos domínios lusos na África. Ou, então, acreditava ingenuamente que estava sendo ajudado com dólares, armas e forças titeres. E como a União Soviética, "inimiga nata", patrocinava outra frente de luta pela emancipação angolana, Lisboa devia achar que - embora a estivessem ferindo também - os bandos apoiados pelos norte-americanos acabariam a ela se unindo contra o "dominó" comunista no continente negro.

Mas esse raciocínio - se foi feito - perdeu o sentido com a derrubada do salazarismo. Antes que qualquer das superpotências roubasse o espetáculo, o novo poder português correu romanticamente - sem nenhum plano - a promover a independência das colônias. Com os olhos postos na platéia social-democrata da Europa, Mário Soares - então ministro das Relações Exteriores - só teve uma preocupação: apagar a negra lembrança da longa permanência lusitana na África. Assim, Lisboa acabou omitindo-se no parto político das suas antigas áreas de dominação.

Agora, para voltar a Angola como poder interessado no término da guerra civil, Portugal terá de escolher um dos lados. Ficou fora do jogo e, qualquer que seja o seu alinhamento, acabará preso porque tem cão e, também, porque não tem. Se houver uma definição direitista da atual luta pelo poder em Lisboa - o que, diga-se de passagem, não é provável - as tropas lusas realizarão uma expedição punitiva contra Luanda, sob comando norte-americano. De outra parte, se vier a firmar-se a linha do "socialismo sueco", não haverá outra coisa a fazer senão chorar pelo leite derramado.

Como ficou provado com o impasse da recente reunião de cúpula da Organização da Unidade Africana, não existe a possibilidade de a guerra civil em Angola ser terminada pela conciliação das suas facções. Uma "solução de compromisso" só poderá surgir no plano das relações entre as duas superpotências. Isso quer dizer que, por falta de uma realística política portuguesa de descolonização, a nascente nação negra está ameaçada de acabar como outra "área sensível" na periferia dos mundos comandados por Washington e Moscou: dividida ao meio por um paralelo.

Qualquer brasileiro ou não brasileiro ou mesmo antibrasileiro que se sentisse lesado em seus direitos, legítimos ou não, botava a boca no mundo, corria aos meios de comunicação onde, em geral, seus lamentos eram colhidos de braços abertos

As recordações de um ex-secretário de imprensa

RAUL RIFF

Pedem-me algumas palavras sobre o tempo em que fui secretário de Imprensa da Presidência da República, no governo João Goulart. Evidentemente, os objetivos, as dificuldades e o estilo de um secretário de Imprensa da Presidência refletem os objetivos, as dificuldades e o estilo do governo a que ele serve, dentro do quadro histórico em que se movimenta.

Posso assegurar que não é ofício ameno o de secretário de Imprensa de um presidente voltado para o povo, empenhado em realizar amplas reformas de base e preocupado, ao mesmo tempo, em manter em pleno vigor todas as normas legais. De um presidente que aceitava todas as correntes de opinião e que governava com os jornais, ao rádios e as televisões funcionando a todo vapor.

Essas reformas de base que o governo estimulava, e algumas delas chegaram a ser concretizadas, a foram gerando, como não poderia deixar de acontecer, desesperadas reações de parte dos interesses contrariados, formando por fim uma avalanche incontrolável.

Indispensável recordar, em uma lista ainda que incompleta, os demônios que Jango foi desentocar, cada um deles com força suficiente para abalar os alicerces de qualquer governo. Só essa relação permite entender o governo Goulart, os caminhos brasileiros que percorreu, as tempestades que então se soltaram e sua derrubada final, depois de apenas dois anos e sete meses de agitada existência: disciplinados investimentos estrangeiros e da remessa de seus lucros; encampação das refinarias pertencentes ao capital privado; novas normas disciplinares para as concessões de riqueza minerais no país; lei de desapropriação dos latifúndios improdutivos ao longo das ferrovias e rodovias, mediante (é bom frisar) pagamento em títulos da união; lei estabelecendo regras para o arrendamento, aforamento, parcerias ou qualquer outra forma de locação agrícola; incentivo à sindicalização rural; implantação da Eletrobrás, essa mesma Eletrobrás que Getúlio Vargas em sua carta-testamento advertira que estava sendo "obstaculizada até o desespero"; lei de telecomunicações, para cuja aprovação o governo teve que se lançar em uma verdadeira batalha campal; estabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e início de laços idênticos com a China Popular; criação do Ministério do Planejamento; controle dos preços das matérias-primas importadas destinadas à fabricação de medicamentos; reforma urbana.

Necessário insistir: o presidente Goulart governou de portas abertas, em uma vitrina, por assim

dizer. Qualquer brasileiro ou não brasileiro, ou mesmo antibrasileiro, qualquer empresa, nacional ou estrangeira, que se sentisse lesada em seus direitos, fosse estes legítimos ou não, botava a boca no mundo, corria aos meios de comunicação, onde, em geral, seus lamentos eram acolhidos de braços abertos. Essa inquietante onda vinha bater também às portas da Secretaria de Imprensa, ou, mais objetivamente, do secretário de Imprensa. Não era fácil.

Surpreendido pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, quando se encontrava no Extremo Oriente chefiando uma delegação econômica do governo brasileiro, o então vice-presidente João Goulart teve logo plena consciência não só das barreiras que lhe seriam opostas à entrada constitucional do Palácio do Planalto, como também das muitas armadilhas que certamente seriam urdidas para embargar-lhe os passos durante o exercício da presidência, se chegasse até lá.

Ainda em Cingapura, quando o senador Barros de Carvalho, um dos representantes do Congresso na delegação, propôs que se levantasse um brinde ao novo chefe da nação, Jango logo a isso se opôs, sugerindo, em troca, que o brinde, se brinde houvesse, fosse dirigido não a ele, mas sim ao "imprevisível".

O trágico exemplo de Getúlio Vargas era recente. E ele, Jango, estava disposto a retomar a bandeira popular e nacionalista do chefe trabalhista. Aquela mesma bandeira desenvolvimentista que já nos dera a Petrobrás, a Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Legislação Trabalhista e tantas outras conquistas de evidente interesse nacional.

Transpostas as etapas e as dificuldades que se conhecem, e encerrado o episódio militar, conseguiu finalmente João Goulart desembarcar em Brasília, para assumir não o Poder Executivo em sua plenitude constitucional, mas apenas colocar-se à frente de um regime parlamentarista híbrido, concebido pelo Congresso em nervosa madrugada com a finalidade expressa de debilitar os poderes do novo chefe da nação.

Foi preocupação constante do presidente João Goulart assegurar as liberdades públicas, sem distinguir brasileiros por suas cores partidárias ou preferências ideológicas. Ninguém foi arrastado à prisão por motivos políticos. Não faltou quem encontrasse exatamente aí a contradição isolável e fatal, a mesma que tinha levado Getúlio ao suicídio: como realizar reformas de profundidade, mudanças radicais que vão quebrar velhos privilégios,

sem empregar a força que amordaça os protestos e sem colocar algemas nos opositores mais audaciosos? "Esse Jango está cutucando a onça com vara curta", advertiam as raposas pessedistas.

Coerente com o que sempre pregara nas praças públicas, quis conciliar grupos e interesses contraditórios, procurando o tormentoso caminho da evolução pacífica. Foi um conciliador, um reformista enfim, mesmo e principalmente no momento da queda, quando até o derradeiro minuto lhe foram propostas engenhosas fórmulas para que permanecesse no planalto, pelo menos nominalmente, desde que jogasse pela janela aqueles propósitos, aquelas idéias que construíram sua imagem diante do povo brasileiro, seja no Ministério do Trabalho, na vice-presidência ou na presidência da República. Preferiu abandonar o poder. Não quis contribuir para que fosse derramado sangue brasileiro, em uma luta de resultados e conseqüências imprevisíveis. Foi um erro?

Bem, só a História poderá dar uma resposta satisfatória. Ao contrário do que tem sido propalado por aí certos constitucionalistas dos fatos consumados, só ela, a História, tem força e autoridade para legitimar atos que se processam na escala das nações.

Claro, a amizade que me ligava ao presidente João Goulart - e que ainda conservo - facilitava minha tarefa informativa, de tal modo que sempre me senti bem atualizado quanto aos objetivos do governo, sua orientação política, administrativa e social.

Agora, outros são os tempos, aqui e no mundo. Acredito, por exemplo, que o dr. João Goulart tenha sido o último dos nossos presidentes a circular pelas ruas e estradas do Brasil sem escolta, dirigindo seu próprio carro, ou mesmo a pé, só ou em companhia apenas de sua mulher e de seus filhos.

Recordo que logo que retornou ao Brasil, ainda naquele setembro quente, quando os ânimos permaneciam muito exaltados, o presidente Goulart deixou certa noite o Palácio da Alvorada dirigindo seu carro, o que fazia com freqüência, rumo à residência oficial da Granja do Torto. Ia só. Ao verme, convidou-me a acompanhá-lo. Estávamos à altura da universidade, quando, em sentido contrário vinha enorme caminhão, cujo motorista fazia sinais para que parássemos. Sem a menor sombra de cautela, o presidente freou seu carro. Do alto da cabina, o motorista, que evidentemente não reconhecera o chefe da nação, perguntou-lhe:

- "Ei, moço, pode dizer-me onde fica essa tal de W-3?"

- Desculpe, meu amigo, mas não sei. É que sou novo aqui - respondeu o presidente da República, que engrenou uma primeira, acenou com um adeus e prosseguiu a viagem com a maior naturalidade.

No governo, Jango foi sempre assim: um homem simples, sem medos e sem ódios. E assim, tínhamos que ser nós também, na secretaria de Imprensa.

Alguns historiadores são de opinião que o presidente João Goulart chegou à cena antes do tempo. Como um ator que irrompe no palco quando ainda não é chegada a sua vez: suas palavras e seus gestos não são entendidos por muitos. Vieram os que então julgavam indispensável voltar atrás, remontar cenas já passadas, pois aquela outra, a que irromperia antes do tempo, essa precisava ser apagada, esquecida.

CARTAS

No campo, também, se discutem os direitos do homem. No entanto, qualquer reação, é taxada de subversiva.

☆ Senhor Diretor:

Foi com alegria que encontrei nas bancas de jornais de João Pessoa, PB, o *Jornal de Debates* no seu primeiro número. Sabemos que não é um primeiro número, mas o reviver de um órgão que prestou grandes serviços as causas da nacionalidade, particularmente na heróica luta pelo

"petróleo é nosso". Portanto, complementando essa alegria, faço por esta os meus cumprimentos acreditando na reedição de tantas outras lutas que hão de enfrentar, notadamente aquelas dos direitos humanos, hoje principalidade para restauração das garantias individuais e a preservação da dignidade do homem.

Assim, no ensejo dessa tribuna aberta ao debate gostaria de despertar para os problemas desse Estado da Paraíba, talvez de todo o Nordeste: a violação dos direitos do homem do campo.

Vive o Estado da Paraíba em pleno conflito entre uma minoria de latifundiários, amparados

por incentivos da Sudene e, doutro lado, o pequeno arrendatário ameaçado de expulsão de sua lavoura, outro tanto já expulso e perambulando com suas famílias nas margens das estradas e na mais completa miséria.

A cana e o gado avançam sobre esses pobres arrendatários, violando leis, ao arbítrio de capatazes e administradores sequeiros de fazendeiros; grande força política local e nacional.

De início, o trabalhador ameaçado reage tentando preservar-se à terra - seu único bem e patrimônio, toda a sua vida e existência; mais tarde porém a força e a intimidação aca-

bam por fazê-lo perder o ânimo, desamparado que está de qualquer auxílio, quer particular, quer governamental. Tudo que se opõe ao fazendeiro, chefe político da região, é considerado subversão. O medo dos anos passados e a intimidação pelo simples chamamento aos órgãos de segurança, fazem desses pobres arrendatários um instrumento dócil às mãos da tirania dos caciques da terra.

O estatuto da terra, a mensagem que o acompanha, a política de reforma agrária e os processos de desapropriação não passam de textos mortos de leis que jamais foram cumpridos no seu

exato sentido social.

O fazendeiro tem assim todo o poder em suas mãos, queima casas dos arrendatários, cerca terra e a mistura com o gado, destrói suas plantações. Doutra lado, o camponês continua sendo a grande vítima calada, esmagada. Até a voz da Igreja procuram - os fazendeiros - esmagar através da "pecha" de subversivos.

Resta, portanto, aqui, esta palavra que gostaria de ver nesse *Jornal de Debates*.

Com os cumprimentos e a certeza de novas vitórias em todas essas lutas: o direito da palavra.

Vanderley Caixe

Subdesenvolvimento industrializado (1) é provavelmente a melhor caracterização para uma série de países periféricos que desde os anos 30 e 40 realizaram um processo de industrialização sem, todavia, haver logrado superar sua condição de subdesenvolvidos. Um setor industrial moderno e relativamente integrado foi implantado nesses países, mas beneficiou uma pequena parcela da população: os empresários capitalistas nacionais, as empresas multinacionais e uma nova classe média tecnoburocrática recebendo ordenados.

Este modelo de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento tende a apresentar taxas elevadas de crescimento e relativa estabilidade política, nos quadros de um seguro autoritarismo, desde que as classes dominantes estejam unidas. Um estado nacional forte, onde se localizam os tecnoburocratas civis e militares, permite o controle político e econômico da sociedade.

Entretanto, este tipo de economia dependente está sujeito aos ciclos econômicos peculiares ao sistema capitalista. Além disso, é extremamente vulnerável às flutuações da economia mundial, na medida em que, através das empresas multinacionais, tende a internacionalizar-se e tornar seu setor moderno cada vez mais solidário com as economias capitalistas centrais.

Quando um processo de desaceleração tem lugar em uma economia desse tipo, ainda que as taxas de crescimento permaneçam positivas, ainda que se configure uma simples recessão econômica e não uma depressão, a tendência do sistema político é para a crise, e a válvula para a crise é o aumento do autoritarismo e da repressão. A crise política ocorre, principalmente, ao nível da cúpula dirigente. Os grupos marginalizados, econômica e/ou politicamente, desse tipo de sistema não são atores da crise política, mas acabam sendo suas maiores vítimas. Em uma formação social tecnoburocrático-capitalista deste tipo, o planejamento e a política econômica estatal substituíram, em parte, os mecanismos de mercado na apropriação e divisão do excedente, ou seja, da renda nacional que excede o consumo necessário dos trabalhadores. Este fato vai tornar esta formação social tecnoburocrático-capitalista dependente mais sujeita ao autoritarismo e muito mais sensível politicamente a processos de desaceleração econômica.

Em certos momentos, e por uma série de razões que não cabe agora aprofundar, o modelo de subdesenvolvimento industrializado entra em fase de desaceleração econômica. Esta recessão não precisa ser necessariamente uma depressão. A renda por habitante pode continuar a crescer, ainda que muito mais moderadamente. O desemprego pode aumentar, mas ainda permanecer dentro dos amplos limites "toleráveis" que caracterizam este tipo de modelo político, em que o poder político e econômico dos trabalhadores é mínimo.

Esta desaceleração da atividade econômica pode ser considerada relativamente normal, no

Na desaceleração, o excedente sofre.

plano econômico, exigindo apenas que se revisem os planos, que se apertem os cintos, que se alterem certas escalas de prioridade, para que a economia volte a crescer em ritmo normal, mais baixo. Não mais a 10% ao ano, como aconteceu com o Brasil entre 1968 e 1975, por exemplo, mas a 5 ou 6 por cento. Entretanto, o plano político e o plano econômico estão, nesta formação social, intimamente ligados. A redução da taxa de crescimento não se resolve tão facilmente no plano político. Pelo contrário, provoca crise, cria desassossego nos setores governamentais e nos setores empresariais, possibilita o surgimento de divergências nos setores dominantes, as quais afinal tendem a se resolver não pela solução desses conflitos, mas por um aumento desordenado das atividades repressivas sobre estudantes, intelectuais, trabalhadores, ou seja, os grupos que neste modelo permanecem marginalizados. O espectro do comunismo surge novamente, ainda que o próprio comunismo soviético, que provavelmente é o único relativamente organizado, venha perdendo cada vez mais cunho revolu-

Desaceleração, crise e autoritarismo

LUIZ C. BRESSER PEREIRA.

Desaceleração econômica, crise política e autoritarismo são fenômenos interdependentes no modelo tecnoburocrático capitalista de subdesenvolvimento industrializado. O sistema capitalista clássico tem condições de manter uma relativa estabilidade política em condições de baixas taxas de crescimento econômico, à medida que a apropriação do excedente e sua divisão entre a classe dominante é feita através do mercado.

cionário na medida em que depende de uma superpotência nacionalista e conservadora, dominada por uma tecnoburocracia totalitária, como é o caso da União Soviética. Nestes termos, através de um típico processo de transferência de objeto de agressão, os grupos políticos marginalizados, cuja possibilidade de ação efetiva é geralmente muito pequena, tornam-se as vítimas dos conflitos que ocorrem ao nível da cúpula do sistema (2).

Por que não é preciso a depressão econômica, a queda no produto, o aumento violento do desemprego, mas a simples desaceleração da taxa de crescimento da renda para que o sistema político entre em crise? Há várias razões para este fenômeno.

Em primeiro lugar, temos o problema central da divisão do excedente. Não estamos em um modelo capitalista clássico, em que a apropriação e divisão do excedente, ou seja, da mais valia, entre os capitalistas se realiza basicamente através das leis do mercado. Mesmo aí, essas regras não funcionam com perfeição, na medida em que o grau de monopólio obtido por alguns competidores garante-lhes uma parcela mais que proporcional do excedente. Mas os desvios não são tão grandes a pôr em risco o sistema. Já no modelo capitalista-tecnoburocrático que estamos estudando o mercado tem pouca importância para a divisão do excedente. Este passa, antes, pela intermediação do Estado, de um Estado extremamente poderoso, que controla o crédito, distribui subsídios, autoriza ou não investimentos, define salários e ordenados, taxa lucros.

Nestes termos, o modo de divisão de excedente entre os grupos dominantes – capitalistas locais, empresas multinacionais e tecnoburocratas –, e dentro de cada um desses grupos, deixa de ser determinado em termos econômicos para ser definido em termos políticos. Não é a oferta e a procura, não são os custos e os preços, a produtividade e a capacidade de especular, nem mesmo o grau do monopólio que determinam primeiramente a divisão do excedente. Em seu lugar, e como primeiro intermediário, temos o puro e simples poder político. Só a partir da divisão básica realizada ao nível político, é que os demais instrumentos alocativos de mercado podem funcionar.

Ora, quando este processo de divisão de excedente ao nível dos grupos dominantes deixa de ser principalmente econômico para ser principalmente político, deixa de depender em primeira instância do mercado para depender do poder, o processo de divisão torna-se muito difícil. Não há regras claras. Não há justificativas plenamente legítimas. Há apenas pressões e contrapressões, baseadas

sempre em argumentos discutíveis em tentativas de legitimação sempre sujeitas a contestação. Entretanto, quando a economia está crescendo a altas taxas, como o excedente cresce muito rapidamente, é relativamente mais fácil distribuir esse excedente. Quando todos estão ganhando – excluídos sempre os trabalhadores – não importa que em determinados momentos uns ganhem mais do que os outros. Capitalistas locais, tecnoburocratas e empresas multinacionais estão associados em um projeto geral, estão também muitas vezes associados ao nível da produção, e acabam entendendo-se.

Quando a economia se desacelera, porém, é o excedente que principalmente sofre. Os salários dos trabalhadores não podem sofrer muito porque já estão ao nível de subsistência. São os lucros e os ordenados que diminuem. Colocam-se então as questões: diminuirão mais os lucros ou ordenados? Lucros dos capitalistas locais ou das empresas multinacionais? E os novos projetos de investimento, que exigem amplos financiamentos, e que devem agora ser reescalados, a quem caberá realizá-los? Quais são as novas prioridades? Quem deve apertar o cinto (3)?

A situação agrava-se ainda mais se os tecnoburocratas, que possuem o controle direto do aparelho do Estado, decidem que o aperto de cinto não deve ser feito através do método clássico de reduzir salários. Seja porque os salários já chegaram a um limite insustentável, seja porque a insatisfação generalizada da população começa a se manifestar através de eleições ou de outros movimentos populares não diretamente políticos, os tecnoburocratas governamentais podem, no momento em que a economia se desacelera, não tentar reduzir ainda mais os salários (4). Têm para isto, inclusive, uma justificativa econômica: a necessidade de sustentação da demanda agregada.

Neste momento, quando o excedente diminuiu relativamente, quando não é possível recorrer a maiores reduções dos salários, quando a taxa de lucros e a taxa de ordenados sofrem reduções, e ao mesmo tempo quando as novas oportunidades de investimentos se identificam com os novos e escassos projetos, que dependem da decisão política do Estado, define-se a crise política ao nível da cúpula dirigente. Obviamente, essa crise não vai manifestar-se abertamente através dos conflitos sobre a divisão do excedente. Mas sem recorrermos a esta causa básica, não teremos condições de compreender o aumento das tensões políticas que acompanham o processo de desaceleração econômica.

Em segundo lugar, a desaceleração econômica provoca a crise política porque ela põe em jogo toda a própria legitimação do sistema de poder vigente. O que legitima o poder autoritário, que caracteriza o modelo de subdesenvolvimento industrializado, são as altas taxas de crescimento do produto interno bruto, é o "desenvolvimento eco-

A necessidade de uma legitimação.

nômico" transformado em monstro sagrado, em mito de uma tecnoburocracia em ascensão.

O autoritarismo do subdesenvolvimento industrializado não depende, senão secundariamente, de tradições autoritárias nos países subdesenvolvidos, como pretendem os culturalistas. Não é também simples decorrência das desigualdades econômicas e sociais, como uma visão economicista proporia. O autoritarismo é, fundamentalmente, decorrente da necessidade dos grupos dominantes de estabelecer um marco institucional que lhes permita a apropriação tranquila do excedente.

Em uma formação social capitalista pura, a apropriação e a divisão do excedente econômico são feitas através do mercado. Por isso esse sistema tem condições de estabelecer a democracia burguesa, a qual ainda que formal, reduz o nível de autoritarismo vigente. A apropriação do excedente está apoiada em uma violência básica – o trabalho é identificado com as demais mercadorias e transformado em trabalho assalariado. A partir

deste ato autoritário básico, porém, o sistema capitalista clássico estabelece uma forma de produção, apropriação por uma minoria e divisão entre ela do excedente que não necessita mais recorrer diretamente à força. Quando, entretanto, a formação social deixa de ser puramente capitalista, quando a emergência de uma classe tecnoburocrática e o concomitante crescimento do Estado fazem com que o mercado vá sendo substituído pelo próprio Estado na regulamentação da apropriação e divisão do excedente – nesse momento é de se esperar que o autoritarismo ganhe força. É o que vem ocorrendo nos países caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado.

A fonte material do autoritarismo tecnoburocrático está, portanto, na necessidade de apropriação política do excedente por uma minoria. Entretanto, este autoritarismo necessita de uma legitimação ideológica. Esta legitimação é, em geral, proposta em termos de combate à corrupção e da aceleração da taxa de crescimento de desenvolvimento econômico. O tecnoburocrata assume o poder nas organizações burocráticas estatais ou privadas em nome de uma pressuposição de competência técnica. Ele tem poder porque é eficiente, porque organiza, planeja e controla a produção mais racionalmente. Porque introduz inovações técnicas mais rapidamente. Porque comanda a acumulação de capital mais tecnicamente. Porque garante uma maior taxa de crescimento de cada empresa e do país como um todo. A estas pressuposições, ajunta-se a de que o tecnoburocrata odeia a corrupção própria do capitalismo especulador, e a combate sem tréguas.

Nestes termos, quando a taxa de crescimento da economia se desacelera, a legitimação do poder autoritário começa a esvaziar-se. Se a este fato soma-se um aumento significativo da taxa de corrupção existente no sistema, é óbvio que a crise política ganha todos os seus contornos. Os tecnoburocratas civis e militares já não têm uma justificativa tranqüila para seu poder autoritário. Os capitalistas já não têm uma explicação tão boa para seus altos padrões de consumo. E é preciso encontrar causas para a desaceleração ou descobrir os culpados. É necessário rever políticas, redefinir estratégias. Importa recuperar a legitimação perdi-

da. E tudo isto importa em um aumento dos conflitos e das tensões no seio do sistema dirigente. Agrava-se a crise deflagrada pela luta pela divisão do excedente econômico.

Crise política pode ter solução.

Em conclusão, desaceleração econômica, crise política e autoritarismo são fenômenos interdependentes no modelo tecnoburocrático-capitalista de subdesenvolvimento industrializado. O sistema capitalista clássico tem condições de manter uma relativa estabilidade política em condições de baixas taxas de crescimento econômico, na medida que a apropriação do excedente e a sua divisão entre os membros da classe dominante é feita, principalmente, através dos mecanismos automáticos do mercado. Já na formação tecnoburocrática-capitalista dependente, em que o excedente deve ser distribuído entre tecnoburocratas, capitalistas locais e empresas multinacionais de acordo com regras definidas em termos de poder político direto, a compatibilização de baixas taxas de crescimento com estabilidade política é mais difícil. O autoritarismo, que permite a uns grupos dominantes apropriar-se do excedente, não fornece regras sobre como distribuí-lo. Se ele fosse crescente, a taxas elevadas, estes problemas poderiam ser minimizados. Mas quando a desaceleração é pronunciada, quando o excedente pode chegar a parar de crescer em termos por habitante, não é preciso que haja uma diminuição do excedente e um amplo desemprego, não é preciso que a recessão se transforme em depressão para que a crise política se manifeste, para que a inquietação nos níveis superiores do governo, das classes empresariais e do capitalismo internacional aumentem consideravelmente.

Com a desaceleração a própria condição de classe da tecnoburocracia, disputando com as demais classes e grupos sociais o excedente, torna-se mais clara. Sua inserção estratégica nas relações de produção e no sistema de poder, ocupando cargos técnicos e administrativos nas grandes organizações públicas e privadas e apropriando-se do excedente através do recebimento de ordenados crescentes, torna-se mais vulnerável. A crise, entretanto, permanecerá ao nível da cúpula do sistema. Os trabalhadores tenderão a se manter marginalizados, na medida em que subsistem as condições de oferta ilimitada de mão-de-obra e que sua capacidade de participação política efetiva continua firmemente limitada.

Não há razão, todavia, para que a crise política seja permanente. Ela poderá ser resolvida desde que a economia volte a acelerar-se ou que o sistema se acomode a um ritmo de crescimento mais lento. O processo de normalização, entretanto, tenderá a ser penoso, na medida que as regras do jogo, dentro de um sistema autoritário, se por definição arbitrárias e imprevisíveis. A alternativa de se caminhar para um processo de efetiva liberalização do sistema está, naturalmente, sempre aberta, na medida em que o autoritarismo perde legitimidade. Mas este é um sonho, mais do que uma realidade, quando nos lembramos que as formas de apropriação do excedente dependem tão fortemente do poder político.

Outubro de 1975

(1) - Sobre o assunto ver A Economia Política do Subdesenvolvimento Industrializado, EAESP, 1975, São Paulo, mimeo.

(2) - Embora estejamos pretendendo um nível de generalização mais amplo, o caso exemplar de desaceleração e crise no contexto de um regime autoritário é dado pelo Brasil, em 1975.

(3) A luta contra a estatização, que se desenvolveu no Brasil durante 1975, tem como sua causa básica um tipo de conflito dessa natureza, exatamente quando a taxa de crescimento da economia se desacelerava. Ver Luiz C. Bresser Pereira, Estatização ou Redefinição do Modelo Político? EAESP, 1975, São Paulo, mimeo.

(4) No Brasil, a derrota do governo nas eleições de novembro de 1974 e as depredações dos trens de subúrbios cariocas em 1975 são exemplos significativos. Como decorrência a tecnoburocracia governamental modificou a política salarial. Os níveis salariais mais baixos deixaram de ser reduzidos em termos reais e tiveram mesmo uma pequena elevação.

O fracasso da previdência social

CARLOS ROBERTO DA SILVA

O próprio Ministro Nascimento e Silva reconhece que "não será fácil obter os recursos necessários". É possível que o INPS seja obrigado a rever todos os seus planos para a Baixada Fluminense, uma área sempre mal assistida.

Assessores do Ministério da Previdência e Assistência Social informaram no final da semana passada que o ministro Nascimento e Silva, titular daquela pasta, está "muito preocupado com o estágio atual da previdência no país", principalmente em relação aos menores abandonados, idosos e excepcionais. Esta é, segundo o ministro, a área mais carente. O setor – informaram – deverá mercer este ano atenção toda especial, embora o próprio ministério reconheça que "não será fácil obter os recursos necessários". Durante os próximos 10 meses será ampliada a assistência médica prestada pelo INPS, para "enfrentar o ano com melhor ritmo de atendimento", asseguraram os assessores do doutor Nascimento e Silva.

Apesar de sua conhecida ineficiência, fontes do Ministério da Previdência disseram que o INPS realizou, em 1975, cerca de 72 milhões de consultas médicas – 30% mais que no ano passado – aplicando Cr\$ 3,5 bilhões. Registraram-se 5 milhões 100 mil internações hospitalares – 24% mais que em 75 – com gastos estimados em Cr\$ 7 bilhões. Ao fazer o balanço das atividades de seu ministério, Nascimento e Silva fez questão de lembrar que mais de 25 mil pessoas não filiadas ao INPS receberam atendimento médico de urgência, "conforme determina o Plano de Pronta Ação", como se assistência à saúde pública fosse algum favor e não uma obrigação do aparelho estatal. Um detalhe: a grande maioria desses atendimentos foi socorrida em hospitais-escola, "através de 10 convênios firmados com universidades de todo país", onde os serviços baseiam-se em sextanistas de medicina quase inteiramente inexperientes e, muitas vezes, sem acompanhamento de médicos capacitados.

Embora em níveis nacionais possa apresentar percentuais mais ou menos elevados, com aumento de alguns serviços à população, na Baixada Fluminense o INPS talvez tenha de rever inteiramente os seus planos para a região. Sete meses após a introdução do Projeto Baixada, o atendimento ainda não conseguiu atingir níveis considerados como mínimos necessários. O projeto foi criado para deixar bem claro que as autoridades federais da previdência social estavam interessadas naquela área do Rio de Janeiro, que apresenta a menor renda *per capita* do Estado e, por isso mesmo o maior grau de mortalidade infantil, desnutrição, poluição pluvial e violência urbana. O Projeto Baixada exigiu investimentos de ordem de Cr\$ 126 milhões mas até agora não demonstrou nenhum valor efetivo para a massa de segurados residente na área. As filas continuam gigantescas na porta dos ambulatórios, e os remédios distribuídos gratuitamente ainda não beneficiaram nem 10% da demanda.

Segundo a direção do próprio INPS, os resultados do Projeto Baixada, em execução desde maio do ano passado, podem ser avaliados pelo "aumento de 146% no número de leitos em Duque de Caxias, de 99% nas consultas médicas em Nova Iguaçu, de 82% nas internações realizadas em Nilópolis e de 43% de

casas de saúde sob convênio em Paracambi". Estas informações são do coordenador do Projeto Baixada, dr. Luís Reis, que acredita na "estratégia e metodologia" aplicadas na Baixada Fluminense.

Notícia publicada na edição de 21 de janeiro do *Jornal do Brasil* serve para mostrar que distância pode haver entre um pronunciamento oficial, como o do dr. Luís Reis, e a realidade dos fatos. Segue transcrição na íntegra:

"Ao lado das novas construções de seus prédios próprios em Nova Iguaçu – já concluídos – e em Duque de Caxias – em fase de acabamento – (ambos servindo basicamente para funcionamento burocrático e perícias médicas), o INPS apresenta instalações inadequadas para o atendimento médico. Em Duque de Caxias, o posto de urgência funciona numa dependência do Sesi, sem regime de convênio, onde o segurado não desfruta de um mínimo de conforto. Médicos e atendentes são atenciosos, mas as instalações são sujas, mal iluminadas, falta luz com frequência e o atendimento tem que ser feito à luz de lampião. Nas salas de recuperação, com quatro ou cinco leitos, os lençóis estão geralmente sujos e o único aparelho de ar condicionado atende apenas à chefia do posto e seu movimento de atendimento registra – principalmente nessa época – maior volume de casos de desidratação. O asseio

só existe nas dependências de médicos e enfermeiras."

Ao que tudo indica, pelo que se pode deduzir dos pronunciamentos do dr. Luís Reis e do ministro Nascimento e Silva, o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo INPS deverá ser gradual, com "estratégia e metodologia". Mas o crescimento demográfico e o ritmo desenfreado com que evoluem no Brasil os problemas sanitários parecem não querer esperar pela aplicação adequada dos planos de atendimento médico-assistencial. E a situação vai-se agravando. Entre outros exemplos podem ser citados: a proteção imunológica contra a meningite meningocócica, conseguida com vacinação em massa de crianças de seis meses a quatro anos durante o ano passado, já expirou e as vacinas encomendadas na França para a revacinação estão atrasadas; e a desidratação infantil, estimulada pela fome característica da Baixada, já fez centenas de vítimas, especialmente em São João de Meriti e Nilópolis, onde, além disso, a contaminação dos rios e canais por agentes nocivos ao organismo já atingiu níveis tidos como insuportáveis.

Como se não bastasse esse quadro calamitoso, há ainda uma informação significativa: em Niterói, exatamente na área onde estão situados os ambulatórios do INPS, que atendem cerca de 50 mil pessoas por mês, falta água há um ano, porque a rede distribuidora do chamado precioso líquido, construída 30 anos atrás, entrou em colapso. Várias clínicas particulares e laboratórios de análises preferiram suspender atividades, submetidos que estavam a vendedores de água, que chegavam a cobrar 250 cruzeiros por uma pipa de 8 litros. Por mais inacreditável que possa parecer, esta água era retirada dos reservatórios públicos da Cedae.

A constituição da Albrás vai demorar mais seis meses. Entre marchas e contra-marchas, os japoneses vão aumentando seu poder de barganha e, adiando uma decisão que pode trazer mais lucros e mais influência caso optem por investir na Indonésia. Da indefinição cresce a dúvida.

A quem pertence o alumínio?

A grande prova de força entre a Vale do Rio Doce e o consórcio japonês para a constituição da Albrás vai demorar seis meses.

Protelando ao máximo a execução do projeto, os nipônicos ganharão tempo e irão barganhar novos interesses: entrada no capital da Alunorte, Alusul e quem sabe Carajás, cuja novela terá novo desfecho no Rio este mês.

Chegou-se a discutir uma maneira do Brasil conseguir a auto-suficiência em alumínio: criando usinas menores compatíveis com a nova realidade econômica preconizada pelo governo Geisel. No entanto a Vale do Rio Doce continua otimista: Albrás sai este ano. E os japoneses, irredutíveis, querem todas as concessões. Quinhentos mil dólares é o custo destas indefinições, a revisão de todo o projeto origi-

nal elaborado por nossos engenheiros e técnicos.

Mais um capítulo das manobras do grupo japonês que se interessa pelo projeto Albrás: só depois de seis meses é que eles decidem se participam ou não do projeto da usina de alumínio em Vila do Conde, perto de Belém do Pará. Neste caso a Vale do Rio Doce terá desembolsado US\$500 mil para rever todo o projeto inicial que prevê a produção de 320 mil toneladas de alumínio.

Ao longo de 15 meses, depois de contida a Albrás, as idas e vindas de japoneses ao Brasil e de representantes da Vale ao Japão não sensibilizaram os nipônicos para os investimentos. Os episódios seguintes: recuos, barganhas, ameaça de saída do consórcio japonês do projeto e hesitações que, segundo alguns técnicos da Vale não passaram de

táticas japonesas para protelar ao máximo a execução definitiva do projeto.

No entanto o acordo firmado na segunda quinzena de janeiro no Japão pelo ministro Shigeaki Ueki e o representante da Light Metal Smelters Association, para a constituição de uma empresa piloto que faria o estudo de viabilidade econômica do projeto deixou o presidente da Vale do Rio Doce, Fernando Roquete Reis, muito otimista, enquanto o noticiário procedente do Japão dizia que tudo dependerá da vinda de novas missões ao Brasil, inclusive a chegada de uma comitiva de técnicos que discutirá com a Vale do Rio Doce o ingresso dos japoneses no projeto da Alusul, subsidiária da CVRD, no Rio de Janeiro.

Uma das razões do atraso, segundo observadores internacionais, e indefinições do projeto Albrás é o interesse do consórcio da LMSA (e do governo japonês) em investir em outros países, principalmente os asiáticos, que além de muito mais próximos situam-se em sua área de influência geopolítica.

Os produtores da Light Metal Smelters Association, reunidos em consórcio, estão implantando um projeto similar ao da Albrás na Indonésia onde estão sendo investidos cerca de US\$830 milhões com 90% de capital japonês, metade privado, metade estatal. Na Albrás segundo estimativas do ano passado os japoneses teriam que investir cerca de US\$600 milhões.

O projeto inicial foi delineado para produzir 640 mil toneladas; o acordo do Japão fala hoje em 320 mil. Até 1975 o projeto

Albrás era considerado "o maior projeto de alumínio" do mundo e os investimentos totais eram calculados em US\$2,5 bilhões, incluindo o correspondente a construção da usina que geraria a energia necessária ao projeto, a hidrelétrica de Tucuruí que depois de várias renegociações ficou a cargo da Eletro Norte e da Eletrobrás sua construção.

A redução na escala de produção teve como consequência a diminuição das necessidades de investimentos em pelo menos US\$1 bilhão e meio. Mesmo assim os nipônicos definiram apenas em redimensionar o projeto.

Na atual rodada os japoneses segundo despachos de Tóquio aguardam uma definição também da participação estrangeira na Alunorte, empresa exclusivamente dedicada à produção de alumina (produto intermediário junto às jazidas do rio Trombetas) beneficiando o minério industrialmente.

A Alunorte entrará em funcionamento nos anos 80 e abastecerá a Albrás de 800 mil toneladas de alumina.

A criação da Alunorte despertou nos japoneses novas regras de jogo: estudam se a Alcan do Canadá irá ou não participar do projeto Alunorte e garantem a participação em 30% do capital da Alusul.

A verdade é que os japoneses estão amarrados à CVRD desde o abastecimento de minério para o seu parque siderúrgico no Japão, ao projeto "Cenibra" de papel e celulose que se desdobrará este ano em investimentos novos de mais US\$280 milhões para uma segunda unidade pro-

duzida em Minas Gerais, o que para alguns técnicos da CVRD é um poder de barganha que poderá garantir a sobrevivência da Albrás.

No entanto técnicos do Ministério das Minas e Energia acreditam que sem a colaboração dos japoneses o projeto de auto-suficiência em alumínio contemplará a implantação de usinas menores até 100 mil toneladas que poderiam ser ampliadas gradativamente na medida das necessidades dos mercados. Neste caso o Brasil não precisaria de sócios estrangeiros. A idéia chegou a emocionar alguns técnicos brasileiros que vivem condições para a Vale do Rio Doce em "pool com empresas privadas e estatais brasileiras" tocar o projeto.

Sugeriu-se até mesmo o modelo de participação das subsidiárias da Eletrobrás no caso da CAEEB (Companhia Auxiliar de Empresas de Energia Elétrica), empresa estatal jurisdicionada ao Ministério das Minas e Energia, hoje comercializando carvão, realizando aluguel de processamento de dados e fornecendo componentes e equipamentos para o porto de Aratu. A Eletrobrás, que forneceria a energia para os futuros projetos da Albrás, segundo estudos dos técnicos, poderia em última opção, autorizada pelo ministro das Minas e Energia a integrar o pool que criara a rede de usinas de alumínio. No entanto, a tímida atitude da CVRD de aguardar os próximos seis meses, tudo indica que a outra alternativa das usinas menores não passará de ficção.

O QUE SE DIZ...

● O presidente regional da Arena, do Rio Grande do Sul, senador Tarso Dutra, disse que "é por demais óbvio julgar que o Código Eleitoral e não a Constituição, deva tratar de minúcias como o horário da propaganda na televisão. A consideração a interpretação do meu ilustre colega Franco Montoro, a Constituição acabaria particularizando a frequência de trens e horários de missas".

● Para o ex-senador e advogado Josafá Marinho, o líder do MDB no Senado, sr. Franco Montoro, não cometeu nenhum equívoco quando, baseado no Artigo 152 da Constituição, Inciso III, declarou que a idéia de alterar a legislação sobre a campanha eleitoral pela TV, como cogita o ministro da Justiça, não tem o respaldo constitucional.

"Acredito que o sr. Franco Montoro deve ter assinalado um direito e até o dever dos partidos de atuação permanente, pois isso está expressamente previsto no Artigo 152, Inciso III da Carta política vigente. Essencial, a par de garantir-se a atuação permanente dos partidos, é não restringir a propaganda através de artifícios ou interpretações antiliberais que, no fundo, mais não representam do que receio de amplo debate perante a opinião do país, e só se esclarece o povo no debate público, educado e firme. Onde domina o medo não se esclarece, confunde-se a opinião geral" - declarou o sr. Josafá Marinho.

● O senador Amaral Peixoto, do MDB fluminense, disse no Rio que "populável que parecia" o engajamento do presidente

Geisel e dos governadores na campanha de mobilização da Arena "é um grande acontecimento, um fato auspicioso, porque é a garantia de que realmente vai haver eleição este ano".

● O governador Aureliano Chaves, de Minas Gerais, afirmou que "o Decreto-Lei 477 pode ser apenas um dos bloqueios que tornam incompatíveis o governo e a juventude. Mas há outros bloqueios, como a tendência do jovem à oposição".

"Acho - disse o governador mineiro - que também ficamos afastados do jovem e não nos comunicamos. E há mais um detalhe: a vida política não atrai, especialmente porque cresce a diversificação de interesses."

● Advertindo que centenas de políticos vinculados ao governo não concordam com o regime mas permanecem em seus postos "para evitar um mal maior", o vice-líder da oposição pernambucana, deputado Marcus Cunha, afirmou que é chegada a hora da renúncia no Brasil, pois assim os insatisfeitos poderão se realizar, alistando-se e abraçando as teses do MDB.

"Conheço políticos, homens de negócios, técnicos e intelectuais que já se realizaram economicamente e profissionalmente, discordam do governo e não estão satisfeitos com a política institucional. São contra a exceção, o arbitrio, ficam revoltados com prisões ilegais, mas paradoxalmente aceitam cargos de confiança do governo" - disse o parlamentar.

● O sociólogo Gilberto Freyre disse, logo após ter sido recebido pelo presidente Ernesto Geisel, que "o Brasil deve construir seu próprio modelo político e não ficar recebendo lições do Le Monde e do New York Times."

A visita foi feita para entregar um documento ao presidente da República de apoio à política do governo para o Nordeste e o sr. Gilberto Freyre afirmou que "o Brasil deve construir, consolidar e exportar esse modelo".

● O presidente Ernesto Geisel deu um novo alento à Arena, cujo organismo começa a responder aos estímulos do chefe do governo, o que constitui um bom indício de que teremos uma vitória consagrada nas eleições municipais de novembro próximo - declarou o senador José Lindoso (Arena-AM), 2º secretário da Arena.

● O deputado Paulino Cícero (Arena-MG) defendeu o acesso dos partidos à televisão fora do período eleitoral, a fim de que possam debater seus programas e os problemas de interesse popular, pois considera que "a Arena tem muito a oferecer e não deve ter medo de ninguém".

● "O que tenho dito a meus companheiros da Arena é o seguinte: a última eleição, se fosse traduzida em gols, seria de 10 a zero, o que tanto em política quanto em futebol não é contagioso, é um desastre. Esse desastre poderá repetir-se se a Arena não confiar em suas possibilidades" - declarou o ex-governador Laudo Natel.

● O secretário-geral da Arena, Nelson Marchezan, disse que a anunciada viagem do presidente Geisel às capitais dos estados vai beneficiar o partido situacionista porque o chefe do governo dará soluções aos problemas locais que encontrar.

"Não se trata, porém, de campanha eleitoral - esclareceu - o presidente viajará como chefe de um governo interessado em verificar in loco os efeitos de sua ação administrativa e ouvir pessoalmente as reivindicações de seus governados."

● O senador Jarbas Passarinho disse que está preocupado com as divergências internas da Arena do Pará, mas ressaltou ser boa a situação do partido diante do MDB.

Passarinho, que levou o problema ao presidente da Arena, Francelino Pereira, observou aos jornalistas que "as lutas intestinas arenistas, não somente no Pará, como em todo o país, poderiam ser resolvidas através de padrões éticos mais eficientes".

● O deputado Rubem Dourado, da corrente amaralista do MDB estadual, afirmou que é favorável a um entendimento geral entre amaralistas e chaguistas em torno da formação da Executiva partidária, desde que fique assegurado, em sua plenitude o respeito absoluto à linha do partido e ao seu programa de princípio.

"Ninguém pode considerar-se vencido nem vencedor - disse - mesmo porque na última reunião do diretório verificou-se um empate que demonstra bem o

equilíbrio reinante entre as duas facções."

"Temos que pensar - prosseguiu - acima de tudo no fortalecimento de nosso partido. Essa luta entre amaralistas e chaguistas já está-se tornando até ridícula e dando margem a piadas que estão sendo feitas por aí..."

● O governador de Minas, Aureliano Chaves, admitiu um crescimento do MDB de Minas Gerais nas eleições municipais deste ano, mas disse não acreditar que o partido oposicionista consiga repetir a votação recebida em 74. Pelo contrário, ele previu "a Arena fará algumas surpresas, conquistando votações expressivas em grandes municípios junto aos operários, que, segundo afirmou, já demonstram receptividade às realizações do governo Geisel, principalmente no campo social".

Para o governador mineiro, não há o que temer quanto à possibilidade de que um resultado eleitoralmente adverso para a Arena desencadeie uma crise, "porque, se esse risco existisse não haveria sequer eleições. Já que estão marcadas, seus resultados serão respeitados sejam quais forem".

● O senador Rui Santos (Arena-BA), contrário à opinião do sr. Franco Montoro, disse que o Artigo 152, Inciso III, não se refere à "propaganda ostensiva. Esta só pode ser feita no período anterior às eleições. Em outro período qualquer, as emissoras de televisão podem transmitir noticiários políticos assumindo as possíveis inconveniências de segurança que eles porventura encerrarem".

• Após ter adiado a sua viagem ao Brasil mais vezes do que Frank Sinatra, o secretário do Departamento de Estado dos EUA, mr. Henry Kissinger está chegando a Brasília. Depois de dois anos de espera, Kissinger passará dois dias no Brasil, igual período que dedicou, em outras oportunidades, ao Panamá, Costa Rica, Honduras e Nicarágua. O simpático chefe da diplomacia norte-americana tem muitos assuntos a tratar com os funcionários brasileiros. Alguns, entretanto, ficarão de lado, como o déficit de US\$ 2 bilhões no comércio brasileiro com os Estados Unidos, o que influi decisivamente no equilíbrio do balanço de pagamentos do país. Talvez algum funcionário de Brasília manifeste delicadamente ao sr. Kissinger o nosso desapontamento com as crescentes restrições impostas por Washington à importação de produtos brasileiros. Tirando as horas de sono (pois ninguém é de ferro), as de refeições e de outros compromissos pessoais de Kissinger, ele deverá dedicar às autoridades brasileiras um total de umas 15 horas para conferências no máximo.

• O Brasil, segundo informa O Globo, teve em 1975 um déficit de US\$ 341 milhões no setor de turismo. O desastre é revelado pela própria Empresa Brasileira de Turismo. Os turistas brasileiros-turistas de um país pobre, portanto, onde milhões de crianças passam fome e onde 70% da população ganham apenas US\$ 50 mensais-gastaram no exterior US\$ 432 milhões, enquanto os turistas de países ricos - Estados Unidos, Reino Unido, República Federal da Alemanha e França, entre outros - deixaram no país apenas US\$ 110,5 milhões. A Embratur, no entanto, nos tranquiliza: em 1980, o número de turistas estrangeiros que virá ao Brasil fixar-se-á em torno de 1 milhão. Vamos guardar este recorte para conferir os dados daqui a cinco anos.

• O Brasil, que outrora era chamado de país essencialmente agrícola está produzindo apenas 10% das suas batatas-sementes. Os 90% restantes são cobertos por importação, principalmente da República Federal da Alemanha e dos Países-Baixos, popularmente conhecidos por Holanda. Ou então com o plantio de batata-consumo, "sem cuidados sanitários e sem a qualidade reprodutiva da batata-semente". É o que informa O Estado de S. Paulo. Agora, o governo brasileiro vai importar técnicos da RFA para resolver o problema. É lamentável que não tenhamos neste Brasil grande tecnologia nem para plantar batatas.

• O jornal La Stampa, da Itália, segundo transcrição das Folhas de S. Paulo, revelou que possui um relatório do Congresso dos Estados Unidos, confirmando o pagamento pela Agência Central de Informações (CIA) de US\$ 75 milhões a políticos italianos, a maioria do Partido Democrata Cristão. Os norte-americanos continuam empregando mal o dinheiro da CIA. A não ser no Chile, onde conseguiram derrubar Allende, os dirigentes dos serviços secretos dos EUA têm fracassado em suas gestões. Na Itália, os partidos mais intensamente financiados pela agência foram dolorosamente derrotados nas eleições.

NOSSOS QUERIDOS CONFRADES

O turismo brasileiro está no vermelho
Turismo está dando déficit, informa O Globo
O brasileiro ainda não sabe plantar batatas
CIA continua financiando políticos na Itália
Ueki promete petróleo dentro de dez anos
Volume de vendas do comércio aumentou
Kissinger prepara-se para vir ao Brasil
Vai melhorar o atendimento psiquiátrico
O Canadá deve ser francês ou inglês?
Preços do café e gasolina sobem.
"Ou os EUA dirigem, ou ninguém dirige"

• As reservas mundiais de petróleo cru, comprovadas no final de 1974, atingiam a 86 bilhões de toneladas, total superior em cerca de 6% (6,3) aos dados do final de 1973. Esses números constam do relatório da entidade petrolífera estatal da Itália. Entre os países que possuem as maiores reservas de petróleo, a Arábia Saudita está em primeiro lugar, com 14 bilhões de toneladas; a União Soviética tem 11,5 bilhões; e Kuwait, 8,8 bilhões; o Irã, 8,5 bilhões, e os Estados Unidos têm reservas de 5,4 bilhões de toneladas. O Brasil evidentemente não figura na relação, que inclui ainda a Venezuela. Fiquemos tranquilos: dentro de mais uns 10 anos poderemos integrar a lista dos grandes produtores mundiais. É o que nos promete pelo menos o sempre otimista ministro Ueki, das Minas e Energia.

• O Jornal do Brasil informou em sua primeira página que há uma progressiva redução no número de inscrições nos cursos de alfabetização, sobretudo nas áreas rurais (as mais carentes de ensino), e os prognósticos são de que se tornará cada vez mais difícil atingir a meta de erradicar o analfabetismo até 1980, como previa uma propaganda intensa em todos os meios de comunicação do país. Mais uma vez falham as previsões no setor de alfabetização nacional. A que atribuir o malogro, se há verbas generosas nos cofres do Mobral?

• O presidente do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro diz emocionado a O Globo que o volume de vendas no comércio carioca subiu 30% em relação a igual período de 1975. O brilhante dirigente do sindicato patronal dos lojistas só esqueceu um pequeno detalhe: como o custo de vida entre janeiro de 1975 e janeiro de 1976 aumentou mais de 40%, segundo estatísticas oficiais, na realidade o comércio do Rio de Janeiro teve um déficit de 10% no mês de janeiro de 1976, em relação ao mesmo período do ano anterior.

• O governador Paulo Egídio Martins, de São Paulo, informa solenemente no O Estado de S. Paulo que a hora é de anti-heróis, e não

de heróis. A hora, portanto, é do Macunaíma, de Mário de Andrade, ou de Beto Rockefeller, da novela de televisão.

Ou é do pitoresco sr. Francellino Pereira? Com efeito, o presidente nacional da Arena diz que para vencer as eleições municipais de novembro o seu partido precisa apenas de apoio popular. A declaração é sem dúvida genial e revela a grande cultura política do mentor arenista. Já o sr. Virgílio Távora, ex-ministro da Viação do governo João Goulart, ex-secretário-geral da campanha de Jânio Quadros e atualmente um dos líderes do governo Geisel no Senado federal, se mostra ainda mais otimista. Ele disse ao JB que o partido governista tem uma estrutura sólida, em cujo interior convivem as expressões mais vigorosas da política nacional. Como, lembráramos nós, os srs. Francellino Pereira, Petrólio Portela, Dinarte Mariz, Amaral Neto, Paulo Guerra e o líder Bonifácio. Realmente um grupo excepcional, que brilharia até mesmo no Parlamento do Reino Unido, da França, dos Estados Unidos ou da República Federal da Alemanha.

• Os colunistas sociais continuam responsáveis por algumas das notícias mais agradáveis da imprensa brasileira. Há dias, um deles noticiou que o benemérito sr. Tony Mayrink Veiga levou o filho para caçar no Sudão. O jornal diz textualmente que foi uma façanha. O sr. Veiga é um homem realmente admirável. Essa caçada deve ter sido muito instrutiva para o seu filho.

• O Jornal dos Sports informa que o presidente do Botafogo, Charles Borer, tentou atravessar-se no caminho do Flamengo para a contratação do zagueiro Paolino, do Huracán, de Buenos Aires. Trata-se de uma falta de ética, a qual o Flamengo - o clube mais popular do Brasil - deveria reagir prontamente. Esse sr. Charles Borer começa assim desastrosamente sua gestão no Botafogo.

• O dedo-duro Chagas Freitas - literalmente: Antônio de Pádua Chagas Freitas - enlouqueceu com a decisão da Comissão Executiva Nacional do MDB de prestigiar o senador Ernani do Amaral Peixoto. O delator reite-

ra em seu boletim sangrento as infâmias contra os líderes emdebistas que não entregam o seu pescoço à canga. Chagas, ao que parece, está mesmo a serviço da Arena no Estado do Rio de Janeiro. Quer dividir o MDB para que pela primeira vez na história desta cidade as forças populares sejam derrotadas.

• "Ou os Estados Unidos dirigem, ou ninguém dirige". Essa brilhante afirmativa do secretário de Estado Henry Kissinger não é a primeira de um alto dirigente norte-americano em anos recentes. Em março de 1974, o inesquecível presidente Richard Nixon dizia: "Só os Estados Unidos podem conduzir o mundo livre. Só a liderança da América pode preservar a causa da paz; não apenas entre as superpotências, mas em todas as regiões do mundo". Tanto Kissinger como Nixon falavam a representantes do mundo desenvolvido. O primeiro, numa reunião da Agência Internacional de Energia; o segundo aos aliados da OTAN. Em 1950, o PNB dos EUA era de US\$ 288 bilhões, contra US\$ 152 bilhões da Europa Continental e US\$ 12 bilhões do Japão. Enquanto os EUA produziam 88 milhões de toneladas de aço e 8 milhões de automóveis, a Europa Ocidental produzia em conjunto 50 milhões de toneladas de aço e cerca de 2 milhões de automóveis. Hoje os números são outros. A deterioração da economia se agravou, o desemprego atingiu seu maior alto nível desde 1941 e o orçamento apresentado pelo presidente Gerald Ford não consegue esconder as dificuldades internas. (O penúltimo orçamento apresentado por Gerald Ford, em fevereiro de 1975, previa o maior déficit jamais registrado em tempos de paz: US\$ 52 bilhões, quase igual, portanto, ao produto interno bruto do Brasil de 1973. Vale lembrar aliás que há 20 anos os EUA já tinham um PNB oito vezes maior que o do Brasil, hoje, o que nos faz verificar que temos que lutar muito ainda para atingir o estágio de grande nação industrializada.)

• Os brasileiros já estão pagando Cr\$ 35 por um quilo do café aqui produzido; prevê-se que até junho a gasolina aumentará de preço em 30% e as tarifas de ser-

viços de transporte já vão ser reajustadas. Não obstante, anuncia-se (em todos os jornais) a formação de uma comissão de defesa dos interesses do consumidor.

O Dia insinua (com razão) que se está colocando a tranca numa porta já arrombada.

• O ministro Nascimento e Silva confirma a O Globo que serão ampliados na área da previdência social os serviços de atendimento psiquiátrico. O ministro, homem simpático, é também malicioso: ele reconhece com sua declaração que o número de pessoas que enlouquecem ou se neurotizam no país é cada vez maior. Não será, por certo, devido a facilidades financeiras.

• Ziraldo, egresso das férias, voltou a figurar na sexta página, do JB alternando suas charges com as de Lan. É a garantia de bons momentos do humor - um humor livre, inteligente e bem desenhado.

• No doloroso noticiário sobre os repetidos tremores de terra na Guatemala, O Globo destacou um detalhe revoltante (e fez bem em destacá-lo): em meio a 14 mil mortos, a lares destruídos, a crianças órfãs, a ameaças de epidemia, à dificuldade de sepultar os mortos, os comerciantes da capital guatemalteca dobraram os preços dos gêneros alimentícios e de outros artigos de consumo popular. São atos como esse que desmoralizam o nosso regime democrático e capitalista. Felizmente, vendo o perigo que isso envolvia, o governo da Guatemala decretou penas severas contra esses ladrões da economia popular.

• Os suplementos literários de O Globo e do Jornal do Brasil elogiaram o último livro de poemas de Ferreira Gullar, um dos maiores poetas e críticos de arte do Brasil; Depois de Vanguarda e Subdesenvolvimento, de Luta Corporal, de Arte Brasileira, Hoje e Cultura Posta em Questão, e de peças teatrais da importância de Doutor Getúlio e A Saldada, Onde Fica a Saída, Gullar se reencontra com seu grande (e fiel) público, através de sua poesia social, vigorosa e participante, mas repassada de lirismo.

• A Última Hora se renova com bons nomes - Carlos Chagas, Ivan Lessa, Raquel de Queirós etc. É sempre bom vermos o mercado de trabalho ampliando-se e deixando de ser propriedade de um grupo reduzido de senhores. O jornal fundado por Samuel Wainer tem um lugar na história do jornalismo brasileiro e parece disposto a continuar honrando-o.

• Os jornais informaram em suas edições de 10/2/1976 que se reacende no Canadá a questão francófila. O Canadá, como se sabe, é dividido em duas áreas distintas: a fiel aos seus ancestrais da França, e outra ligada ao Reino Unido. É uma questão, portanto, meio hamletiana: étre or not to be francês ou inglês. O problema tem um lado pitoresco, mas também é dramático. Mostra como está enraizado o espírito colonialista no grande país da América do Norte. Em lugar de cogitar de raízes britânicas ou francesas, o Canadá deveria pensar em seu futuro canadense.

NOQUEIRA DA CRUZ

A grande "reforma" do comunismo.

IRINEU GUIMARÃES

O XXII Congresso Nacional do PC francês poderá marcar o ponto de partida do primeiro grande cisma ideológico do comunismo ocidental. Após longos e difíceis debates, tanto ao nível das

bases como da cúpula, o secretário-geral Georges Marchais conseguiu impor ao PCF uma posição doutrinária que é, na realidade, uma verdadeira "revolução ideológica".



O XXII Congresso Nacional do Partido Comunista Francês, que acabou de se realizar em Paris de 4 a 8 de janeiro, poderá marcar o ponto de partida do primeiro grande cisma ideológico do comunismo ocidental. Após longos e difíceis debates, tanto ao nível das bases como da cúpula, o secretário-geral, Georges Marchais, conseguiu impor ao PCF uma posição doutrinária que é, na realidade, uma verdadeira "revolução ideológica". Os comunistas franceses abandonaram oficialmente o dogma marxista da ditadura do proletariado.

Muito curiosamente, os comentaristas "burgueses", em sua quase totalidade, procuraram minimizar a importância do acontecimento, sob o pretexto de que se tratava de uma posição meramente tática, de uma mudança de termos sem nenhuma relação com o conteúdo próprio da noção. Mal vêem esses comentaristas que eles estão realçando ainda mais a importância fundamental desta noção central do marxismo-leninismo. Nisto aliás, eles se aliam aos porta-vozes dos partidos ortodoxos da Tchecoslováquia, da Romênia e da Alemanha Oriental, que também consideram "não científico" um socialismo que dispensa a passagem pela ditadura do proletariado. Quanto aos anti-comunistas fanáticos, a reação é mais radical ainda: eles lançam um brado de alerta procurando mostrar que Marchais comprou um estoque de peles de ovelha para entregar aos lobos que preparam sua infiltração no bom rebanho. Como se os comunistas fossem de fato imbatíveis taticamente e descobrissem sempre manobras geniais.

Na realidade, é preciso analisar os fatos com seriedade. Em primeiro lugar, foram os próprios adeptos de Georges Marchais que fizeram questão de não deixar permanecer nenhum equívoco, nenhuma zona escura, no debate com os camaradas comunistas que não aceitavam a tese. Não se tratava de uma acrobacia verbal, de uma restrição mental qualquer. O que estava em jogo não era o abandono do termo ditadura do proletariado, mas da própria noção em si. — A França de 1976 não é a Rússia de 1917 nem a Tchecoslováquia de 1948. Os franceses precisam descobrir seu próprio caminho, um caminho francês para o socialismo. Ora nada indica que nessa França de hoje, industrializada, tecnicamente desenvolvida, que conseguiu defender as grandes conquistas das classes trabalhadoras, que guarda com apego suas seculares tradições de liberdade — nada indica que nessa França o caminho para o socialismo exige uma passagem preliminar pela ditadura da classe proletária. Apegar-se a esse dogma que não corresponde à realidade é pois uma aberração. Urge por conseguinte repensar o marxismo-leninismo, sem ter medo de abandonar princípios que foram talvez válidos em outros tempos e para outros povos, mas que não podem permanecer verdadeiros e imutáveis diante de uma realidade concreta que se altera e os renega. — Esta é a posição oficial do PCF, atualmente. E entre os que, como o comunista Roland Leroy, editor do jornal oficial do

PCF, *L'Humanité*, e membro do *bureau* político do Comitê Central, levantaram as mais enérgicas objeções de ordem doutrinária contra o secretário-geral, alinham-se alguns "teóricos" de respeito, os chamados teólogos do PC". Homens como esses jamais iriam perder tempo procurando argumentos sérios contra a nova teoria, caso não estivessem convencidos de que a mudança é para valer. No dizer de uma das maiores autoridades em assuntos comunistas, Annie Kriegel, que durante muitos anos pertenceu ao PCF, "ninguém pode considerar desprezível um acontecimento deste porte, num partido em que a doutrina e as próprias palavras têm importância decisiva".

É preciso pois partir do pressuposto de que se trata de uma posição honesta e refletida para se

A ditadura, segundo os clássicos.

"Ditadura do proletariado: poder estatal do proletariado, que se estabelece como resultado da revolução socialista para assegurar a transição do capitalismo ao socialismo; direção estatal da sociedade pela classe operária como sendo a classe mais avançada". Assim, M. Rosenthal e P. Iudin, dois dos principais teóricos do marxismo-leninismo (ao lado de Suslov, Konstantinov e Nestourkh), definem a ditadura do proletariado no Pequeno Dicionário Filosófico editado pela Gospolitizdat - Editora Política do Estado - de Moscou.

O problema da ditadura do proletariado é o problema principal do marxismo-leninismo e constitui o conteúdo fundamental da revelação comunista, segundo observou o mais prestigiado teórico do Kremlin Mikhail Suslov — o homem que provocou o afastamento de Krushev em 15 de outubro de 1964. A teoria marxista-leninista estabelece que, entre a sociedade capitalista e a comunista, há um período de transformação revolucionária da primeira para a segunda, e o Estado, nesse período de transição não pode ser senão o da ditadura revolucionária do proletariado" (Iudin — Rosenthal). De acordo com os intérpretes de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Oulianov-Lenine —, as tarefas do proletariado na revolução socialista não se

limitam à tomada do poder: "Consistem, além disso, na liquidação do antigo regime econômico e político do capitalismo, baseado na exploração do homem pelo homem, e na criação de novo regime social — a sociedade comunista".

A ditadura do proletariado é a forma peculiar de aliança de classes do proletariado com as massas trabalhadoras do campesinato e, nessa aliança, segundo F. V. Konstantinov, o proletariado conserva o papel dirigente. "A classe operária só pode resolver com êxito as tarefas da revolução socialista se contar com o apoio das massas exploradas das classes não proletárias. Por essa razão, a aliança da classe operária com os trabalhadores do campo é o princípio supremo da ditadura do proletariado", sustentam Lúdin e Rosenthal.

Um dos problemas fundamentais da teoria marxista-leninista é o da forma estatal da ditadura do proletariado. O marxismo-leninismo ensina — e este é um dos pontos principais da questão ora agitada pelo PCF. — que, se a essência do período de transição do capitalismo ao socialismo é uma só, a ditadura do proletariado e as formas estatais dessa ditadura podem ser as mais diversas. Na URSS, como resultado da Revolução de Outubro, foi estabelecida a ditadura do proletariado sob a forma de Soviêtes (conselhos de delegados operários, camponeses, intelectuais e soldados, na União Soviética). O poder-soviético como forma estatal da ditadura do proletariado foi teorizado e

materializado por Lênine com base no estudo da experiência das duas revoluções russas malogradas (1905-1907). Ao lado da forma soviética, na República Popular da China e nos chamados países de democracia popular a ditadura do proletariado foi estabelecida sob outra forma. Em seu livro, *Da Ditadura Democrática do Povo*, de 1949, Mao Tsé-tung afirmava que o novo poder instaurado na China é "uma ditadura democrática do povo, alicerçada na aliança entre operários e camponeses e dirigida pela classe operária. Em uma de suas obras clássicas, A economia e a política na época da ditadura do proletariado", Lenine escreve: "Todas as nações chegarão ao socialismo. Isto é inevitável, mas nem todas chegarão de forma idêntica, cada uma delas trará algo particular a tal ou qual forma de democracia, a tal ou qual variedade da ditadura do proletariado, a tal ou qual ritmo de transformação socialista dos diversos aspectos da vida social".

Resta, por fim, à margem da questão, o problema do dogmatismo, violentamente combatido por Marx, Engels e Lenine. O marxismo, segundo seus grandes ideólogos, não é um dogma, mas um guia de ação, sujeito às flutuações da História. Lenine assinalava que o dogmatismo se fundamenta no rompimento entre a teoria e a prática. O marxismo, de acordo com o fundador do primeiro Estado socialista da terra, fundamenta-se no seu poder criador, a partir das teses do materialismo histórico e dialético.



poder avaliar o alcance da decisão tomada pelo PCF. Primeiramente, convém relembrar, mais uma vez, que a ditadura do proletariado é a noção central do marxismo-leninismo.

O Manifesto de Marx proclama que o proletariado deve, antes de mais nada, se apoderar do poder político e se servir dessa supremacia política para arrancar aos poucos da burguesia toda e qualquer espécie de capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, i. e., do proletariado organizado em classe dominante. E naturalmente nada disso poderá ser feito se não por meio de intervenções despóticas contra o direito de propriedade e contra a posse pelos burgueses dos meios de produção". Mais tarde, numa carta a Weydemeyer, de março de 1852, Marx escreve textualmente: Procurei provar – e nisto consiste minha contribuição original – que essa luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado. A famosa Crítica do Programa de Gotha em que Marx, cerca de vinte anos mais tarde, analisaria certos pontos do programa do partido operário alemão, afirma palavra por palavra: Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, situa-se o período de transformação revolucionária. A este período corresponde igualmente uma fase de transformação política durante a qual o Estado não será nada mais que a ditadura do proletariado.

Engels se encarregaria de esclarecer que, para Marx, a ditadura do proletariado significava exatamente a ditadura de uma classe e não a ditadura do partido. Posteriormente Lênine iria aprofundar mais ainda a importância desta noção absolutamente indispensável à implantação do socialismo. Mas ele sempre fez questão de afirmar que se tratava de uma ditadura temporária, que antecederia a instalação do comunismo propriamente dito, sistema onde "cada um atuará segundo suas capacidades e a cada um será dado segundo suas necessidades". – Passagem indispensável ou não para o socialismo, o que é certo é que esta ditadura do proletariado, por provisória que pareça doutrinariamente, está durante até hoje na União Soviética. Segundo as análises de Djillas, Stalin iria transformá-la em ditadura uma classe – a classe dos burocratas – sobre o proletariado. Depois da guerra, o presidente comunista da Tchecoslováquia ainda burguesa, Gottwald, propôs que se substituísse o termo "ditadura do proletariado" por "democracia popular". Em outubro de 1961,

durante o XXII Congresso do Partido Comunista da URSS, Kruchev afirmava solenemente que o partido da classe operária se havia transformado no partido de todo o povo e que o Estado soviético era o estado do povo inteiro. Nessas condições desaparecia a missão interna da ditadura do proletariado. – É natural, afirmava ele ainda, que a partir do dia em que o socialismo triunfou em nosso país de maneira absoluta e definitiva, e do dia em que entramos na fase de construção plena do comunismo, as condi-

Comunistas ocidentais ficam sem modelo.

ções que tornavam necessária a ditadura do proletariado desapareceram completamente. Kruchev não afirmava que a noção de ditadura do proletariado ficara em si mesma ultrapassada. Ele reconhecia simplesmente que as condições para a instalação do socialismo na URSS estavam tão preenchidas, que a passagem por essa fase não era mais necessária. Foi este, aliás, um dos primeiros grandes temas de conflitos que determinariam mais tarde a violenta ruptura entre os comunistas chineses e os soviéticos.

Em outubro do ano passado, o secretário-geral do PC Português, Álvaro Cunhal, preconizava que se deixasse de lado a expressão "ditadura do proletariado". Mas Cunhal deixara bem claro que o que deveria se abandonar era o termo, não a noção em si. Como se pode deduzir daí, a posição de Georges Marchais e, agora, do PCF, é realmente uma "revolução doutrinária" dentro da ideologia marxista-leninista.

Durante um primeiro tempo, depois do Congresso de Paris, a imprensa soviética se manteve numa curiosa atitude de silêncio. O noticiário sobre as posições do PCF apareceu expurgado de qualquer alusão à nova doutrina. Mas os jornais do partido, em outros países da área socialista, sem atacar Marchais pessoalmente, denunciaram com bastante severidade esta "heresia", enquanto a China, que pareceu até agora não tomar conhecimento oficial dos acontecimentos de Paris, relançava a campanha contra os "revisionistas de direita" dentro do PC chinês. Para os ortodoxos, a denúncia do "revisionismo de direita" lembra muito os conflitos que explodiram quando Kruchev considerou dispensável a ditadura do proletariado.

Dentro da França e em outros países da Europa Ocidental, o que parece dominar é a grande preocupação do PCF em apresentar "uma nova imagem do comunismo": "um comunismo com rosto humano". Marchais, que preconizou também uma alteração da linguagem gestual do partido – mão estendida em vez de punho cerrado – quer que seus militantes se lancem numa campanha nacional de "união de todos os franceses" para a descoberta de um caminho original para o socialismo. Para bem mostrar que isto equivale a uma proclamação de independência com relação à União Soviética, ele denunciou da tribuna, na presença dos delegados da URSS, os métodos de repressão utilizados contra os dissidentes na pátria do socialismo.

Todos os observadores se interrogam agora sobre o que poderá ocorrer dentro do movimento comunista mundial. Na Itália, Enrico Berlinguer já tinha tomado suas distâncias com relação a Moscou e a busca de um caminho italiano para o socialismo já lhe valeram sucessos eleitorais espetaculares. Na Espanha, o PC se declara disposto a qualquer aliança para estar presente na vida política do país durante o pós-franquismo. A formação de um poderoso bloco comunista ocidental realmente independente de Moscou tornaria muito incômoda a posição da União Soviética, sobretudo numa hora em que sua intervenção na África, com toda a ajuda bélica que está garantindo a Angola, exacerba as denúncias contra "a fase imperialista do comunismo russo". Por outro lado, o Kremlin dificilmente aceitará que se consumasse, do outro lado do planeta, uma ruptura definitiva como a que o separou da China. Mas, a grande heresia do PCF, no plano doutrinário, poderia enfraquecer terrivelmente o valor de exemplaridade das conquistas do socialismo soviético e, de um dia para o outro, os comunistas ocidentais ficariam sem modelo. Será talvez necessário repensar o marxismo-leninismo. Mas é muito difícil acreditar que uma ideologia como a comunista possa acomodar-se dentro de um regime de convivência ecumênica com uma multiplicidade de partidos irmãos, cada um dos quais conservando um rosto próprio. De qualquer maneira, a evolução dos acontecimentos no futuro próximo pode ser muito rica. E a melhor maneira de passar ao lado dessas riquezas de dados é negar a evidência dos fatos, entrenchando-se em apriorismos pobres.

CARTAS

O leitor defende Euzébio Rocha. "O artigo de Euzébio é esclarecedor, e enriquece a argumentação dos que denunciam a impostura de se atribuir apenas à crise do petróleo a responsabilidade do atual clima econômico. O momento brasileiro exige análise e reflexão, com redobrado cuidado. Mas isto não é motivo para abandonar a luta."

☆ Senhor Redator:

Gostaria de congratular-me com a sua publicação que ressurgiu, com força, na hora certa. Neste período de necessidade é urgente também fazer coro com as vozes que se erguem tentando esclarecer a população e expor a verdade sobre situações estranhas que temos a infelicidade de presenciar. A luta por um mundo melhor, uma sociedade mais justa e uma pátria livre é obra de todos quantos erguem suas vozes e empenham suas vidas em

defesa dos direitos humanos e contra toda sorte de abusos, especialmente os que podemos ver e analisar, fazendo uma dissecação pública.

Na atual situação nós assistimos, não sem repulsa, à alienação alienante da grande imprensa. Uns não falam porque estão satisfeitos em serem reis da televisão, do rádio e da imprensa (exceto dos cemitérios, para onde irão algum dia). Outros não falam porque estão mais preocupados em retocar os mimosos focinhos de seus nepotes e em se tornarem alcagüetes de seus aliados de ontem do que em denunciar erros sócio-econômicos e em analisar situações estranhas. Nesta desesperada situação surgem órgãos de imprensa como o *Jornal de Debates*, que se fazem tribuna da liberdade, onde se pode falar para defender a justiça e a pátria.

Foi dentro desta patriótica inspiração que se ergueu a voz de Euzébio Rocha. O artigo de Euzébio é sobretudo esclarecedor, enriquecendo a argumentação de todos os que denunciam a impostura de se atribuir apenas à crise do petróleo a responsabilidade do atual clima econômico. Em defesa da pátria e da liberdade, o artigo de Euzébio Rocha faz coro com todos os artigos e publicações e discursos dos que se erguem no púlpito e na universidade e em todas as associações e corporações em defesa dos nossos mais caros valores.

A carta dos estudantes da PUC-Rio de Janeiro vem também confirmar isto, ao lado da declaração de Itaici (ambos publicados no *Jornal de Debates*). Esta declaração, de notável força moral e que eleva no conceito da maioria dos brasileiros o episcopado católico paulista, nos notifica que o episcopado deu um passo à frente e assumiu uma posição digna frente às circunstâncias atuais.

A publicação de artigos como o de Euzébio Rocha e o de Luiz Bresser Pereira, vem engrandecer a imagem do *Jornal de Debates* em todos os meios patrióticos e progressistas de nossa terra. Podemos ver que há um profundo contraste entre estas matérias e os encastelamentos reacionários, que por respeito à liberdade que os reacionários não respeitaram o *JD* também publica. Um arquétipo de contraste entre o ativismo sério e responsável e a reação preconceituosa e fanática é o contraste entre a Declaração de Itaici e a resposta tefepista. É a diferença da verdade para a fantasia, do esclarecimento para o obscurantismo, de um passado triste e terrível para um futuro que lutamos para que seja melhor, e queremos liberdade para isto.

O momento atual exige análise e reflexão, com redobrado cuidado. Isso não é motivo para abandonar a luta, pelo contrário, é incentivo para esclarecer. A economicamente poderosa

imprensa marrom usa largamente a técnica de desinformação. Aprenderam bem a lição de Goebbels. É muito fácil ouvir a ilusão apregoada por colonistas sociais e por entreguistas consumados (me vem à memória o nome daquele velho funcionário da Bond & Share e da Casa Morgan: Eugênio Gudin). A carga de ilusão nós a recebemos com toda a força que o dinheiro pode comprar, mas a verdade nos vem em pequenas e proveitosas jornadas. E dentro das necessidades do momento atual, exercendo a função de "farol de neblina", se enquadrar a linha seguida pelo *Jornal de Debates*.

É com a força do exemplo que o *JD* dá uma lição de democracia, deixando que as idéias tenham livre curso, dentro de limitações maiores, que por hora não se pode quebrar. É necessário que continuem a luta e que se permita a construção de linhas de defesa contra os adversários da pátria e da liberdade, que muitas vezes se intituam demagogicamente patriotas e defensores da liberdade, mas na realidade não o são e as suas obras os denunciam.

Despeço-me enviando minhas saudações a todos aqueles que, em qualquer lugar, por quaisquer meios, lutam pelos direitos humanos e pela justiça social.

Henrique de Almeida
Juiz de Fora, MG

Os embaixadores brasileiros no reino do absurdo. Se Delfim vai para Paris, por que não indicar Prestes para Moscou?

☆ Senhor Diretor:

Quando o sr. Delfin Netto foi nomeado nosso embaixador em França alegou-se que uma das razões, senão a razão ponderável, decisória mesma, para essa nomeação, foi o fato de o ex-ministro da Fazenda ser amigo pessoal do chefe do governo francês. Não quero discutir a validade desse critério. Pelo contrário. Se ele foi válido, se ele é válido – tanto que o sr. Delfin continua chefe de nossa missão diplomática em Paris – pergunto-me: por que o sr. Luís Carlos Prestes, amigo dos dirigentes soviéticos, não é nosso embaixador em Moscou? O princípio que levou o sr. Delfim a Paris justificaria o absurdo, pois em ambos os casos estamos no reino do absurdo, sendo que no caso do sr. Delfim o absurdo consubstanciou-se em patética realidade.

Jayme Ribeiro
São Paulo SP

A IDEOLOGIA ESTRUTURALISTA

A figura do letrado¹ nas sociedades centrais do Ocidente capitalista (Europa) surge com o estabelecimento do princípio da divisão do trabalho no seio da burguesia vitoriosa. Ao esfalçar-se a velha ordem feudal e/ou aristocrática, o letrado perde seu posto no círculo áulico, já que este deixara de existir, e passa a ser um trabalhador independente em termos de sua esfera específica (pois passa a produzir e a viver de sua produção) e um membro essencial à e integrante da nova ordem, tal como o capitão de indústrias, o banqueiro, o comerciante etc. Destes, o letrado se diferenciara apenas por sua função: justificar a nova ordem enquanto aqueles a constroem. Não é simples acaso se a identificação ideológica mais perfeita entre os letrados e os grupos da burguesia mercantil/industrial ascendente ocorre exatamente naquelas sociedades centrais em que a nova ordem se afirmara com maior vigor e pureza: Inglaterra e França. O dr. Johnson e Voltaire são os exemplos mais típicos².

A transferência deste esquema para as sociedades periféricas ligadas diretamente ao sistema de produção e de expansão das sociedades capitalistas centrais se dará forçosamente de forma macaqueante, pois a estrutura sócio-econômica das nações dependentes era — como é óbvio — totalmente diversa daquela das nações hegemônicas. Em vista disso, o processo de diferenciação setorial das elites ou seja, da divisão do trabalho, não possui qualquer suporte infraestrutural (sócio-econômico) e se apresentará como artificial. Em termos mais simples: não tendo ocorrido a substituição da aristocracia pela burguesia — e as lutas daí resultantes — o letrado não poderia ter uma função real que pudesse ser comparada à de seu “colega” europeu. Tenderá antes a uma posição secundária, lógica e conseqüente no contexto de uma sociedade dependente, mas com traços de parasitismo que absolutamente não se encontram³ naquela ocupada por seu similar das sociedades centrais.

Na verdade, o letrado dos países centrais ao tempo da ascensão e consolidação da hegemonia burguesa desempenha um papel ativo, fundamental, muitas vezes de grande riscos (é o caso dos enciclopedistas franceses) na luta contra o *ancien régime* e na defesa, direta ou indireta, da nova ordem, do pensamento laico e do estilo de vida da classe à qual pertence. Seu “colega” das sociedades periféricas será apenas sua contra-facção

Função do letrado: louvar o poderoso.

parasitária. Quando defender ou justificar diretamente a ordem vigente o fará sempre e apenas por “delegação” fictícia, pois jamais integrara um grupo coeso e jamais correrá riscos na luta consciente contra *outra* ordem⁴. É óbvio que assim fosse, pois excetuando alguns pobres índios, alguns *gauchos* e alguns pobres negros jamais houvera uma velha estrutura a destruir. Fácil, amena e pouco perigosa era sua tarefa. E, contudo, na maior parte das vezes, o letrado das sociedades dependentes teve uma função ainda menos importante: louvar este ou aquele grupo, de preferência quando no poder, preocupar-se com a produção literária do país, exaltar as virtudes pátrias, fazer orações aos moços etc.

Mesmo quando individualmente competente (é o caso, por exemplo, de Sílvio Romero, no Brasil) o letrado das sociedades dependentes nunca poderá fugir — pelo menos até 1920 entre nós — aos dois estigmas que o marcam: seu parasitismo na estrutura social e seu papel, quando muito, de caudatário e transmissor de idéias e dados culturais procedentes do centro.

As afirmações acima exigiriam, é claro, um tratamento mais amplo e de maior rigor teórico. Sua validade geral, porém, dificilmente pode ser posta em dúvida em relação ao Brasil, por exemplo, onde numerosas e estranhas figuras dominaram tranquilamente a cena literária e suas imediações até 1920, prolongando-se até o presente. Do passado basta lembrar Afrânio Peixoto (“A literatura é o sorriso da sociedade” (sic!) e Coelho Neto (“Eu sou o último hebreu”). Do presente os exemplos mais brilhantes são boa parte dos “acadêmicos” e a totalidade da *troupe* estruturalista cujos espetáculos circenses têm por palco a antigamente seriíssima revista *Vozes*. Mas avancemos lentamente.

Explode a torre de marfim do letrado.

As sociedades periféricas aos grandes centros capitalistas europeus em expansão nascem, na América Latina, do avanço implacável e do choque destes mesmos centros com os impérios coloniais ibéricos cuja vitalidade histórica chega ao fim ao se encerrar o séc. XVIII. Sobre os restos da velha ordem colonial ibérica nascem, a partir do início do séc. XIX, sociedades organizadas de acordo com as necessidades de expansão industrial e mercantil das metrópoles hegemônicas (Londres e Paris). É apenas a partir de então que estas sociedades periféricas se estruturam definitivamente como contra-facção, às vezes trágica, às vezes carnavalesca, das sociedades centrais⁵.

A nova ordem, nascida dos escombros dos impérios coloniais ibéricos, manteve sua estabilidade — apesar de alguns abalos — durante um século, aproximadamente, ou seja, até o momento em que, na primeira guerra civil europeia (1914), os grandes centros hegemônicos europeus começaram a autodestruir-se através da luta pela apropriação do excedente econômico e pela ocupação dos espaços coloniais ainda disponíveis na África e na Ásia. Aos poucos, vão emergindo as novas potências que substituirão as nações hegemônicas europeias, EUA e URSS. Com a decadência dos centros hegemônicos europeus — processo que não pode ser aqui descrito⁶ — a estrutura das sociedades periféricas latino-americanas sofre profundo abalo⁷.

Em virtude deste abalo, explode também a torre de marfim do letrado dependente e sua “função” desaparece na voragem da crise. Inseguro de sua situação, jogado no caos, ele vive seu primeiro grande momento criador na América Latina e, em particular, no Brasil. Só assim se explica a ebulição modernista no Brasil nos anos de 1920 e só assim se explica o surgimento dos dois Andrades, ensaístas, críticos, publicistas e satíricos geniais, principais representantes de uma nova elite intelectual que surge no momento da crise interna (a defasagem abissal entre a realidade sócio-

José Hildebrando Dacanal analisa a situação do intelectual brasileiro na última década e conclui que o estruturalismo é, no plano da superestrutura ideológica, “a implícita confissão da impotência manifestada pelas classes do compromisso no plano político, social e econômico. E que descanse em paz, como teoria, junto a todos os seus defensores”.

econômica do país e a superestrutura política e cultural) e externa (a desorganização dos centros capitalistas mundiais, a desordem completa e a substituição da Europa pelos EUA)⁸, que vem refletir-se também internamente.

A “função” do letrado e a divisão do trabalho na sociedade periférica e dependente brasileira sofreram naquele período um golpe tão brutal que bem se poderia considerá-lo definitivo.

Mas não foi isto que aconteceu. No caos dos anos de 1920 e no meio dos perigos que traziam em seu bojo para as classes dominantes, foi tomando corpo entre estas a convicção de que as coisas não podiam ficar como estavam. As oligarquias dissidentes do Sul, desvinculadas do passado recente em termos de poder e, por isto, capazes de se apresentarem como insuspeitas, assumem o papel histórico de mediadores, pondo em prática, da forma mais perfeita possível, o conselho do conde de Lampedusa: “É preciso mudar tudo para deixar tudo como está.”

Em outros termos, a Revolução de 30 significou antes de tudo uma solução de compromisso entre o moribundo mundo oligárquico e os novos segmentos sociais dominantes ligados⁹ ao capital industrial e financeiro das urbes da costa. Por sobre estes grupos pairará, a partir de então, o Estado, no papel de árbitro paternal e com a missão de, também paternalmente, encontrar as fórmulas mais convenientes para satisfazer os grupos eliminados da solução de compromisso e, portanto, do poder ou de seus benefícios (baixa classe média, operários e cam-

Uma nova era: a do compromisso.

poneses) e tranquilizá-los por bem (a falácia da participação do poder através dos sindicatos e, com maior realidade, a criação da legislação trabalhista, da previdência social etc.) ou por mal (a repressão pura e simples). Encontrara-se uma sábia fórmula de compromisso, uma equação perfeita para resolver o impasse entre o velho e o novo, para ambos continuarem lado a lado e, ponto fundamental, ocultos dos olhares indiscretos do grande público. E assim seria por algumas décadas, até que, em vista das mudanças surgidas com o avanço do tempo, a fórmula do compromisso se revelasse inviável, pelo menos em seus termos originais. Mas não avancemos.

Encerrado o período caótico e criador dos anos de 1920, a efervescência modernista perde sua força e tende à inércia. Ultrapassada, no plano sócio-econômico, através do compromisso, a defasagem abissal que a gerara, a agitação modernista vai perdendo a própria base, a própria razão de seu existir, até desaparecer completamente. Mário e Oswald de Andrade continuarão escrevendo o que de melhor se produziu neste século, no país, no campo da sátira, da ensaística etc, mas seus escritos terão pouca ou nenhuma repercussão a partir de 1930, em vista do boicote silencioso, mas nem por isto menos real, que sofrem suas obras. Com certa razão, pois uma nova era se inaugurara, a era do compromisso. A eliminação silenciosa dos “letrados agitadores” dos anos de 1920 foi apenas o contraponto cultural da eliminação política, através do silêncio imposto pela pressão ou pela repressão, dos “tenentes” mais radicais, os “agitadores políticos” da década, e de seus simpatizantes.

Momento supremo, o da reflexão.

Assim, restabelecida a “calma cultural” — e não é por nada que foi a partir deste momento que o chamado “Romance de 30” explode e passa a dominar completamente o panorama editorial — estava preparado o terreno para um retorno à velha e boa tradição da divisão do trabalho. Claro, o “novo letrado” brasileiro surgiria desta vez vigoroso, moderno, dispondo de brilhante aparato teórico fornecido pelos centros, enfim, capaz de obter credibilidade, para suas proposições, junto a um público já bem mais exigente, mais “cosmopolita”, mais realista, mais alfabetizado e, portanto, mais resistente à verborrêia grácil e fagueira dos parnasianos ou às elegantes empulhações dos impressionistas.

Talvez o exemplo mais típico — e certamente um dos mais brilhantes — deste novo tipo de letrado tenha sido Afrânio Coutinho. Capaz, rigoroso, dispondo de invejável soma de conhecimentos e munido de brilhante aparato teórico, conseguiu realizar uma obra que certamente foi a tentativa mais ambiciosa de resolver de uma vez por todas os impasses que no séc. XIX homens como Sílvio Romero e José Veríssimo tinham enfrentado. Optando por uma perspectiva decididamente esteticista e idealista — como o é a da “periodização por estilos” — Afrânio Coutinho tinha a intenção de matar dois incômodos coelhos de uma só cajadada. De um lado, eliminava os complicados problemas da “literatura transplantada”, da “cor local”, do “instinto de nacionalidade”, questões que sempre tinham sido e — e continuavam sendo — um terrífico e insolúvel quebracabeças para nossos letrados. Por outro, atrelava de forma que pensava ser definitiva, nossa história literária à história literária dos países centrais europeus, e o fazia com um rigor científico que era, supostamente, inatacável. Não é sem razão que a partir de *Introdução à Literatura Brasileira* Afrânio Coutinho tornar-se-ia um modelo para os estudiosos da produção literária da sociedade brasileira. Na verdade, ele conseguia unir em seu trabalho a extrema seriedade de pesquisador a uma *weltanschauung* idealista que,

além de ser "moderna" em termos europeus e/ou norte-americanos, parecia encerrar cerca de um século de discussões. E realmente encerrava, se bem que em sentido bastante diverso do que ele poderia supor.

A obra de Afrânio Coutinho representa, sem dúvida, o momento supremo, o coroamento final da "reflexão literária" no contexto da cultura brasileira dependente. Formando-se e vivendo no seio da sociedade "modernizada" mas ainda dependente dos anos que se seguiram a 1930, sem ter sido atingido pela "sensação de orfandade" e aceitando, portanto, pia e plenamente, o princípio da divi-

Prenúncio do terremoto cultural.

são do trabalho, Afrânio Coutinho realizou com sua obra um verdadeiro *tour de force*, o esforço supremo: no momento em que a sociedade dependente está para explodir, ele constrói, no plano histórico-literário, a grande síntese que até então inexistia. A publicação, em 1956, de *Grande Sertão: Veredas* pôde ser vista como o símbolo a prenunciar o grande trauma que se aproximava. Enquanto Afrânio Coutinho construiu laboriosamente sua história da literatura brasileira, a obra de Guimarães Rosa surgia como sinal de que tudo estava desmoronando fragorosamente, pois mostrava a inaniade e a inadequação absolutas da "periodização estilística". Como digo sempre para esclarecer esta afirmação, se Riobaldo vem depois de Paulo Honório e, pior ainda, depois de Rubião, todo o aparato crítico tradicional, por mais rigoroso e brilhante que fosse - é o caso de Afrânio Coutinho - perdia qualquer sentido. Era o caos. Era um cataclisma. Era preciso rever e reescrever tudo de novo.

Como é natural, o símbolo em que se constituía a publicação de *Grande Sertão: Veredas* não foi captado imediatamente. A obra de Guimarães Rosa era o prenúncio do terremoto histórico e cultural que abalaria o país ao final dos anos de 1960, mas, exatamente por ser prenúncio apenas, não impediu que Afrânio Coutinho terminasse sua obra monumental nem que um "dissidente moderado" (que posteriormente se revelaria radical) como Antônio Cândido¹⁰ publicasse *Formação da Literatura Brasileira*. Não impediu também, já no exterior da sociedade dependente, a encenação da palhaçada estruturalista.

Realmente, a grande crise da sociedade dependente e, de forma, mais próxima e imediata, a crise da sociedade surgida depois dos anos de 1930, atingirá a consciência das elites brasileiras apenas no final da década de 60 ou, mais amplamente, no início da década de 70.

Não é possível explicar aqui os mecanismos sócio-econômicos que estão na base da grande crise do final dos anos de 1960 no Brasil¹¹. Mas um dado evidente parece ser o de que no período se revela de forma absolutamente clara a impossibilidade histórica das classes do compromisso (a oligarquia modernizada e o capital urbano) em assumir a hegemonia nacional e enfrentar o poder crescente do capital monopolista internacional. A queda do processo de acumulação de capital que se verifica ao final dos anos de 1950 e no início dos de 1960 gera um processo crescente de proletarianização da pequena e média burguesia urbana (as "classes médias") e coloca em xeque a solução de compromisso encontrada em 1930 e que se manifestara politicamente no que os sociólogos latino-americanos chamariam de "populismo". Para esta crise, que já se revelara de forma inicial por volta de 1954 (fim do segundo governo de Vargas) havia duas saídas: ou mudar o jogo através de uma solução socialista ou capitalista de Estado ou de mudar as regras do jogo através da eliminação das estruturas políticas liberais e da aplicação de formas mais autoritá-

rias de consenso social. A opção escolhida, como se sabe, foi a segunda.

Era o início do grande trauma da "intelligentzia brasileira dependente". Destruídas as bases sócio-políticas que até fins dos anos de 1960 eram o próprio sustentáculo de sua existência, a "intelligentzia brasileira" paira sobre o vácuo, totalmente desorientada. O clímax da crise é atingido em 67/68, quando, depois de titubear um pouco, as "classes médias" - que no esquema populista jamais tinham ido além da periferia do sistema de poder - aderem entusiasticamente, sempre na periferia, à nova ordem, dando seu pleno apoio ao projeto néo-dependente que a partir de então perseguiria, como objetivo fundamental, o entrosamento perfeito entre o capital monopolista internacional e o capital nacional, colocando este claramente em posição secundária e subserviente.

É a partir deste momento que as ilusões explodem como bolhas de sabão, ao centro e à esquerda. A crise do otimismo juscelinista - segundo o qual seria possível transformar economicamente o país no contexto político de uma "democracia representativa" - punha fim às ilusões burguesas do "desenvolvimentismo" e às ilusões marxistas do "esquerdismo". O que a grande crise brasileira dos anos de 1960 deixaria claro é que o Brasil era uma sociedade periférica dependente, gerada pelas necessidades de expansão dos países capitalistas centrais do Ocidente, uma nação cujas estruturas sócio-político-culturais artificiais explodem no momento da verdade, isto é, no momento em que são propostas reformulações das mesmas. Evidentemente, se tais estruturas eram artificiais - e o eram - não poderiam ser reformuladas a

Aparição triunfal do estruturalismo.

partir delas próprias. Necessariamente teriam que explodir, revelando-se como inadequadas e desaparecendo em seguida.

Algum dia será necessário explicitar melhor o complexo processo vivido pela sociedade brasileira no final dos anos de 1960. O importante aqui é acentuar que em face da crise global que atinge todos os setores do corpo nacional, a "intelligentzia" só tinha dois caminhos: ou rever todo o processo, reescrever toda ou grande parte da história recente (e menos recente) para procurar encontrar novos fundamentos sobre os quais se pudesse basear uma adequada explicação do presente ou, então, simplesmente ignorar a crise e seguir adiante como se nada tivesse ocorrido.

No sentido de rever o processo caminharam, aos poucos, grande parte dos historiadores, sociólogos e economistas brasileiros que foram encontrar na herança comum latino-americana a identidade cultural que buscavam desesperadamente depois do trauma brutal dos anos de 1960. Ligados estreitamente, de uma ou de outra forma, à realidade empírica sócio-econômica, foi-lhes possível, se bem que nem sempre fácil, emergir da crise e reencontrar seu lugar no seio da sociedade brasileira, mesmo que este lugar não seja, como não poderia sê-lo, nada cômodo em virtude das injunções conjunturais. Mas é um lugar e, mais, é a identidade (re) encontrada. E o que aconteceu à parcela literária desta "intelligentzia"? Vejamos.

Destruída a ordem liberal-democrata sacralizada em 1946 - no seio da qual, poderia dizer-se, a divisão do trabalho pertencia ainda à *Vernunft* histórica, alienada e colonizada, é claro, mas dialeticamente autêntica em sua alienação e colonização - destruída aquela ordem, os letrados brasileiros entram em pânico. Revelada a impotência histórica da "burguesia" (as classes do compromisso) e perdendo, portanto, a divisão do trabalho o suporte da estrutura histórica, ocorre a debandada geral. Restavam

ou o silêncio ou a sublimação da castração histórica da própria classe, sublimação que se efetivaria através da negação do processo histórico. Era a oportunidade para que o estruturalismo fizesse sua aparição triunfal, como realmente ocorreu. É compreensível que assim tenha sido, pois excetuando algumas raras exceções surgidas no âmbito do pensamento dialético - Astrogildo Pereira, Nelson W. Sodrê e, mais tarde, Carlos Nelson Coutinho - a "intelligentzia literária" brasileira não tinha *consciência possível para os novos tempos exatamente em virtude do papel parasitário e "delegado" que sempre desempenhara na sociedade brasileira*.

A reconciliação com o sistema.

Esta ausência de *consciência possível* explica perfeitamente o fato - para muitos paradoxal e inexplicável - de que "marxistas" fanáticos dos anos de 1960 se tenham convertido em não menos fanáticos críticos estruturalistas dos anos de 1970. Aliás, este fenômeno é apenas o contraponto, no plano da sociedade global, ao fato de que "contestadores" e "esquerdistas" radicais dos anos de 1960 se tornaram entusiásticos empresários ou *white collars* (privados ou estatais) perfeitamente identificados e reconciliados com o sistema através da mediação do consumismo.

No que se refere à sublimação da castração histórica, a "intelligentzia literária" brasileira - que por tradição de superficialidade sempre fora muito mais literante do que pensante¹² - foi de uma felicidade sem par: justamente na época em que, pela ausência de *consciência possível* e pela impossibilidade de continuar zanzando impunemente no carnaval ideológico dos anos 1960, o abismo surgia aterrador, exatamente naquele momento a *France éternelle* oferecia providencialmente o último e raquítico produto do pensamento burguês europeu de direita: o estruturalismo. A coincidência foi tanta que, penso, se o estruturalismo não existisse deveria ter sido inventado, e com urgência...

Nascidas no seio de um capitalismo cansado, quase agonizante, as idéias estruturalistas ofereciam várias vantagens. Suficientemente brilhantes na superfície para atraírem a atenção das literantes e desorientadas mariposadas indígenas, suficientemente superficiais para se adequarem às suas curtas inteligências e suficientemente esotéricas para proporcionar uma inefável sensação de profundidade e isolamento elitário, as teses estruturalistas representaram um atraente *ersatz* para a castração histórica do mundo ideológico no qual a "intelligentzia literária" brasileira se encontrava inserida.

Como dizia Adorno, todo ocultismo é a recusa de situar-se historicamente, de aceitar o contingente e o transitório que toda ação humana carrega em si. Ora, é ao fetichizar o texto, ao tender a um esoterismo terminológico cada vez mais desabusado e ao impor uma análise estática que o estruturalismo revela sua natureza fundamentalmente a histórica e anti-histórica e desmascara a ideologia reacionária a ele subjacente. O que possa representar ou significar o pensamento estruturalista na Europa, é um problema dos europeus e, em particular, dos franceses.

O que ele representa no Brasil parece ser bastante claro. Tendo entrado em crise as estruturas sócio-político-culturais da sociedade dependente e, de forma mais próxima, da sociedade surgida dos compromissos dos anos de 1930, a "intelligentzia literária" brasileira - parasitária por natureza - perde seu sentido histórico adquirido por "delegação" e, portanto, perde também seu lugar como ocupante de um dos setores da divisão no trabalho no seio da fracção

dominante desta mesma sociedade (cuja organização, como se viu, era uma contrafracção à da burguesia européia). Em resumo, deixa de existir efetivamente. É neste momento que faz a opção desesperada que lhe dá, pelo menos, a sensação de continuar existindo: opta pelo ocultismo estruturalista, sublimando a castração histórica de sua classe e, obviamente, a sua própria, através da negação obsessiva do processo histórico. É através da negação do processo histórico que a "intelligentzia literária" tradicional brasileira - desaparecida definitivamente na voragem da crise dos anos de 1960 - busca a sobrevivência impossível. Impossível porque, ao contrário do que procura fazer crer a ideologia que subjaz a suas teorias ocultistas/estruturalistas, o processo histórico existe, a tábua de Clío continua a ser tecida. E a "intelligentzia literária" brasileira própria da sociedade dependente só existe como passado. Ou, para citar Marx, como farsa ao tentar, através do estruturalismo, repetir a História¹³.

O estruturalismo é, portanto, no plano da superestrutura ideológica, a implícita confissão da impotência manifestada pelas classes do compromisso (a "sociedade dependente") no plano político, social e econômico. O estruturalismo é o correspondente nati-morto, no plano cultural, do consumismo dependente e colonizado das "classes médias" brasileiras, no plano sócio-econômico. Descanse em paz, como teoria, junto com todos os seus defensores.

(1) Em vez da palavra "literato", que carrega em si um sentido pejorativo a priori exatamente em virtude dos problemas a serem levantados no decorrer deste ensaio, prefiro o termo "letrado", equivalente a "hommes de lettres" em francês. Além disto, "letrado" abrange, à semelhança do correspondente francês, um contexto mais amplo no qual se inserem o publicista político, o jornalista, o crítico literário, o historiador literário e até mesmo o escritor/criador, em particular quando de segunda, terceira ou de menor categoria (este é o caso, no Brasil, de Coelho Neto, Olavo Bilac e da maior parte dos "acadêmicos" etc). O termo "literato", em vista de já trazer implícito um julgamento pejorativo, não servia aos objetivos da exposição que segue. Mas é evidente que, a rigor, ambos os termos podem ser equivalentes, pelo menos na perspectiva de uma semântica formalista ou idealista, o que não é o caso deste ensaio.

(2) Há, é claro, um engajamento muito mais imediato por parte daqueles que poderíamos chamar de "ideólogos diretos", como é o caso de Adam Smith e Ricardo, cujas teorias econômicas são a justificação da ordem capitalista burguesa. Aqui, porém, limito-me a analisar o caso dos "letrados".

(3) Fica subentendido que neste ensaio somente se faz referência ao "letrado" latino-americano surgido a partir da chamada independência que, na verdade, não foi mais que uma troca de dono depois da qual os países capitalistas centrais (França e, em particular, Inglaterra) organizaram as sociedades dependentes periféricas de acordo com as suas (dos países centrais) necessidades de expansão industrial e mercantil. É apenas a partir de então que as sociedades semi-colônias latino-americanas se estruturam como contrafracções, às vezes um tanto carnavalescas, das sociedades capitalistas européias. Sabe-se muito bem que os letrados e publicistas desempenharam papel muitas vezes nada ameno nas lutas que desembocaram no fim dos impérios coloniais ibéricos na América Latina, como é o caso dos mineiros do séc. XVIII. Aliás, não seria nada mau que, depois de quase dois séculos de literatice amena, começássemos a refletir sobre este fato. Assim, talvez, ninguém venha a surpreender-se...

(4) Haverá exemplo mais típico em toda a América Latina que o Facundo, de Sarmiento? No Brasil, Oliveira Vianna poderia ser dado como exemplo.

(5) A destruição arrasadora da economia paraguaiense na segunda metade do séc. XIX é certamente um dos fatos trágicos, se não o mais trágico. Como se sabe, o Paraguai iniciara um processo de desenvolvimento econômico autossustentado e independente, o que o Império britânico não podia permitir que ocorresse. Em

O fato incontestável, dizia o gaúcho O. Loureiro em 1948, é que perdemos tempo precioso, necessário para a execução de tarefas relacionadas com o desenvolvimento do Brasil

País deitado em berço esplêndido



Uma das principais características peculiares do povo brasileiro, quicá o seu traço mais predominante mesmo, consiste sem dúvida na sua índole sentimental e romântica. Somos um povo dotado de temperamento excessivamente sentimental e imaginativo. Até que ponto isto pode ser considerado como virtude ou defeito, só o saberemos se tivermos a serenidade e a paciência necessárias para uma severa análise da situação aflitiva por que atravessa o nosso país. A própria história da nossa evolução política, é bem uma crônica viva de episódios românticos que confirmam de forma assaz eloquente essa nossa tendência natural. A prodigiosidade da natureza em nossa pátria, a exuberância de nossas matas e flores, a fertilidade do nosso solo, o nosso imenso potencial de riquezas, tudo isto, enfim, que os nossos inspirados poetas exaltaram em estrofes repassadas do mais puro e comovente lirismo, influi certamente na sedimentação de nosso caráter contemplativo e sonhador, na formação dessa nossa mentalidade de povo um tanto desapeado às realidades e às contingências do nosso destino histórico.

Precisamos reconhecer sinceramente, sem as suscetibilidades que o nosso tradicional sentimentalismo sóe engendrar, às vezes, o fato incontestável de haveremos desperdiçado em sonhos e devaneios de bebedores de luar e nefelibatas incorrigíveis, uma grande parcela de tempo realmente muito precioso para as difíceis e inadiáveis tarefas relacionadas com a nossa emancipação econômica. Devemos admitir, embora isto venha a ferir nossa sensibilidade e orgulho nacional, que, durante o longo tempo em que estivemos cantando ricamente, "em berço esplêndido", as nossas belezas naturais e a nossa "grandeza sem par", outros povos indiscutivelmente mais práticos e objetivos trabalhavam ativamente no forjamento de sua real e efetiva grandeza econômica. Nossos governos e homens públicos fascinados, talvez, pela visão fantástica de um vasto país de riquezas incalculáveis, olvidaram-se, via de regra,

de que a verdadeira riqueza de um povo não está na razão direta do número de quilômetros quadrados de seu território, mas sim, na sua capacidade de trabalho e no vulto de suas realizações e empreendimentos no terreno do progresso.

Com efeito, a consequência de possuir um país as mais extraordinárias riquezas potenciais, absolutamente nada representa, se os seus governantes forem incapazes de promover exploração intensiva em benefício do progresso e do engrandecimento da pátria. Nos rudes e brutais entrosques e conflitos de interesse a que estão inevitavelmente sujeitos todos os povos civilizados, por força das próprias contingências da vida internacional, o triunfo pertence àqueles que estiverem melhor organizados política e economicamente. O nosso torturado mundo moderno não comporta mais divagações de lirismo pueril ou de ilusões falazes acerca do destino dos povos da urbe. Temos diante dos olhos o espetáculo triste de um mundo fracionado e dividido pelo ódio, no qual as grandes potências se digladiam ostensivamente, numa luta surda pela dilatação, a qualquer preço, de suas atuais zonas de influência e domínio político-econômico. É uma luta de titãs que forçosamente há de refundar, mais cedo ou mais tarde, no aniquilamento dos povos fracos, desorganizados e incapazes. Não podemos ter ilusões a este respeito.

Ultimamente tem havido uma estranha e deliberada balbúrdia em torno dos fenômenos determinantes do lamentável atraso em que nos encontramos, dificultando sobremaneira uma apreciação honesta e desapassionada dos fatos. Afirma-se, por exemplo, com muita presunção e sem-cerimônia, que o brasileiro é um tipo fracassado e incapaz. Ora, convenhamos, isto não significa apenas proferir uma tolice inconsequente ou revelar um espírito encharcado de ignorância ou má fé. Significa, principalmente, lançar uma grave ofensa à memória dos intrépidos forjadores da nacionalidade e cometer, ao mesmo tempo, uma injustiça clamorosa para com essa imensa legião de heróis esquecidos que movimentam as máqui-

nas das nossas indústrias e que mourejam na vastidão dos nossos campos. O povo brasileiro que tem sido tantas vezes mal julgado e interpretado pelos exploradores de sua credulidade excessiva, por certo não merece a injúria e a infâmia de mais essa definição notoriamente capciosa. Se todos os "fariseus" que agora se arvoram juizes do povo brasileiro, fizessem um exame de consciência antes de lançar suas verdades derrotistas, provavelmente não sobriariam forças para atirar a primeira pedra...

Na verdade, os povos do mundo representam para os governos o que a argila representa para o escultor: matéria dúctil e maleável, com a qual tanto pode o estadista forjar a grandeza e a glória de uma nação, como a sua ruína e decadência, do mesmo modo que o artista tanto pode modelar uma obra de arte impercível, como uma baboseira sem a menor significação artística. Simples questão de gênio ou talento no manipular o material que se lhe confiou. Os povos constituem, portanto, em última análise, a imagem da obra realizada pelos governantes: um aglomerado de párias e mendigos famintos a se arrastarem na desolação de um país tristemente desorganizado, ou uma comunidade de homens sadios e capazes, organizada em bases econômicas sólidas e estáveis. Pois não é crível que um país possa progredir e conquistar real prestígio no cenário internacional, sem contar com dirigentes que aliem às qualidades de inteligência e de integridade do caráter, um espírito verdadeiramente dinâmico e empreendedor. O slogan de que cada povo tem o governo que merece, é uma sandice própria para o uso dos colecionadores de frases ócas.

Sabemos - e com experiências decepcionantes o sabemos nós os brasileiros, principalmente! -, que as imperfeições e os defeitos que estão implícitos nos processos democráticos de livre escolha dos governantes, no máximo quando uma grande parte dos que exercem o direito de voto não atingiu ainda a maioridade política necessária, trazendo, nos espíritos embotados pelo temor, o medonho fantasma dos caciques e morubixabas de passadas eras. E sabemos também que, para decidir o resultado de uma eleição, hoje em dia, importam muito menos as qualidades e credenciais dos candidatos, do que uma boa máquina eleitoral bem montada e azeitada, auxiliada por um escandaloso sistema de publicidade. Não há dúvida de que essas aberrações poderão ser eliminadas gradativamente, pelo melhoramento efetivo dos índices educacionais dos povos. Todavia, enquanto não atingirmos esse estado de evolução ideal, será pura tolice dizer que cada povo tem o governo que merece.

Gregório Teles Junior escrevia em 1948: "Ninguém ignora que as grandes empresas têm um tremendo poder e influenciam os governos dos países atrasados"

Getúlio Vargas e os trustes



sr. Getúlio Vargas, apeiado do governo e eleito senador, declarou estar convencido de que fora deposto por obra dos trustes norte-americanos.

Que os trustes tenham tal poder, ninguém contesta. Eles não só derrubam governos, como provocam revoluções e promovem guerras, mesmo em nações as mais cultas e civilizadas, mesmo em países os mais evoluídos.

Stines, o grande magnata alemão do cartel internacional do aço, escreveu um livro provando ter sido ele o principal financiador da ascensão de Hitler ao poder. A candidatura de Truman à vice-presidência dos Estados Unidos foi imposta a Roosevelt pelos magnatas de Wall Street, inimigos do espírito progressista de Wallace, até então vice-presidente ao lado de Roosevelt.

Hoje, até os estudantes de curso secundário, mesmo em nações culturalmente atrasadas como o Brasil, não ignoram, na sua maioria, o tremendo poder dos trustes internacionais na direção política dos países.

Teriam, porém, tais trustes influído na deposição do sr. Getúlio Vargas, como influíram na ascensão de Hitler e no impedimento à candidatura de Wallace como companheiro de chapa de Roosevelt?

Que interesse teriam tais trustes em derrubar o sr. Getúlio Vargas?

Estaria este seguindo uma política contrária ao capital estrangeiro, ávido de se assenhorar das riquezas potenciais do Brasil?

Um trecho da mensagem do presidente Dutra, remetida em 4 do mês findo, ao Congresso Nacional, pleiteando a entrega de nossas jazidas petrolíferas àque-

les trustes, talvez lance luz sobre a questão.

Relata com efeito, a mensagem do general Dutra, criticando a política nacionalista do sr. Getúlio Vargas e gabando a política petrolífera pró-estrangeiros do atual governo:

"É fora de dúvida que a legislação em vigor resultante dos princípios exageradamente contrários ao capital estrangeiro contidos na Lei Magna de 1937, tem sido o grande obstáculo a antepor-se ao desenvolvimento da indústria de refinados do Brasil, por isso que não permite a colaboração desse capital em atividade dessa natureza. Tal é, com efeito, no sentido do Decreto 395, de 20 de abril de 1938, que regula o assunto. Indispensável se torna a remoção dos embaraços legais que até aqui têm impossibilitado a conjunção de capitais e esforços de brasileiros e estrangeiros, particularmente se atentarmos no espírito liberal da Constituição de 1946. O projeto ora enviado ao esclarecido exame do Parlamento não se limita a dispensar a qualidade de brasileiro nato, imposta pelo decreto 395 de 1938; vai além, para permitir que não só os brasileiros naturalizados, mas até mesmo os estrangeiros, residentes ou não no país, participem das sociedades por ações que entre nós, se organizem, visando a exploração da indústria de refinados e de transporte de petróleo."

Esse trecho da mensagem do general Dutra define, clara e perfeitamente, as duas políticas: a antitrustes do sr. Getúlio e a pró-trustes do general Gaspar Dutra.

E não foi o sr. Getúlio deposto exatamente quando pretendia impor uma lei antitrustes, classificada então de "Lei Malaia", pelos tubarões nacionais e internacionais, da imprensa, da indústria e do comércio?

Tudo faz crer, portanto que quem realmente depôs o sr. Getúlio Vargas, no Brasil, foi a Standard Oil. Assim como os magnatas é que levaram Hitler ao poder na Alemanha e também derrubaram Getúlio, no Brasil, por pretender este fazer vigorar em nosso país uma lei contrária aos interesses dos mesmos trustes.



Continuação da página 17

seus altares, o Paraguai foi sacrificado, depois de encurralado através do bloqueio do Prata. Na verdade, grande parte da história latino-americana deve ser urgentemente reescrita, como se vê.

(6) Para quem estiver interessado, uma obra fundamental, que existe em tradução, é Introdução à História Contemporânea, de G. Barraclough, Zahar 1972.

(7) Estas sociedades voltariam depois a reorganizar-se em termos periféricos mas já dentro de outras coordenadas históricas e em relação a outro centro. Mas este é outro assunto.

(8) Ver, em particular, Bóris Fausto, A Revolução de 30, Brasiliense, 1973 e Edgar Carone A República Velha, volume que analise as "instituições e classes sociais", Difusão Européia do Livro, 1972.

(9) Sobre este assunto veja-se a bibliografia de Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares, Octavio Ianni, Celso Furtado e outros, citada ao final do primeiro dos ensaios que compõem este livro.

(10) Na realidade, Antônio Cândido jamais foi um letrado (e muito menos um "literato") em virtude de sua profunda formação de sociólogo. A Formação da Literatura Brasileira é a obra de um "letrado dissidente" mas ainda modera-

do. Apenas mais tarde, por volta de 1973/74, é que Antônio Cândido romperia radical e definitivamente com a tradição da "intelligentia literária" brasileira ao escrever aquele que, para mim, certamente é o ensaio mais importante sobre literatura brasileira escrito desde Instituto de Nacionalidade, de Machado de Assis. Este ensaio de Antônio Cândido, sem cuja leitura ninguém pode afirmar que entenda algo do que está ocorrendo ultimamente no processo cultural brasileiro, chama-se Literatura e Subdesenvolvimento e foi publicado na revista Argumento, nº 1, ao findar o ano de 1973 (Editora Paz e Terra).

(11) Reenvio à bibliografia e ao próprio texto do primeiro ensaio deste livro.

(12) Compreende-se. Na panela da literatice sempre fora fácil divulgar impune e irresponsavelmente tudo o que lhe desse na telha!

(13) A referência diz respeito a uma conhecida frase de Karl Marx em que este afirma que "a história só se repete como farsa". Evidentemente, a farsa estruturalista está em pretender ocupar um lugar que, historicamente, desapareceu ao mesmo tempo em que desaparecia a sociedade dependente brasileira. Afrânio Coutinho e sua obra ainda pertenciam à Vernunft histórica, para ambos ainda existia um lugar na sociedade em que surgem. Para os estruturalistas não. É neste sentido que só lhes resta serem a farsa que são. Bom proveito.

Artigo de Mattos Pimenta, publicado em 1955, analisa o golpe que derrubou o segundo governo Vargas e estuda a atuação das grandes empresas de petróleo no Brasil naquela época.

A deposição de Vargas em 1954



Vamos direto aos fatos e aos documentos. Em 24 de agosto de 1954 as Forças Armadas levaram o presidente Vargas a afastar-se do governo, tendo este, ao suicidar-se, deixado uma carta em que atribuía sua disposição à "campanha subterrânea dos grupos internacionais", acrescentando: "Quis criar a liberdade nacional na potenciação das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma". "Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida".

Que tinha, porém, a ver a "Petrobrás" com a deposição do presidente?

Setenta e duas horas depois, em 27 de agosto, o *Wall Street Journal* - autorizado porta-voz do truste estrangeiro - declarava: "Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos de interes-

ses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica, no Brasil". (Telegrama da primeira página do *Diário de Notícias*, do Rio, de 28 de agosto.) Doze dias volvidos, em 8 de setembro, chegava ao Rio o subsecretário de Estado norte-americano, Holland, tendo o *New York Times*, que é o jornal de maior projeção nos EUA declarado: "A chegada amanhã ao Rio de Janeiro de Henry Holland, subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, não pode ser mais oportuna". E acrescentava, em tom imperativo: "O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do extinto presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer-se que se o Brasil modificar sua política nacionalista para fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderia transformar-se". E assim terminava o artigo do *New York Times*: "Dificilmente poderia o novo governo do presidente Café Filho mudar abruptamente de política num

momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode se ter esperança para o futuro". (Telegrama da terceira página do *Correio da Manhã* de 8 de setembro.)

Em seguida, o *Financial Times*, de Londres, que é dos mais categorizados jornais do mundo, escrevia: "É evidente que se o atual governo do presidente Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas para o capital estrangeiro mesmo para a exploração dos recursos petrolíferos". E acrescentava o jornal londrino: "Mas parece também evidente que a pressão americana no caso do petróleo aumentou". (Telegrama da primeira página do *Jornal do Comércio*, de 8 de outubro.) Segundo, portanto, o testemunho do *Wall Street Journal*, do *New York Times* e do *Financial Times*, a deposição de Vargas abriu o caminho para a revogação da Petrobrás e a entrega de nosso petróleo ao truste estrangeiro, vale dizer, à Standard Oil.

Vejam, entretanto, o que pensam as Forças Armadas a respeito: O marechal Dutra declarou o seguinte ao *Globo*, de 17 de maio de 1952, referindo-se à exploração do nosso petróleo: "A minha posição neste assunto foi tomada no dia 5 de setembro de 1942. Nesse dia o presidente da República reuniu o ministério para deliberar sobre um pedido feito pela Standard Oil, afim de que lhe fosse dada uma concessão para explorar e industrializar o nosso petróleo. Como titular da Pasta da Guerra, o meu ponto de vista foi contrário a que se desse a concessão. Argumentei, então, com razões de or-

dem da defesa nacional. E o pedido não passou. Como vê, é uma velha opinião". Por outro lado, assim se pronunciou o marechal Mascarenhas de Moraes, falando como chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, em 10 de maio último, ao ser instalada a Petrobrás: "Venho como representante das Forças Armadas, trazer o meu inteiro apoio a esta grande empresa".

Apesar, porém, desses claros pronunciamentos das Forças Armadas do Brasil, em assunto fundamental da defesa militar do país, decorridos menos de três meses da ascensão de Café Filho à presidência da República, pretende-se que os mesmos parlamentares que votaram a Petrobrás, no findo (1953) e por enorme maioria, modifiquem agora essa lei ao sabor dos interesses da Standard Oil.

É evidente, entretanto, que não foi para isso que as Forças Armadas depuseram Vargas. No seu relatório sobre o Estatuto do Petróleo, o sr. Odilon Braga salienta, porém, esse trecho do depoimento do gal. Cárdenas, referindo-se à ação das empresas petrolíferas estrangeiras no México: "Intolerável e persistente intervenção das empresas na política nacional e até custeio de rebeliões contra o governo instituído". Veja-se bem: "e até custeio de rebeliões contra o governo instituído". Foi assim no México, foi assim na Venezuela com a deposição de Romullo Gallegos e foi assim, também, no Irã com a deposição de Mossadegh. Afirma ainda o sr. Odilon Braga que, na luta travada pelos trustes petrolíferos, "soberanos homens de Estado, generais, altos funcionários dispersos pelo mundo, foram movimentados de acordo com as circunstâncias, o que não raro deu lugar a grandes e dramáticas consequências". E tudo indica que o imenso poder econômico da Standard Oil conseguiu finalmente repetir no Brasil, em outro estilo, as mesmas recentes deposições ocorridas na Venezuela e no Irã. Os Estados Unidos tal como afirmou o *Financial Times*

exercem finalmente forte pressão econômica sobre nós, aviltando deliberadamente os preços dos principais produtos de nossa exportação para, assim, quebrar nossa resistência à cobiça do truste petrolífero estrangeiro. É essa, aliás, a política oficialmente adotada e abertamente praticada pelos Estados Unidos.

Eis com efeito, os termos textuais em que tal política foi definida pelo Departamento de Estado, perante o Senado americano, isto é, perante o "Special Senate Committee Investigating Petroleum Resources": "O Departamento de Estado tem adotado a posição de considerar que o interesse público dos Estados Unidos da América exige a máxima conservação das reservas nacionais e próximas e a expansão em larga escala do controle sobre as reservas estrangeiras de óleo por parte de seus naturais. Tem ele, em consequência, apoiado ativamente os esforços dos interesses petrolíferos dos Estados Unidos da América no sentido de conseguir e consolidar concessões no estrangeiro".

Tão nítida e positiva quanto esta declaração do Departamento de Estado é a do Departamento de Guerra do mesmo país: "Do nosso próprio ponto de vista nacional tanto quanto do da prosperidade e da paz mundial, é importante que as atividades dos nacionais americanos sejam continuadas não somente nos Estados Unidos da América, mas também nos campos estrangeiros".

Não há nada, portanto, de estranho, na proteção franca e inflexível dos Estados Unidos às pretensões da Standard Oil, no Brasil, procurando liquidar a Petrobrás para utilizar as riquezas potenciais do nosso país em seu proveito.

Os autores do golpe de 24 de agosto, salvo raras e desonrosas exceções, agiram com altos intuitos patrióticos e na convicção sincera de estar defendendo a honra nacional, quando estavam defendendo na verdade, de fato, os interesses da Standard Oil e a política petrolífera dos Estados Unidos.

Se você não lê, você está cego e mal pago.

Cada vez que você lê um bom livro, alguma coisa muda dentro de você.

Você fica um pouco mais informado.

Um pouco mais inteligente.

Um pouco mais dono de seu próprio nariz.

Os bons livros têm o dom de abrir a consciência.

E quanto mais consciência, mais chance você tem de melhorar a sua vida e a dos outros.

Leia pelo menos meia hora por dia.

Descubra o Brasil pelos melhores autores. É aqui que você vive,

é essa terra **Leia mais.**

que você **Enriqueça sua cabeça.**

precisa conhecer, é esse mundo que você pode e deve conquistar.

Este país tem mais cegos que vêm do que cegos que não vêm.

Ajude a combater essa miopia.

Leia os bons livros.

Os livros que abrem os olhos, não os que adormecem.

Leia e faça propaganda entre seus amigos.

A cada novo leitor de bons livros, um novo país vai surgindo.

O país que todos nós queremos. Com menos ignorância e mais

lucidez.

CARTAS

Severino Dantas repele ataques a Roberto Campos. "Ele é um patriota, trabalha pelo país, enquanto vive atormentado por uma dívida colossal"

☆ Senhor Redator:

Li em seu jornal a carta do sr. Hécio Macieira contra o embaixador Roberto Campos. Não concordo com o missivista que parece ignorar que o sr. Roberto Campos ainda agora prestou grande serviço ao alinhar os contratos de risco - foi o seu principal tecelão, tendo a modestia de se conservar discreto. E discretamente o sr. Roberto Campos sofre hoje o peso de uma dívida pessoal de mais de 10 milhões de cruzeiros. Todo mundo sabe que os honorários de um embaixador não dão para quitar dívida tão enorme. No entanto, o sr. Roberto Campos está em

Londres, traçando coisas para o Brasil, contratos de investimentos, como um para a Açominas, com o propósito de servir, embora aquela dívida o atormente como atormentaria qualquer mortal. Amigos comuns dizem-me de seu martírio. Imenso, provocado por uma dívida astronômica, se nela pensa, pensa no Brasil tanto quanto nos seus inauditos problemas financeiros. E não desanima, tentando todos os recursos para drenar mais capitais estrangeiros para o nosso desenvolvimento. Protesto contra o sr. Hécio Macieira que parece não se dar conta de que tragédia se faz a vida de um homem com uma dívida de mais de 10 milhões de cruzeiros, com vencimentos de diplomata que são menos que gota d'água nesse oceano de contas a pagar. Eu, que entro em transe quando a conta de meu telefone sobe além do previsto, compreendo o drama do grande patriota e é por compreendê-lo que protesto contra o sr. Macieira.

Severino Dantas
Rio de Janeiro

Entre novelas e enlatados, a pseudocultura.

Sob a máscara cultural, uma novela dura na televisão brasileira, normalmente, 32 semanas são mais de 130 horas, com 45 minutos de veiculação diária.

“As novelas têm público certo, e o IBOPE é sempre positivo com elas.

Pra que mexer nesses dados tão agradáveis?”
É o que pergunta o crítico Flávio Pinto Vieira.

Do ponto de vista da cultura, não há nenhuma justificativa para a atual produção de sete novelas diárias (quatro na Rede Globo e três pela Tupi). A tentativa de se transmitir conhecimentos específicos (de um determinado domínio cultural) através de algumas novelas não leva aos resultados que ingenuamente se pretende sublinhar. Leva apenas a um amadorismo cultural que só terá a função negativa de fragmentar e dispersar conhecimentos. Foi o caso, por exemplo, de *Bravo!* como veículo de divulgação da música erudita e de *A Moreninha*, no que toca a informações sobre a História brasileira do século passado.

Apartada a missão cultural, o que justificaria a maciça produção? A ampliação do mercado de trabalho dos atores? Vejamos esta razão. Vários críticos de teatro já acentuaram como um dos elementos de interpretação da TV – a economia de processos – prejudica o desempenho dos atores no palco. Estendendo-se o raciocínio, poderíamos dizer que o trabalho, muito freqüente, na televisão cria certas barreiras para os atores darem o melhor de si. A louvável naturalidade conquistada na TV pode funcionar prejudicialmente no palco. Não é por acaso que nossos melhores intérpretes alternam os trabalhos no teatro, na televisão e no cinema. Já constatei várias vezes que atrizes excelentes nas novelas perdem-se completamente no teatro. Assim, do ponto de vista artístico, a ampliação do mercado de trabalho não é fundamental para os nossos atores. E, do ponto de vista profissional, é apenas um quebra-galho: será substituído ou alternado quando o nosso teatro tiver melhores condições de sobrevivência.

O outro argumento a favor das novelas se refere à substituição dos enlatados. Ora, aqui é preciso lembrar que os enlatados também constituem, via dublagens, um mercado de trabalho. Mas por

que, perguntamos como Antônio Bulhões (*Jornal de Debates*, nº 2), a televisão não pode passar sem as novelas e sem os enlatados, ou pelo menos sem tantas novelas e tantos enlatados?

Que a verdade seja dita: no sistema em que é feita a nossa televisão, semelhante ao praticado nos Estados Unidos, é imensa a força dos patrocinadores. E estes têm as suas razões para escolherem as novelas como anunciadoras dos seus produtos do que qualquer outro programa arriscado. As novelas têm público certo, e o IBOPE é sempre positivo com elas. No mercado nacional, a novela das sete e a das oito (Rede Globo) atingem mais da metade da audiência, isto é, são vistas por mais de 20 milhões de pessoas. Pra que mexer nesses dados tão agradáveis? A melhor solução é agradar aos patrocinadores, agradar a maior parte do público e contribuir um pouco para a cultura nacional. Os dois primeiros objetivos são evidentemente alcançados mas o terceiro não existe: é um pretexto para justificar uma programação que ocupa mais da metade (na Globo 90%) da noite do telespectador brasileiro, a partir das seis horas.

Segundo alguns dados, que a revista *Veja* publicou numa longa reportagem sobre telenovelas, ficamos sabendo que mais da metade dos investimentos das emissoras vai para essa programação. Em números, a coisa chega a mais de 2 milhões de cruzeiros. Vamos admitir, hipoteticamente, que algumas novelas “culturais” consomem uma despesa de 1 milhão de cruzeiros. Não conheço a fundo os esquemas de produção da TV, mas me parece um investimento razoável. Pergunto agora: havendo um genuíno propósito de contribuição cultural, não seria melhor, em vez de novelas, programas determinados (feitos com carinho e imaginação) sobre a literatura brasileira, sobre a história brasileira ou sobre a música erudita? Uma

programação dessa natureza, provavelmente, não consumiria nem 10% do orçamento de uma novela. Ai sim, teríamos a verdadeira divulgação da cultura, feita por conhecedores e profissionais. E não o amadorismo cultural que disfarça os objetivos comerciais das novelas.

E esse amadorismo cultural que ainda preside algumas de nossas novelas é falaz: se eu quiser saber sobre música erudita, lerei livros especializados, freqüentarei concertos ou verei os dominicais e excelentes *Concertos para a Juventude; ai sim*, adquirirei conhecimentos e não vendo uma telenovela; se eu quiser saber sobre a nossa História do século passado, vou ler os historiadores e não acompanhar uma telenovela. No fundo, esse amadorismo cultural apenas incentiva a falta de cultura e está dentro de todo um processo de empobrecimento cultural do país.

Aliás, a maciça produção de sete novelas diárias é um dos motores principais desse empobrecimento. Não tem sentido deixar o nosso telespectador, a partir das seis horas, envolver-se pelos destinos fabricados por nossos autores. Ou então tem muito sentido. Porque, por exemplo, na França, uma novela dura no máximo 9 horas, distribuídas em uma hora e meia semanais, durante sete semanas. Assim, recentemente foi adaptado *Splendeurs et Misères des Courtisanes* de Balzac. Na Suécia, Ingmar Bergman fez para a TV os seis episódios de 50 minutos que constam dessa obra-prima em exibição que é *Cenas de um Casamento*. E aqui? Uma novela dura 32 semanas, mais de 130 horas, com 45 minutos diários. Desnecessário dizer que nenhum autor, por mais competente que seja, conseguirá produzir 20 laudas diárias pelo menos razoáveis. Daí o nível das telenovelas. Daí não sobrar nenhuma que preste.

O que haverá por trás desse triste processo?

Para Ary Quintella, uma idéia “original” e “utilitária”: “deve existir algum componente lácteo nas Minas Gerais que faz os mineiros serem bons escritores”

O mineiro é uma parada

Não sei se nutrólogos, biólogos ou algum pesquisador já se meteram a estudar a composição do leite materno mineiro, mas aqui ofereço essa idéia, realmente original e utilitária. Pois deve existir algum componente lácteo nas Minas Gerais – que faz os mineiros serem bons escritores. Obviamente, estou puxando também a brasa para a minha sardinha. É assim que se diz?

Como todos não sabem, sou mais ou menos amineirado. A minha dúvida – cruel – se prende ao fato de que nós – mineiros – fomos alimentados, em geral, por lídidas senhoras de pele escura. Pelo menos, os mineiros até a minha geração, já meio sobre a mumificada.

Mas com a graça de Deus,

descobri não ser intelectual. Não sei, nem me interessa saber se o leite branco ou negro seja o responsável por esse dom, inacreditável, que faz os mineiros escreverem. Aliás, bem, muito bem, bem, bem. Haja vista o número de escribas atuantes das Minas. Quase multidão. Senão, vejamos:

Oswaldo França Júnior, Murilo Rubião, Roberto Drummond, Wander Piroli, Fernando Sabino, Benito Barreto, o Guimarães Rosa, mas esse já morreu e não gosto de citar autores mortos, ao contrário do que fazem certos coleguinhas escritores, prenhes da mais refulgente covardia, que afirmam convictamente: “Ético é citar autores mortos”.

Sem contar os poetas: Adão

Ventura, Affonso Romano de Sant’Anna, e o jovem Carlos Drummond de Andrade, que merecia a Medalha do Mérito Nacional, mais o tal Prêmio Nobel de Literatura, um Learjet, uma Mercedes-Benz e uma meia dúzia de 13 mulheres, y *compris* louras de olhos verdes, negras baças, mulatas cadeiradas e a rainha da Inglaterra, de quebra.

Só para dar o tom cosmopolita. É uma pilha de escritores, Meu Deus: Luís Fernando Emediato, Afonso Henriques, Chico Alvim, e não quero citar todos os consagrados ou em vias de o serem. Afinal, trata-se de um prefácio, não de um bestialógico. Perdão, hagiologia, perdão, genealogia. Serve? Com a seguinte agravante:

Os mineiros ainda sabem contar histórias. Não *stories*, pois não vou nessa – de gringo – de separar *history* de *history*. Eles sabem contar histórias sem se preocuparem com a distinção que está trucidando a literatura nacional: fulano é engajado? Beltrano é alienado? Só falta perguntarem: fulano é *entendido*? Tal a fala dos homossexuais.

Porque essa maravilhosa distinção já foi abandonada pelos cientistas sociais contemporâneos, que descobriram e estão estudando as verdadeiras fontes do poder no Brasil. Quero dizer: talvez pela falta de vivência com

o poder contemporâneo do país, alguns escritores ainda se preocupam em classificar seus colegas segundo o pensamento político entremostrado nos livros.

Ainda que poucos, muito poucos mesmo, escritores atuais brasileiros tenham examinado, estudado, se apercebido das autênticas cidadelas do poder em nosso país. Quero, aliás, que se fritem. Pois constituem classe desunida, presunçosa, mal-informada e vaidosa, basicamente lambedora dos pés de qualquer gringo chato que pouse por aqui.

Por isso, dou um suspiro de alívio quando descubro algum escritor. Dos que sabem contar histórias. Simplesmente. E o simplesmente aqui não é desdouro não, amigos. Ou inimigos. Faz a conta nos dedinhos dos pés: quantos escritores sabem escrever simplesmente? E erro de concordância é a mãe.

Esse escritor aqui, Paulo Amador, me lembra o Glauber ou o Boris Vian. *Deus e O Diabo na Terra do Sol*, *L’Herbe Rouge* e *L’Écume des Jours*. A mesma gozação, a mesma intensidade narrativa, as mesmas cores alucinadas, o mesmo ímpeto, de quem sabe que vai ter aquela mulher que deseja. A certeza plena.

Sai de baixo, amigo! Ou inimigo. Os contos são uma parada. Jogam na tua cara a carcomida, barroca, silenciosa, meia-trava,

puritana, corrupta, católica, passional, abjeta, fulgurante, vanguardista Minas Gerais, a terra da TFM, da Pampulha, das vacas berrantes e de Contagem, fora Diamantina, Ouro Preto, o Serro, Montes Claros, Belo Horizonte, o pão de queijo, e a mineira, uai!

E você aí, mineirão enrustido, não fique zangadinho comigo não, velho. Tais adjetivos são inevitáveis em função dos contos do Paulo Amador.

É o drama religioso, barroco, canceroso das Minas Gerais. É a penitência e o trabalho, a sacanagem misturados de cambulhada, juntamente ao cheiro de peido, bosta e esperança.

São contos que Bocaccio, Rabelais e Bocage – mais o velho Sade – assinariam tranquilamente. Onde Paulo se propõe desmitificar as Minas e – principalmente – Diamantina. E o faz, companheiro!

Aos que não gostaram de minhas palavras, desejo um belo ... ou vulgar danem-se. Vale! Ou melhor, o que vale é o texto. O difícil é segurar a máquina de escrever e o copo de uísque nessa turbulência. O comandante escolheu uma estrada esburacada. Mas já estamos chegando ao Aeroporto Internacional do Galeão, solicitamos apertarem o cinto de segurança e não fumarem.